

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO



GISELE SILVEIRA COELHO LOPES
KELLY GIANEZINI
LUCIANE BISOGNIN CERETTA
Organizadoras

VOLUME IX

Apoio:



PROPEX
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação
e Extensão

Realização:



ISBN 978-85-8443-159-5



PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO

Multideia Editora Ltda.
Rua Desembargador Otávio do Amaral, 1.553
80710-620 - Curitiba - PR
+55(41) 3339-1412
editorial@multideiaeditora.com.br

Conselho Editorial

Marli Marlene M. da Costa (Unisc)	Luiz Otávio Pimentel (UFSC)
André Viana Custódio (Unisc)	Orides Mezzaroba (UFSC)
Fabiana Marion Spengler (Unisc)	Sandra Negro (UBA/Argentina)
Salete Oro Boff (Unisc/IESA/IMED)	Nuria Belloso Martín (Burgos/Espanha)
Carlos Lunelli (UCS)	Denise Fincato (PUC/RS)
Liton Lanes Pilau (Univalli)	Wilson Engelmann (Unisinós)
Danielle Annoni (UFPR)	Neuro José Zambam (IMED)

Coordenação editorial e revisão: Fátima Beghetto
Diagramação: Bruno Santiago Di Mônaco Rabelo
Projeto gráfico e capa: Sônia Maria Borba
Imagem da capa: [© OliaFedorovsky] / Depositphotos.com

CPI-BRASIL. Catalogação na fonte

- P912 Práticas e saberes de extensão [recurso eletrônico] /
organização de Gisele Silveira Coelho Lopes, Kelly Gianezini, Luciane Bisognin
Ceretta – Curitiba: Multideia, 2017.
162p.; v. 9; 22,5cm
Vários colaboradores
ISBN 978-85-8443-159-5
1. Extensão universitária. 2. Ensino superior – Extensão. I. Lopes, Gisele
Silveira Coelho (org.). II. Gianezini, Kelly (org.). III. Ceretta, Luciane Bisognin
(org.). IV. Título
- CDD 378 (22. ed.)
CDU 378

Realização:



Apoio:



PROPEX
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação
e Extensão

Autorizamos a reprodução parcial dos textos, desde que citada a fonte.
Respeite os direitos autorais – Lei 9.610/98.

Gisele Silveira Coelho Lopes
Kelly Gianezi
Luciane Bisognin Ceretta
Organizadoras

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO

VOLUME IX

Agháta July Goularte Patrício	Leandro Justin Vieira
Alice Cechinel Lúcio	Margarete de Oliveira
Aline Eyng Savi	Mariana Mafinski Carvalho
Ana Claudia Garcia Barbosa	Mário Ricardo Guadagnin
Ana Paula Freitas de Albuquerque	Merisandra Côrtes de Mattos Garcia
Anderson Pereira Tomaz	Naiara Beatriz de Souza da Silva
Carlos Renato Carola	Nathália Kimberly de Souza
Cyntia Fontanella Martins	Pedro Luiz Kesting Medeiros
Elisângela Geraldo Rosa	Renise Teresinha Melillo Zaniboni
Elizabeth Maria Campanella de Siervi	Renise Teresinha Mellilo Zaniboni
Gabriele Bernardes I	Sheila Martignago Saleh
Heloise Arigoni Martins	Sílvio Parodi Oliveira Camilo
Jacks Soratto	Sofia Minatto Monçoni
Jáini Pizoni Baldissera	Tainara Maravai
Jaqueline Porto da Silva	Thainá Serafim Pereira
Jéssica Patrício dos Santos	Tiago Aleff da Silva
José Carlos Virtuoso	Tulio Becker Guimarães
José Carlos Virtuoso Ongaratto I	Valdirene de Oliveira Cardoso
Julia Marcello Dal Molin	Wilciney J. Villan
Karine da Silveira	Zélia Maria Borges Bressan

Curitiba



2017

APRESENTAÇÃO

Além do estudo teórico realizado dentro das salas de aula, uma formação acadêmica completa é também construída com a prática, no qual o estudante, que está construindo seu saber, pode visualizar aquilo que discute com o auxílio dos livros, tendo, assim, uma experiência distinta, devido à possibilidade de analisar o objeto que já foi estudado teoricamente. E esse é justamente o objetivo da extensão, um dos tripés de uma universidade, o que não se faz diferente na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma-SC.

A Universidade, que conta com a missão de “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”, se propõe a oferecer aos seus estudantes um contato direto com a comunidade, pelos diversos projetos de extensão existentes. Além disso, há de se destacar que este contato com a comunidade se faz valioso para a formação dos estudantes, especialmente, por estarem em uma universidade comunitária.

Os resultados das experiências que o corpo estutantil da instituição pôde ter com a extensão basearam diversos artigos e trabalhos de iniciação científica que foram apresentados durante a VII Semana de Ciência e Tecnologia (SCT), em 2016, no *campus* da UNESC. Alguns dos melhores artigos relacionados à linha da extensão apresentados durante o evento estão presentes neste IX volume da obra “Práticas e saberes de extensão”. Este livro comporta 9 (nove) artigos de 4 (quatro) Unidades Acadêmicas da UNESC (UNACSA – Ciências Sociais Aplicadas; UNACET – Ciências, Engenharia e Tecnologia; UNAHCE – Ciências, Humanidades e Educação; e UNASAU – Ciências da Saúde).

Os temas centrais da obra foram organizados e distribuídos em 4 (quatro) eixos. Na área das **Ciências Sociais Aplicadas** estão os seguintes trabalhos: “O instituto da guarda compartilhada como prevenção à alienação parental a respeito ao poder familiar” de autoria de Anderson Pereira Tomaz, Elisângela Geraldo Rosa, Renise Teresinha Melillo Zaniboni e Sheila Martignago Saleh; “Contribuições do projeto de extensão de capacitação de lideranças no Território Paulo Freire para a cidadania” de autoria de Jaíni Pizoni Baldissera, Agháta July Goularte Patrício, Gabriele Bernardes Ongaratto, José Carlos Virtuoso e Renise Teresinha Mellilo Zaniboni; e “Determinantes para a tomada de decisões estratégicas no setor do vestuário: um estudo do uso de bases informacionais de dados socioeconômicos” dos autores Tulio Becker Guimarães, Wilciney J. Villan e Sílvio Parodi Oliveira Camilo.

Na área das **Ciências, Engenharia e Tecnologia** os trabalhos são: “Avaliação da acessibilidade espacial – estudo de caso na escola Caetano Ronchi, São Defende Criciúma/SC” de autoria de Ana Paula Freitas de Albuquerque, Aline Eyng Savi, Elizabeth Maria Campanella de Siervi, Margarete de Oliveira, Pedro Luiz Kesterling Medeiros, Julia Marcello Dal Molin, Sofia Minatto Monçoni, Alice Cechinel Lúcio e Jaqueline Porto da Silva; “Escritório modelo interdisciplinar de assistência técnica da UNACET” cujos autores são Tiago Aleff da Silva, Leandro Justin Vieira, Ana Claudia Garcia Barbosa e Merisandra Côrtes de Mattos Garcia; e, “Ampliação da gestão ambiental e de resíduos sólidos para a comunidade de entorno da associação beneficente ABADEUS” de Jéssica Patrício dos Santos, Karine da Silveira, José Carlos Virtuoso e Mário Ricardo Guadagni.

Na área das **Ciências, Humanidades e Educação** constam: “Projeto de intervenção PROESDE: oficina sobre gênero na literatura infantil e juvenil e nas mídias” das autoras Heloíse Arigoni Martins, Zélia Maria Borges Bressan, Mariana Mafisnki Carvalho, Naiara Beatriz de Souza da Silva,

Tainara Maravai e Thainá Serafim Pereira; e “Educação ambiental holística, dialética do esclarecimento e pensamento complexo: similitudes e analogias” de autoria de Valdirene de Oliveira Cardoso e Carlos Renato Carola.

Na área das **Ciências da Saúde** consta o seguinte trabalho: “Higiene pessoal para crianças em idade escolar: uma experiência de extensão” de autoria de Cyntia Fontanella Martins, Nathália Kimberly de Souza e Jacks Soratto.

Há de se destacar o laboro dos bolsistas de iniciação científica Gabriel Dario Barbosa, Leonardo Zamparetti de Queiroz e Letícia Anselmo Manique Barretto na formatação da presente obra. Agradecemos, também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio dado a algumas pesquisas apresentadas neste livro, aos demais patrocinadores e parceiros que juntos colaboraram para o sucesso do evento e, principalmente, pela inestimável colaboração da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) que financiou este livro.

Por fim, porém não menos importante, salienta-se que os resultados das pesquisas aqui revelados são de responsabilidade dos(as) autores(as) e coautores(as) de cada capítulo.

As organizadoras

Outono, 2017.

SUMÁRIO

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CAPÍTULO 1

O INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA COMO PREVENÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL A RESPEITO AO PODER FAMILIAR	15
--	----

*Anderson Pereira Tomaz; Elisângela Geraldo Rosa;
Renise Teresinha Melillo Zaniboni & Sheila Martignago Saleh*

CAPÍTULO 2

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE PARA A CIDADANIA	41
---	----

*Jaíni Pizoni Baldissera; Agháta July Goularte Patrício; Gabriele Bernardes;
José Carlos Virtuoso Ongaratto & Renise Teresinha Melillo Zaniboni*

CAPÍTULO 3

DETERMINANTES PARA A TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS NO SETOR DO VESTUÁRIO: UM ESTUDO DO USO DE BASES INFORMACIONAIS DE DADOS SOCIOECONÔMICOS	61
---	----

*Tulio Becker Guimarães; Wilciney J. Villan
& Sílvia Parodi Oliveira Camilo*

CIÊNCIAS, ENGENHARIA E TECNOLOGIA

CAPÍTULO 4

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL – ESTUDO DE CASO NA ESCOLA CAETANO RONCHI, SÃO DEFENDE CRICIÚMA/SC	81
---	----

*Ana Paula Freitas de Albuquerque; Aline Eyng Savi;
Elizabeth Maria Campanella de Siervi; Margarete de Oliveira;
Pedro Luiz Kestering Medeiros; Julia Marcello Dal Molin;
Sofia Minatto Monçoni; Alice Cechinel Lúcio & Jaqueline Porto da Silva*

CAPÍTULO 5

ESCRITÓRIO MODELO INTERDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA UNACET.....	99
--	----

*Tiago Aleff da Silva; Leandro Justin Vieira;
Ana Claudia Garcia Barbosa & Merisandra Côrtes de Mattos Garcia*

CAPÍTULO 6

AMPLIAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA A COMUNIDADE DE ENTORNO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ABADEUS.....	117
---	-----

*Jéssica Patrício dos Santos; Karine da Silveira;
José Carlos Virtuoso & Mário Ricardo Guadagnin*

HUMANIDADE, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 7

PROJETO DE INTERVENÇÃO PROESDE: OFICINA SOBRE GÊNERO NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL E NAS MÍDIAS	133
--	-----

*Heloise Arigoni Martins; Zélia Maria Borges Bressan;
Mariana Mafisnki Carvalho; Naiara Beatriz de Souza da Silva;
Tainara Maravai & Thainá Serafim Pereira*

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO AMBIENTAL HOLÍSTICA, DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E PENSAMENTO COMPLEXO: SIMILITUDES E ANALOGIAS	143
--	-----

Valdirene de Oliveira Cardoso & Carlos Renato Carola

CIÊNCIAS DA SAÚDE

CAPÍTULO 9

HIGIENIE PESSOAL PARA CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO.....	153
---	-----

*Cyntia Fontanella Martins; Nathália Kimberly de Souza
& Jacks Soratto*

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA COMO PREVENÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL A RESPEITO AO PODER FAMILIAR

Anderson Pereira Tomaz

Elisângela Geraldo Rosa

Renise Teresinha Melillo Zaniboni

Sheila Martignago Saleh

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

1 INTRODUÇÃO

A alienação parental é um dos tipos de violência psicológica familiar, cujas maiores vítimas são as crianças e/ou os adolescentes.

Devido ao grande número de divórcios e separações judiciais, em especial, a partir da segunda metade do século XX, a guarda dos filhos é um instituto que gera conflitos e discussões em todo o mundo.

Nos termos da Legislação Civil Pátria, não havendo acordo no tocante à guarda dos filhos menores de 18 anos, esta deverá ser atribuída a quem “revelar melhores condições de exercê-la”. Ocorre que, com a atribuição da guarda exclusiva a um dos genitores (ou mesmo que seja a ambos - chamada de guarda compartilhada), ao outro genitor, em algum momento, resta o direito de visitar o filho e, por consequência, agravam-se os casos de alienação parental nas famílias. Para o genitor que não mantém a guarda, o direito de visitar a criança ou adolescente vai além do contato físico, muito embora, o poder familiar foi instituído constitucionalmente aos pais, sem distinção de gênero. É o direito de interagir com seu filho, inserí-lo na sua intimidade e convivência familiar, participar de sua educação, contribuindo com sua presença para a formação da personalidade de seu filho. Todavia, o exercício do direito de visita, na maioria das vezes, é a principal fonte de conflitos entre os genitores.

De acordo com a Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, o genitor responsável pela Alienação Parental não consegue viver sem a criança ou adolescente, nem admite a possibilidade de que o(a) filho(a) deseje manter contatos com outras pessoas que não com ele, utilizando para este fim de manipulações emocionais, sintomas físicos, isolamento da criança de outras pessoas, com o intuito de incutir-lhe insegurança, ansiedade, angústia e culpa.

O presente artigo científico, fruto dos estudos realizados para as atividades de extensão do projeto “Prevenção e erradicação da alienação parental”, tem como objetivo analisar o poder familiar quando interrompido pela alienação parental, tendo em vista a necessidade de proteção das crianças e adolescentes envolvidos, a partir da efetivação da “doutrina da proteção integral”.

Com o fim de atingir o objetivo proposto, dividiu-se o presente artigo em três tópicos, a saber: o primeiro abordará o tema poder familiar: breve esboço histórico, instituição e legislação aplicável; o segundo tópico explanará sobre a dissolução conjugal e o dever de guarda dos filhos incapazes; e o terceiro e último tópico analisará a situação do poder familiar interrompido pela alienação parental: aspectos destacados.

Por fim, as considerações finais sobre o tema.

A pesquisa utilizou o método dedutivo, com o auxílio das técnicas da pesquisa bibliográfica, doutrinária e documental-legal.

2 O PODER FAMILIAR: BREVE ESCORÇO HISTÓRICO, INSTITUIÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A família, no Direito Romano, era constituída “por um chefe absoluto” religioso, político e jurídico, denominado de *pater familiae*, “que não possuía ascendente masculino vivo”, e exercia seu poder (potestas) sobre sua esposa, seus descendentes naturais ou adotivos e escravos (VERONESE; GOUVEA; SILVA, 2005, p. 18).

Com o passar dos tempos e pela influência do cristianismo, os poderes ilimitados religiosos do *pater familiae* foram diminuindo e adquirindo conotação social. O Estado também começou a assumir a proteção e regulação das relações privadas. Assim, hoje os pais têm

direitos e deveres com relação aos filhos, que são outorgados pelo Estado, o qual poderá intervir, inclusive, retirar o poder familiar (VERONESE; GOUVEA; SILVA, 2005, p. 19).

O poder familiar, na verdade, não expressa somente o poder dos pais, mas também, muitos deveres para com os seus filhos. Por esta razão, muitos doutrinadores entendem que o termo deva ser substituído. Entendido como um misto entre poder e dever determinado pelo Estado, o poder familiar é concedido a ambos os pais, em igualdade de condições (VERONESE; GOUVEA; SILVA, 2005, p. 19).

Ao se falar em poder familiar, de imediato nos remetemos a três diplomas legais, quais sejam: O Código Civil em seus artigos 1.583 a 1.590, o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 22 e a Constituição Federal, artigo 227, todos versando sobre os chamados direitos fundamentais, dispositivos que sustentam a doutrina da proteção integral, tendo a guarda como um atributo do Poder Familiar.

A CRFB/1988, em seu artigo 227, ressalta os direitos fundamentais, conforme dispõe:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016A).

Percebe-se, portanto, que a positivação de dispositivos na CRFB/88 regulamentando as relações de pais e filhos, remete a um novo modelo de unidade familiar, mais flexível, não somente considerando a estrutura familiar tradicional, vejamos no Código Civil de 2002:

Art. 1.631. Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo (BRASIL, 2016F).

No Código Civil de 1916 (art. 379), em conformidade com a Constituição da República vigente à época, o poder familiar era desempenhado especificamente pelo pai, que exercia a figura do “chefe de família”. Poder esse consequente dos reflexos econômicos, religiosos e políticos (BRASIL, 2016E). A expressão “pátrio poder”, do Código Civil de 1916, não continha em si a realidade da época, inclusive atual, em virtude de desconsiderar a mulher/mãe como possível responsável pela família, motivo pelo qual as mudanças trazidas pelo novo termo enquadraram-se mais à realidade brasileira (FREITAS, 2014, p. 83).

Com a chegada da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002 (atuais diplomas em vigência) oficializa-se o que na prática já era vivenciado, ou seja, consagra-se no art. 5º, da Constituição a igualdade formal e material entre todos os cidadãos independente de gênero, razão pela qual a expressão “poder familiar” passa a ser mais adequada. Homens e mulheres passam a possuir os mesmos direitos no tocante ao exercício do poder nas famílias (BRASIL, 2016A).

Por mais que muitos doutrinadores não consideram a expressão “poder” totalmente devida (defendendo a ideia de que a expressão “autoridade parental” fosse mais adequada, eis que “poder” induz a ideia de submissão e obediência pura e simples), destaca-se o significativo avanço ao considerar prerrogativa de ambos os pais as atribuições relativas ao gerenciamento familiar, avanço este inexistente no conceito de pátrio poder antes utilizado (LOBO, 2011, p. 19-20).

Consequentemente, a palavra poder em seu sentido literal apresentava tom um tanto quanto equivocado uma vez que a atual Constituição traz um conjunto de deveres atribuídos à família por meio de seu art. 227, cujos quais englobam os seguintes direitos assegurados às crianças e adolescentes: vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar, motivo pelo qual a antiga expressão poder é vista como um tanto quanto inadequada ao principal objetivo das legislações atuais: assegurar a convivência familiar e sadia daqueles sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, e não simplesmente estabelecer uma hierarquia ou sentido de “obediência” (LOBO, 2011, p. 21).

A expressão Poder familiar é constituída por um complexo de normas e regras estipuladas entre os genitores em relação aos filhos não emancipados, cujo não poderá ser desconstituído ou

suspenso o poder familiar, salvo em virtude de lei, estabelecendo ao pai e a mãe igualdade sobre a responsabilidade sobre os filhos (RODRIGUES, 2016, p. 64).

Segundo Maria Berenice Dias (2010, p. 434) “O Poder Familiar é um dever dos pais o qual deve ser exercido sempre no interesse dos filhos, o Estado como guardião, tem o dever de fiscalizar se o exercício esta sendo realizado de acordo como preconiza a legislação, caso reste demonstrada ocorrência de violação aos direitos relativos ao poder familiar o Estado deverá intervir tomando as medidas necessárias para dar atendimento ao melhor interesse da criança”.

Portanto, a expressão aparece fundamentada no artigo 226ii e seus parágrafos da Constituição de 1988, deixando nítida a igualdade formal (e material, consequentemente) entre mãe e pai, casados ou não, com o fim de que exerçam o poder familiar conjuntamente ao afirmar que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 2016A).

Ainda sustentando o aspecto de igualdade trazido pela atual Constituição, o Código Civil de 2002 traz em seu bojo os artigos 1.565 e 1.567iii artigo 1.630, dispondo que “os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores” (BRASIL, 2016B). O Novo Código ainda faz menção à inalterabilidade das relações entre pais e filhos após a separação conjugal, observando que os direitos e deveres dos pais não se alteram, nem se restringem, mesmo após o divórcio ou um novo casamento (arts. 1.579, 1.588, 1.589, 1.632) (BRASIL, 2016E).

O Estatuto da Criança e do Adolescente trata-se de instrumento norteador para a proteção dos direitos das Crianças e dos Adolescentes. A década de 1990 é primordial para os sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, eis que a partir de então passam a ser considerados “sujeitos de direito” de maneira fática (BRASIL, 2016F).

Vigorando 02 (dois) anos após a vigência da atual Constituição, o ECA traz entre outras, o conceito de poder familiar. Calcado no Princípio Constitucional da Igualdade, o ECA utiliza-se deste como fundamentador da obrigatoriedade entre homem e mulher para com a criação dos filhos. Ou seja, surge de maneira a corroborar com o exposto na CRFB/88 ao coibir qualquer tipo de discriminação, privilégio, ou distinção entre os pais dentro do exercício do poder familiar (COMEL, 2003, p. 46).

Art. 21. O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência (BRASIL, 2016F).

No tocante à proteção da criança e do adolescente observa-se a construção doutrinária do “Princípio da Interpretação Conforme a Constituição”. Tal princípio prevê que se inexistente a possibilidade de compatibilização de determinada norma aos preceitos constitucionais, tal norma deverá ser declarada inconstitucional. Ou seja, havendo dúvidas no tocante a interpretação de determinado dispositivo, este deve guiar-se pelos preceitos e ideias que tenham por objetivo a garantia de um estado democrático de Direito. Consequentemente, as normas em vigência ou a serem elaboradas, quando em situações de conflito, devem ser interpretadas em conformidade ao emanado pela Constituição no tocante a proteção da família, e principalmente da criança e do adolescente (LOBO, 2011, p. 22).

Logo, é nítida a obrigatoriedade quanto à interpretação de quaisquer instrumentos normativos elaborados ou em elaboração, a fim de que estes estejam em conformidade com os princípios e regras emanados pela Constituição, que por sua vez, a partir de 1988, extinguiu conceitos obsoletos e retrógrados que prenominavam até então (FREITAS, 2014, p. 83).

Destaca-se, porém, que o poder familiar não se restringe apenas ao pai ou mãe da criança ou adolescente. Isso porque, apesar de o ECA estabelecer que pai e mãe serão detentores do poder familiar, o Princípio da Interpretação Conforme a Constituição assegura também o exercício deste de forma estendida e abrangente a todas as entidades familiares onde haja o exercício de fato ou de direito da autoridade parental, como por exemplo: avós, ou irmãos mais velhos na condição de “cuidadores” quando ausentes os pais (LOBO, 2011, p. 24).

Em casos de separação judicial, divórcio ou dissolução da união estável, o poder familiar permanece indivisível, exceto no tocante ao direito de terem os filhos em sua companhia (obviamente, em virtude do instituto da guarda e da sua modalidade a ser designada). Aquele que se ausenta do lar continua possuindo o dever amplo de participação na vida do filho e de manter incólume sua participação no poder familiar (LOBO, 2011, p. 24).

Torna-se óbvio, portanto, que todos os responsáveis pelo poder familiar devem agir em conformidade com os preceitos e definições estabelecidas tanto pela Constituição da República, quanto pelo ECA. Qualquer atitude arbitrária ou contrária ao melhor interesse da criança e do adolescente viola, conseqüentemente, ambos os dispositivos citados, devendo os infratores ser responsabilizados.

O poder familiar consiste num conjunto de direitos e obrigações, quanto à pessoa e bens do filho menor não emancipado, exercido em igualdade de condições por ambos os pais para que possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõe, tendo em vista o interesse e a proteção dos filhos (DIAS, 2010, p. 84).

Também o ECA codifica o poder familiar no objetivo de definir detalhadamente institutos que surjam com objetivo de proteger a criança e o adolescente. E é a partir das novas compilações que a guarda do infante é determinada ao pai ou a mãe que melhores condições apresente para a sua manutenção, sempre visando o interesse e o bem-estar da criança ou adolescente. Condições estas no sentido de conceder ao filho não somente o sustento, mas também carinho e atenção, fatores essenciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente (CARACILLO, 2013, p. 446).

Em última análise, e no que tange ao sistema de atribuição do poder familiar, o que se busca com a igualdade é acabar com a superioridade e prevalência de direitos de qualquer um dos pais sobre o outro, e, em especial, do homem, sobre a mulher. O que não implica, necessariamente, na supressão de todas as diferenças, sejam elas naturais, sejam elas culturais, que de fato existem, e que de modo algum significam superioridade ou inferioridade, mas tão somente individualidade (COMEL, 2003, p. 170).

Além de estabelecer o direito à convivência familiar sadia e comunitária em seus artigos 21 a 24, o ECA estabelece também os procedimentos relativos à perda e suspensão do poder familiar nos seus artigos 155 a 163. Segundo o estatuto, a legitimidade para proposição de ação de perda ou suspensão do poder familiar é do Ministério Público e de “quem tenha legítimo interesse”, ficando a criança ou o adolescente sob

a supervisão de pessoa idônea em caso de decretação da perda ou da suspensão, sendo inclusive registrada a sentença que a (s) decretar à margem do registro de nascimento. A hipótese de perda do poder familiar dá-se em virtude do descumprimento dos deveres de guarda, sustento e educação dos filhos, enquanto a suspensão consiste no impedimento temporário do exercício do poder familiar (LOBO, 2011, p. 23).

O não exercício dos deveres a si inerentes, a ruína dos bens dos filhos e a condenação em crime cuja pena exceda 02 (dois) anos configuram motivos pelos quais pode ser decretada a suspensão do poder familiar, a qual pode ser revista sempre quando superados os fatores os quais a provocaram. Já a perda do poder familiar, também conhecida como extinção, ocorre com a morte dos pais ou do filho, emancipação do filho (possível a partir dos 16 anos do filho quando este encontrar-se economicamente suficiente ou contrair matrimônio), adoção do filho por terceiros (que, obviamente, passarão a ser os novos pais e consequentemente deterão o poder familiar) e decisão judicial ordenando a perda (penalidade inclusive trazida pela lei 12.318 no tocante aos atos relativos a alienação parental) (CARACILLO, 2013, p. 451).

A destituição do poder familiar está prevista apenas por meio de decisão judicial, conforme dispõe o art. 1.635 c/c art. 1.638, ambos do Código Civil:

Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar:

- I - pela morte dos pais ou do filho;
- II - pela emancipação, nos termos do art. 5º, parágrafo único
- III - pela maioridade;
- IV - pela adoção;

V - por decisão judicial, na forma do artigo 1.638.

[...] **Art. 1.638.** Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

- I - castigar imoderadamente o filho;
- II - deixar o filho em abandono;
- III - praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
- IV - incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente (BRASIL, 2016E).

Ao analisar o inciso I do artigo 1.638, verifica-se a inclusão pela Lei 13.010/14 conhecida popularmente como lei do Menino Bernardo, a qual, concomitante com o art.18 e 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, proíbe qualquer tipo de agressão ou castigo ao filho mesmo que moderadamente, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 2016B).

Segundo o Madaleno (2004, p. 693) “deixar o filho em abandono é privar a prole da convivência familiar e dos cuidados inerentes aos pais de zelarem pela formação moral e material dos seus dependentes”.

Já o Inciso III do mesmo artigo dispõe sobre atos imorais e contraditórios ao bom costumes, sendo eles, a convivência de uma criança em ambientes onde há o consumo de drogas, bebidas alcoólicas, a prática de prostituição e atos ilícitos.

Ainda, em relação à proteção da criança e do adolescente estabelece o art.19 do ECA a garantia à convivência familiar e comunitária “em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

Em suma, a Constituição de 1988 elevou o Direito da Criança e do Adolescente à categoria de Direito Fundamental ao impor o dever da Convivência Familiar Sadia, proibindo-se assim qualquer diferenciação entre pai e mãe sendo indiferente também o fato de coabitarem a mesma residência da criança ou do adolescente. Ressalta-se que incumbe a todos os detentores do poder familiar o exercício harmônico das melhores decisões e atos ao bem-estar, desenvolvimento físico e psicológico da criança e do adolescente, devendo ser tomadas todas as medidas necessárias, sejam judiciais ou sociais, para impedir quaisquer que atente contra tais direitos (VERONESE; GOUVEA; SILVA, 2005, p. 54-57).

3 DISSOLUÇÃO CONJUGAL E O DEVER DE GUARDA DOS FILHOS INCAPAZES

Com o desenvolvimento da sociedade o conceito de família foi se adaptando às realidades sociais de cada época, as quais, perante as suas expressivas transformações viram-se compostas, gradativamente-

te, por novas formações, diferindo-se do conceito clássico e ortodoxo patriarcal, dando início assim ao surgimento das famílias mosaicas, monoparentais, dentre outras, fazendo com que atualmente, se utilize como base para a definição das novas famílias justamente o fator “afeto” e não apenas os laços sanguíneos e vínculos genéticos entre genitores e filhos (WIRTH, 2016).

O acréscimo do número de dissoluções de vínculos conjugais se tornou mais significativo a partir segunda metade do século XX. No final do ano de 2014 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou pesquisa segundo a qual o Brasil registrou 341,1 mil divórcios no referido ano, representando acréscimo de 161,4% de divórcios realizados quando comparado ao ano de 2004, cujo qual apresentou número aproximadamente 03 (três) vezes menor, ou seja, há 10 (dez) anos atrás (BRASIL, 2016I).

Conclui-se que a separação, seja entre casais ou parceiros em união estável torna-se cada vez mais frequente, realidade esta que influi não somente nas novas modalidades de família, como também influi diretamente nas mudanças relativas ao poder familiar.

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. A dinâmica e a organização das famílias baseiam-se na distribuição dos afetos, criando, no espaço doméstico, um complexo dinamismo de competições. Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pela conquista de espaços que garantam o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana. Trata-se, dessa forma, de disputas que estimulam sentimentos ambíguos de amor/ódio, aliança/competição, proteção/domínio entre seus membros. Famílias despreparadas para compreender, administrar e tolerar seus próprios conflitos tendem a se tornar violentas (BRASIL, 2016H, p. 13-14).

A separação, além da divisão de bens, implica a obrigação de estabelecer o tipo de guarda dos filhos, alimentos, direito de visita ao pai ou mãe que se retirar do lar, dentre outras peculiaridades.

Quando se fala em guarda de filhos, de imediato nos vêm a ideia de que apenas um dos pais terá a guarda, posto que durante muito tem-

po, mais precisamente até agosto de 2008, a guarda unilateral vigorava por decisão judicial. Quando ocorria a separação do casal, era comum que os filhos ficassem com as mães, pelo fato de que os pais não tinham qualquer preparo para desempenhar as funções da maternidade, cabendo ao pai a obrigação do sustento.

Para Nick (1997, p. 131), o afastamento do pai é fruto de uma ideologia muito difundida no início do século e ainda presente na atualidade, de que a mãe é a figura parental mais importante para a criança. Vendo seu papel de pai desvalorizado pela sociedade, o homem se afasta do convívio do filho. Por outro lado para a mulher, em muitos casos, a guarda dos filhos passou a ser um ônus, principalmente no atual momento em que cada vez mais ela busca sua inserção no mercado de trabalho.

No Código Civil de 1916 havia outro critério para o estabelecimento da guarda dos filhos: era atribuída ao cônjuge que não tivesse dado causa à separação do casal. Essa regra foi excluída do Código e agora o filho ficará sob a guarda daquele que revelar melhores condições para exercê-la. Assim explica Lobo (2011, p. 4):

No direito anterior, a guarda exclusiva era consequência do sistema que privilegiava os interesses dos pais em conflito e da investigação da culpa pela separação. A guarda era atribuída ao que comprovasse ser inocente, ainda que não fosse o que preenchesse as melhores condições para exercê-la. Com o advento do princípio do melhor interesse da criança ou da prioridade absoluta desta, tutelado na Constituição, na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidado no direito brasileiro ao início da década de 90 do século XX, pouco importa que o filho fique sob a guarda do genitor que foi considerado culpado pela separação, desde que ofereça as melhores condições para exercê-la. O Código Civil, nessa linha evolutiva, extirpou de vez a injusta relação entre guarda e culpa pela separação, revogando a norma contida no art. 10 da Lei 6.515, de 1977.

Mas, a partir da vigência da Lei 11.698/08 passa a vigorar a possibilidade de a guarda ser compartilhada entre os pais, sendo considerado um avanço no direito de família a possibilidade de que os filhos de pais que não convivem, poderem conviver com os dois genitores. A responsabilidade de cuidar, educar, alimentar e propiciar lazer aos

filhos, passa a ser de forma proporcional a ambos os pais, a ocorrer uma responsabilidade conjunta ou seja, um compartilhamento de direitos e deveres para com o infante. (DIAS, 2010, p. 451), cuja redação se transcreve abaixo:

Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada.

§ 1º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

§ 2º A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores:

- I – afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar;
- II – saúde e segurança;
- III – educação.

§ 3º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos (BRASIL, 2016E)

Com a necessidade de inserção no mercado de trabalho por parte das mulheres e ainda a emancipação feminina de um modo geral, cria-se um novo conceito de entidade familiar, pois em muitos momentos ela exerce o papel de “chefe”, aquela que absorve todas as obrigações. O homem por sua vez deixa de ser o provedor exclusivo, passa a dividir essa tarefa e a assumir ativamente a educação dos filhos, tanto na área psicológica como na social. O poder familiar que a princípio é intransferível, irrenunciável, imprescritível e indisponível, com a mudança na organização familiar, se propiciou que ambos os pais tenham a oportunidade de exercê-lo (VERONESE; GOUVEA; SILVA, 2005, p. 36).

Quanto às espécies de guarda, importante tecer algumas considerações, sempre à luz do princípio do melhor interesse da criança, posto que a finalidade de estudo e posituação do Instituto da guarda terá sempre este princípio norteador. É importante avaliar os aspectos sócio-econômicos e culturais em cada caso para que se determine o que é indicado para cada criança e família, aquele que terá mais

tempo, estabilidade e desejo de ser o guardião responsável do filho (NICK, 1997, p. 132).

Das espécies possíveis positivadas na legislação pátria temos primeiramente a **guarda unilateral**, que ainda tem sido a que prevalece nas opções aos pais; um dos genitores fica apenas com o direito de visitas, tendo contato com o filho normalmente quinzenalmente e em algumas datas festivas, guarda essa obtida por via judicial ou por acordo feito entre os genitores. Mas, a doutrinadora Maria Berenice Dias (2010, p. 458) faz as seguintes considerações a respeito:

A guarda unilateral afasta, sem dúvida, o laço de paternidade da criança com o pai não guardião, pois a este é estipulado o dia de visita, sendo que nem sempre esse dia é um bom dia, isso porque é previamente marcado, e o guardião normalmente impõe regras.

Nessa esteira, a guarda unilateral pode-se afirmar que propicia insatisfações, conflitos, barganhas e alienação parental envolvendo os filhos. As visitas com datas e horas marcadas afastam o filho e o genitor visitante, conforme afirma o doutrinador:

A locução visitas evoca uma relação de índole protocolar, mecânica, como uma tarefa a ser executada entre ascendente e filho, com as limitações de um encontro de horário rígido e de tenaz fiscalização (MADALENO, 2004, p. 86).

A guarda unilateral que por muito tempo foi a única prática, mostrou-se eficiente nas relações em que não há litígio entre os pais, relações em que os adultos respeitam a criança e não a envolvem como marionete, em que ocorre o respeito entre pai, mãe e filhos (MADALENO, 2004, p. 87).

Porém, a realidade não é tão tranquila nos assuntos de guarda, nem todos os relacionamentos entre os genitores são harmoniosos e assim tornou-se necessário estabelecer novas maneiras de tentar resguardar o melhor interesse da criança, bem como sua integridade psicológica e social, posto que a guarda unilateral externa, escancara para a sociedade que um dos cônjuges perdeu, posto que de certa forma, ela outorga mais poderes sobre o filho ao cônjuge detentor da guarda que ao outro.

O genitor, detentor da guarda, assume majoritariamente os direitos e deveres que ambos os cônjuges exerciam colegiadamente durante o casamento em relação à pessoa e aos bens dos filhos (LEITE, 2003, p. 213).

Para os casos em que os genitores não mais convivem sobre o mesmo teto, mas ambos pretendem manter a aproximação física e imediata com os filhos, a opção passa a ser a **guarda compartilhada**, propiciando uma participação mais intensa na vida do filho e não somente por meio das visitas.

O termo guarda compartilhada ou guarda conjunta de menores (*"joint custody"*, em inglês) refere-se a possibilidade dos filhos de pais separados serem assistidos por ambos os pais. Nela, os pais tem efetiva e equivalente autoridade legal de seus filhos e frequentemente têm uma paridade maior no cuidado a eles do que os pais com guarda única (*"sole custody"*, em inglês) (NICK, 1997, p. 135).

Com o advento da Lei 11.698/08, se estabelece também a possibilidade de compartilhar a guarda, permitindo que ambos os genitores dividam o poder familiar, mantendo a autoridade na tomada de decisões importantes relacionadas ao bem estar, educação moral, psicológica e social. O equilíbrio de papéis no exercício do poder familiar propicia um desenvolvimento físico e mental mais adequado para os casos de fragmentação da família (DIAS, 2010, p. 454).

Agora a guarda compartilhada está definida na lei; responsabilidade e exercício conjunto de direitos e deveres concernentes ao poder familiar (CC 1.583 § 1º). Ocorreu verdadeira mudança de paradigma. Sua aplicabilidade exige dos cônjuges um desarmamento total, uma superação de mágoas e das frustrações. E, se os ressentimentos persistem, nem por isso deve-se abrir mão da modalidade de convívio que melhor atende ao interesse dos filhos (DIAS, 2010, p. 455).

Observa-se que no instituto da guarda compartilhada há a necessidade de se estabelecer um domicílio, embora o filho fique livre para

transitar entre os dois lares, assim como também pode ocorrer a fixação de alimentos, posto que as condições econômicas dos cônjuges podem ser distintas. Para a fixação de alimentos na guarda compartilhada se observa a mesma lógica e princípios da ordem alimentar. Mas, o importante é que aos dois se mantenha o poder familiar, a garantia de que os dois, pai e mãe terão poder de voz ativa em tudo que diz respeito ao desenvolvimento, segurança e saúde na vida do filho.

A guarda compartilhada também pode ocorrer com relação aos avós, podendo ser compartilhada entre genitores e avós sem qualquer óbice, desde que atenda aos interesses dos filhos.

A guarda compartilhada serve para minimizar os efeitos da separação, pois os cônjuges deverão manter o diálogo, mesmo que tenham constituído nova vida familiar, assim os filhos que estão sob a guarda compartilhada tendem a manter os mesmos hábitos, as mesmas divisões de tarefas e as regras de educação que vinham sendo ensinadas pelos pais.

Compartilhar a guarda se atende ao princípio da igualdade, posto que ambos, pai e mãe, têm os mesmos direitos e obrigações, como o direito de convivência e responsabilidade pelo filho. Mas, caso os ex cônjuges sejam incapazes de manter uma convivência harmoniosa, não demonstrem capacidade de superar rancores conjugais, não deve ser concedida a guarda compartilhada.

Importante analisar este Instituto sob três aspectos: o psicológico, o social e o legislativo. No aspecto psicológico, o compartilhamento da guarda por pais que conversem entre si, que tenham consciência da necessidade de minorar as repercussões negativas de um divórcio na vida dos filhos, resulta em melhor desenvolvimento psicoemocional da criança. Ela rompe com a idéia de poder e prioriza a de cuidado, responsabilidade e convívio. Quanto ao aspecto social, passa-se a constituir um novo modelo relacional para o ex casal e o filho ou filhos, rompendo com o modelo patriarcal, centrado na coerção e na falta de diálogo e emergindo uma nova perspectiva ética, onde se privilegia o respeito mútuo, a colaboração, a liberdade e a verdade, e por fim, o aspecto legal, que permite ao magistrado ter em mãos mais uma possibilidade de guarda, sendo que esta propõe um máximo de união dos pais em torno do cuidados aos filhos (NICK,1997,p. 149).

Assim, sempre observando as possibilidades dos pais, a guarda compartilhada passa a ser uma alternativa que sempre deve ser cogitada.

Para Sérgio Eduardo Nick (1997, p. 150), o divórcio de pais que possuem filhos ainda na infância e adolescência, acarreta uma séria predisposição a que os filhos e adolescentes venham a ter alteração de comportamento, desajustes escolares, queda da auto-estima, entre outros problemas. Não resta mais dúvidas de que o litígio entre os pais e a mudança na estrutura familiar afeta os filhos e que para amenizar tais danos, necessárias a conscientização e busca de um modelo que supere o litígio no momento do divórcio. Uma solução pacífica deve ser encontrada seja quanto a guarda dos filhos como também quanto aos demais interesses que permeiam neste momento. Voltando a frisar que a consciência em observar o melhor interesse da criança é a premissa para prevenir problemas futuros.

E por fim, a **guarda alternada**, que, não é modalidade de guarda prevista em lei em nosso país, embora alguns juízes adotem em casos pontuais, pois, como já se afirmou anteriormente, sempre deve ser preservado o melhor interesse da criança. Este tipo de guarda, a princípio, é o menos indicado, embora tenha uma semelhança considerável com a guarda unilateral, porém os pais criam regras, espaços próprios, tempos próprios e o filho participará dessa alternância sistematizada de convivência. Para nos auxiliar o entendimento da guarda alternada, podemos citar a definição do doutrinador Grisard Filho (2000, p.106), que a entende da seguinte forma:

A guarda alternada caracteriza-se pela possibilidade de cada um dos pais de ter a guarda do filho alternadamente, segundo um ritmo de tempo que pode ser um ano escolher, um mês, uma semana, uma parte da semana, ou uma repartição organizada dia a dia e, conseqüentemente, durante esse período de tempo de deter, de forma exclusiva, a totalidade dos poderes-deveres que integram o poder paternal. No termo do período os papéis invertem-se.

Consequentemente, mesmo que o pai não esteja no período de exercer a guarda de fato, mantém o poder familiar, podendo interferir em todos os assuntos referentes ao filho.

4 O PODER FAMILIAR INTERROMPIDO PELA ALIENAÇÃO PARENTAL: ASPECTOS DESTACADOS

A Síndrome da Alienação Parental (amplamente conhecida pela sigla “SAP”) foi assim conceituada em 1985 pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner (2016) no ramo dos estudos relacionados à Psicologia como

[...] um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável.

Tal ação não possui somente a simples finalidade de difamar a figura do pai ou mãe alienado (a), mas sim, fazer com que, gradativamente, o filho passe a se afastar daquele (a) pai ou mãe vítima da alienação, envolvido por sensação de indiferença, e muitas vezes até sentimento de ódio. Em geral vai acontecer quando os cônjuges estão separados ou em situação de separação. Corrobora Dias (2010, p. 22-23) acerca do conceito da SAP:

A Síndrome de Alienação Parental é um transtorno psicológico que se caracteriza por um conjunto de sintomas pelos quais um genitor, denominado cônjuge alienador, transforma a consciência de seus filhos, mediante diferentes formas e estratégias de atuação, com o objetivo de impelir, obstacularizar ou destruir seus vínculos com o outro genitor, denominado cônjuge alienado, sem que existam motivos reais que justifiquem essa condição. Em outras palavras, consiste num processo de programar uma criança para que odeie um de seus genitores sem justificativa, de modo que a própria criança ingresse na trajetória de desmoralização desse mesmo genitor.

A SAP se caracteriza pelo desenvolvimento em 03 (três) estágios, os quais são: leve, moderado e grave, diretamente relacionados com as etapas dos atos de execução da Alienação Parental e o grau de comprometimento psicológico do filho (a) alienado (a):

O estágio leve é quando a alienação é iniciada, sendo sua característica basilar a sutileza, o filho começa a receber informações negativas sobre o genitor alienado do genitor alienador. Inicia o processo de desconstituição da figura do genitor alienado minuciosa e gradativamente, passando o filho a desconfiar e levemente repulsar o genitor alienado, embora ainda haja afeto. O estágio moderado leva o filho alienado a posicionar-se contrário às decisões do genitor alienado e repulsá-lo com maior clareza, deixando explícito o desejo de afastamento, valendo como modelo ideal o genitor alienador e o círculo a que este pertence. O estágio grave é denotado quando o filho alienado não aceita a proximidade do genitor alienado e quando o faz, deixa claro que o afeto está se transformando em ódio, repulsa. Neste último estágio o comportamento do filho caracteriza a síndrome (ESTEVAM, 2013).

Ressalta-se que os atos característicos da SAP não se limitam a prática única e exclusiva por parte dos pais, pois, a mesma pode abranger ainda outros cuidadores que participem do convívio da criança e ou adolescente. A SAP pode ser instaurada pelo pai ou mãe que detêm a guarda da criança, o que é mais comum de acontecer, como também pelo pai ou mãe não guardião, ou até pelos avós que acabam por criar a criança ou adolescente, tentando manipulá-la (o) afetivamente para que se afaste cada vez mais do pai ou mãe alienado (a).

A convivência social da criança ou do adolescente que sofreu alienação é afetada em modo geral. Sofre declínios no desenvolvimento social, emocional e psicológico, algo que pode comprometer sua capacidade de interação com o seu meio social e estagná-la em um único ponto por um longo período de tempo.

[...] acaba perdendo seu modelo de família, sendo aos poucos destituída dos sentimentos nobres que devem nortear sua formação: a solidariedade, amor ao próximo, respeito aos pais, dentre outros, e assim, torna-se impossibilitada de discernir o bem do mal, a verdade da mentira, o amor do ódio. Mais tarde, quando chegar à fase adulta, com personalidade esculpida a do genitor alienado, a crian-

ça sentir-se-á culpada pelo comportamento de até então, e um grande vazio tomará conta de sua vida, levando-a a forte depressão psíquica e, em muitos casos, ao uso de drogas (MARQUES, 2013).

No ordenamento jurídico, o tema foi abordado no Brasil a partir do ano de 2003, quando surgiram as primeiras decisões judiciais relacionadas ao tema. Nosso país é pioneiro acerca da criação de lei específica sobre Alienação Parental, a lei federal 12.318 de 26 de agosto de 2010 (FREITAS; PELLIZARO, 2010).

A supracitada lei define o conceito da alienação parental, ilustra as suas formas, de modo a tratá-la como um abuso moral, danoso à convivência familiar saudável e determina as sanções relacionadas a prática do ato alienador, as quais englobam desde a advertência e a multa ao alienador até a suspensão da sua autoridade parental (BRASIL, 2016C).

Segundo o artigo 2º da Lei, a alienação parental é considerada uma interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente. Colaciona-se o referido dispositivo:

Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós (BRASIL, 2016C).

Em seu artigo 3º a Lei salienta a necessidade de uma convivência familiar saudável, interrompida pelo abuso moral sofrido pela criança ou adolescente, vítima da alienação parental (BRASIL, 2016C):

A Lei teve como objetivo inserir no ordenamento jurídico brasileiro além de definições, sanções para com a prática da alienação parental. Assim, uma vez realizado o andamento processual adequado (como a perícia, por exemplo) e, de fato, diagnosticada a incidência da alienação parental, o juiz pode atribuir quaisquer que sejam as sanções disponíveis no artigo 6º da Lei citada ao genitor alienador:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- I - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente; VII - declarar a suspensão da autoridade parental (BRASIL, 2016C).

Dias (2010, p. 25) considera a síndrome um “tipo sofisticado de maltrato ou abuso” e acredita que o direito deve se atualizar no tocante à reparação do dano que recai sobre o filho e sobre o pai ou mãe alienado (a), uma vez que atitudes alienadoras contrariam a já mencionada lei (a qual, inclusive, trata-se de lei federal), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois desrespeitam o direito da convivência familiar saudável, bem como a própria Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, em seu artigo 227, o qual protege o instituto família:

Assim, é dever da família, da sociedade e do Estado de proporcionar que as crianças e os (as) adolescentes tenham seu direito à con-

vivência familiar resguardado, como preconiza o supracitado artigo e também elucida artigo do ECA:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituída, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2016F).

Insistindo em interromper a convivência do filho perante o alienado justificando-se por um falso abandono, o alienador torna-se responsável por sequelas psicológicas que possam surgir na criança ou adolescente alienado, sobrevividas de falsos relatos e de uma conduta extremamente opressora e injustificável. Infringe, assim, não exclusivamente a convivência familiar sadia amplamente protegida pela Constituição da República e pelo ECA, como também, age de maneira negligente ao não notar (ou ignorar) as consequências que tais atos possam acarretar ao desenvolvimento psicológico de seu próprio filho, o qual se torna vítima de violência muitas vezes irreversível.

Além das consequências já mencionadas, destaca-se que a alienação parental pode culminar em profunda depressão à criança e ao adolescente, em comportamento agressivo por não conseguir restaurar os laços com o pai ou mãe alienado (a), encontrando-se assim em estado de verdadeiro sofrimento e arrependimento, que muitas vezes induz a procura por alternativas que venham preencher tal vazio, dentre eles o consumo de drogas, e em situações extremas o suicídio.

Aponta-se o quão essencial é não somente aos pais, como quaisquer que sejam os partícipes do convívio junto à criança e ao adolescente, que baseiem a convivência familiar em alguns elementos basilares como paternidade responsável, cumplicidade, diálogo, afeto, educação e principalmente amor.

Como um modo de evitar a alienação parental destaca-se o instituto da guarda compartilhada, já que suas vantagens são evidentes e evitaria um convívio mais próximo de um dos cônjuges apenas, a possibilitar a prática de atos de alienação. Dentre as vantagens da utilização da guarda compartilhada, Lobo (2011, p. 10) destaca:

São evidentes as vantagens da guarda compartilhada: prioriza o melhor interesse dos filhos e da família, prioriza o poder fami-

liar em sua extensão e a igualdade dos gêneros no exercício da parentalidade, bem como a diferenciação de suas funções, não ficando um dos pais como mero coadjuvante, e privilegia a continuidade das relações da criança com seus dois pais. Respeita a família enquanto sistema, maior do que a soma das partes, que não se dissolve, mas se transforma, devendo continuar sua finalidade de cuidado, proteção e amparo dos menores. Diminui, preventivamente, as disputas passionais pelos filhos, remetendo, no caso de litígio, o conflito conjugal para seu âmbito original, que é o das relações entre os adultos. As relações de solidariedade e do exercício complementar das funções, por meio da cooperação, são fortalecidas a despeito da crise conjugal que o casal atravessa no processo de separação.

Esse respeito à família e superação dos conflitos pessoais deve ser priorizado e estimulado pelos profissionais do Direito no convencimento para a escolha da guarda compartilhada. É preciso que sejam fixadas regras a não permitir que o relacionamento entre pais e filhos seja obstruído, pois, muito mal causa à criança.

O direito de visitas, estipulado pela guarda unilateral, é uma das principais fontes de conflitos entre os pais, já que os atos de alienação parental, como por exemplo, restrição e dificuldades de acesso ao filho, são mais comuns nestes casos. A lei que institui a guarda compartilhada (11.698) impõe o dever de visitas e informação entre pais e filhos, permanecendo o poder familiar a ambos os pais. Tanto os filhos, como os pais têm o direito de se comunicar com cada um. Além disso, o direito à convivência familiar sadia não se estende apenas aos pais, mas às pessoas com quem a criança mantenha vínculo afetivo, como avós e outras pessoas, atendendo, efetivamente, ao melhor interesse da criança.

5 CONCLUSÃO

A partir da Constituição Federal de 1988 a doutrina da proteção integral foi estabelecida para crianças e adolescentes, que significa o amparo completo da criança desde a sua concepção, sob o ponto de vista físico, mental, material e espiritual. O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe as bases sólidas e legais para a efetivação da doutrina, amparando-se em seus princípios basilares.

A modernidade traz mudanças na concepção das famílias e cresce constantemente o número de casais que rompem o vínculo conjugal. Nesse contexto surge a síndrome da alienação parental, uma doença psicológica que acomete um dos genitores, mas que traz sofrimento para toda a família, em especial, problemas psicológicos aos filhos: crianças e adolescentes.

As atitudes praticadas pelo alienador (acometido pela SAP) provocam sofrimento físico e psicológico às crianças e adolescentes, impedindo sua convivência familiar saudável e, por conseguinte, seu pleno desenvolvimento físico, mental e social.

No Brasil, a partir de 2008 foi inserida a guarda compartilhada e a mesma deve ser recomendada aos pais em processo de separação. No entanto, a guarda unilateral ainda tem sido a mais utilizada, seja porque a sociedade ainda não a acolheu, talvez porque as pessoas tenham dificuldade em resolver seus conflitos de forma cordial e pacífica. A sociedade ainda entende que a mulher é a pessoa a melhor representar os interesses das crianças e adolescentes.

Esse cenário está em evolução. A alienação parental não será eficaz se os pais estiverem em constante contato com seus filhos. Mas, para isso, devem compartilhar a guarda dos filhos e decidirem tudo sobre suas vidas, num constante diálogo, no qual prevalecerá o melhor interesse da criança e não os seus.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 ago.2016A.

_____. *Lei 13.010, de 26 de junho de 2014*. Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm. Acesso em: 28 ago. 2016B.

_____. *Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010*. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016C.

BRASIL. *Lei 11 698 de 13 de junho de 2008*. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm> Acesso em : 21 ago. 2016D.

_____. *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016E..

_____. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016F.

_____. *Lei 3.071, de 1ª. de janeiro de 1916*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 08 set. 2016G.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*, Brasília: Ministério da Saúde: 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016H.

_____. PORTAL BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Em 10 anos, taxa de divórcios cresce mais de 160% no País*. Governo Federal Brasileiro, 30 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/em-10-anos-taxa-de-divorcios-cresce-mais-de-160-no-pais>>. Acesso em: 28 ago. 2016I.

CARACILLO, Melissa Cainé. Destituição do poder familiar. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo: Editor Revista dos Tribunais, v. 21, n. 83, jun./2013, p. 439-453.

COMEL, Denise Damo. *Do poder familiar*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

DIAS, Maria Berenice (coord.). *Incesto e alienação parental: realidade que a justiça insiste em não ver*. 2. ed., rev. atual. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. v. 5. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. *Manual de Direito das Famílias*. v. 3. 9. ed. Revista dos Tribunais. São Paulo 2014, p. 5.451.

ESTEVAM, Chico. *Síndrome da Alienação Parental – Questão de Responsabilidade*. Disponível em: <<http://www.guacunoticias.com.br/2010/06/sindrome-da-aalienacao-parental-questao-deresponsabilidade/>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

FREITAS, Douglas Phillips; PELLIZARO, Graciela. *Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/10*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GARDNER, Richard A. *O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?* (trad.). Rita Rafaeli. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

GRISARD FILHO, Waldyr. *Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*; São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 106.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Famílias Monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Do Poder Familiar. *Revista de Síntese Direito de Família*, São Paulo: Editora Síntese, v. 13, n. 67, set./2011, p. 19-28.

MADALENO, Rolf. *Direito de família em pauta*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MARQUES, Rosane. *Síndrome da Alienação Parental – Separação sem Guerra*. Disponível em: <<http://diganaoaerotizacaoinfantil.wordpress.com/2008/04/03/%E2%80%9Csindrome-daalienacao-parenteral%E2%80%9D-separacao-sem-guerra/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

NICK, Sérgio Eduardo. *Guarda compartilhada: um novo enfoque no cuidado aos filhos de pais separados ou divorciados*. In: BARRETO, Vicente (coord.). *A nova família: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

RODRIGUES, Samara. *Análise dos tipos de guarda existentes no direito brasileiro e as diferenças entre a guarda compartilhada e a guarda alternada*. Disponível em: <http://samararodriguez.jusbrasil.com.br/artigos/118530834/analise-dos-tipos-de-guarda-existentis-no-direito-brasileiro-e-as-diferencas-entre-a-guarda-compartilhada-e-a-guarda-alternada>. Acesso em: 25 ago. 2016.

VERONESE, Joseane Rose Petry; GOUVÊA, Lúcia Ferreira de Bem; SILVA, Marcelo Francisco da. *Poder Familiar e Tutela: À luz do novo Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Santa Catarina: OAB/SC Editora. 2005.

WIRTH, Noeme de Matos. *As novas configurações da família contemporânea e o discurso religioso*. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386090342_ARQUIVO_NoemededeMatos.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE PARA A CIDADANIA

Jaíni Pizoni Baldissera
Agháta July Goularte Patrício
Gabriele Bernardes
José Carlos Virtuoso Ongaratto
Renise Teresinha Mellilo Zaniboni

Curso de Direito, Projeto de extensão - Território Paulo Freire, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se alcançar com o projeto de extensão para o empoderamento e capacitação de lideranças comunitárias no Território Paulo Freire, não apenas a problematização da extensão universitária para além da abordagem tradicional, assistencialista e unilateral, mas também contribuir para que os integrantes do grupo que pertencem a comunidade sintam-se sujeitos ativos, capazes e livres para orientarem outros cidadãos de sua família, grupo de amigos e a comunidade dos seus bairros e associações. Para isso é preciso compreender o que vem a ser cidadania e quem tem o direito de exercer a cidadania, a qual está intimamente relacionada com os direitos sociais, tais como saúde, trabalho e educação. Neste viés é que o projeto de extensão em estudo vem na tentativa de contribuir com a comunidade, levando o debate e discussão acerca de assuntos e temas relevantes sobre os direitos dos cidadãos e de que forma devem buscar esse direito.

Com efeito, pretende-se no presente estudo apresentar a metodologia utilizada no projeto, bem como descrever os encontros e os assuntos abordados até o momento da submissão deste trabalho. Além do

primeiro encontro onde se buscou a integração do grupo e foi definido conjuntamente entre professores e bolsistas extensionistas e os participantes da comunidade os temas que serão tratados ao longo de 8 (oito) encontros a serem realizados no segundo semestre de 2016.

Os encontros iniciam-se sempre com uma dinâmica de grupo e após se passa para a discussão e debate em grupo sobre o tema proposto. No segundo encontro o tema abordado foi de direito de família, respectivamente nos demais encontros foram tratados dos assuntos sobre direito à saúde e medicamentos; direitos humanos; Lei de condomínio e funções do síndico e por fim direito do consumidor.

2 DEFININDO CIDADANIA

Não tem como definir Cidadania sem analisar seu significado no tempo, posto que é correto afirmar que o conceito e a prática da cidadania vem se alterando ao longo de muitos anos. Quem detém Cidadania é cidadão e ser cidadão no Brasil, não é o mesmo que ser cidadão na Índia, na Europa ou nos Estados Unidos, ou ainda, em qualquer outra parte do mundo.

Ser cidadão é ter, direito à vida, à liberdade, à propriedade, a participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila (PINSKY, 2003, p, 09).

Embora Pinsky acima defina cidadania e consequentemente cidadão, não se pode afirmar que a cidadania acontece ou aconteceu da mesma forma em todas as partes do planeta, ou ainda afirmar que a falta de um dos direitos concernentes a cidadania se define como não cidadania ou que a cidadania vem sendo ampliada e conquistada da mesma forma em todos os países. As lutas por direitos ao longo da história são exemplos de construção de cidadania que culminaram com a Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte e a Revolução Francesa, dois marcos na construção dos direitos do cidadão (PINSKY, 2003).

Para Gohn (2005, p. 18), “dentre os conceitos utilizados pelos intelectuais, políticos, administradores públicos, e pela mídia, cidadania é, provavelmente, o que tem tido o maior uso (e abuso) de significados e ressignificados”. Ainda definindo a cidadania e face as diversas formas definidas no contexto histórico e ainda diversas interpretações, pode-se afirmar que ao definir cidadania se está falando de direitos civis e nele contidos os direitos de igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança.

Partindo da premissa de que cada pessoa humana tem sua individualidade e aí se entende sua história, seu meio, sua cultura, cada grupo social tem cultura própria que é resultado das condições naturais e sociais que vivencia, podemos afirmar que o conceito de cidadania terá que ter identidade com todos esses fatores e consequentemente ele se define de formas distintas para cada grupo social. Mas, apesar das diferenças, que são inegáveis, também as semelhanças ocorrem, pois somos todos seres humanos, tendo as mesmas necessidades e faculdades essenciais. Daí decorre a existência de direitos fundamentais e consequentemente à cidadania (DALLARI, 2004).

Convergindo com as alegações anteriores, pode-se afirmar que a construção da cidadania, vem sendo ampliada e atualizada aos anseios da sociedade moderna, sendo com toda certeza um dos grandes motores da história (MARTIN, 2005, p. 21).

A partir da criação do Estado, a definição de cidadania vem se delineando de uma forma diferenciada, pois os antigos se pode afirmar que exerceram a cidadania em uma democracia direta enquanto que a cidadania da modernidade foi construída dentro de uma democracia participativa:

Começamos pela diferença mais crucial entre presente e passado, a da própria forma da existência social. O mundo greco-romano não se estruturava como os Estados nacionais contemporâneos, mas de modo bem distinto, com cidades-estado (PINSKY, 2003, p. 30).

Trazer a estudo para definir cidadania, a concepção de cidadania na cidade-estado, afastada da atualidade por quase três milênios justifica-se ao compararmos que lá, foi um período de grandes transformações econômicas e sociais quase uma revolução, enquanto que os Estados-na-

cionais devem sua formação a um contexto histórico de industrialização, desenvolvimento do capitalismo, e consequentemente grandes mudanças econômicas e sociais, também (PINSKY, 2003, p. 31).

Mas na modernidade pode-se afirmar que ocorre uma crescente banalização do termo cidadania, em muitos momentos com o efetivo propósito de esvaziar o sentido original e inovador que vem sendo construído. É histórica a tentativa de fixação de seu significado, e consequentemente de seus limites. Mas sua definição atualmente passa pela experiência dos movimentos sociais, tanto os urbanos, acesso a cidade, quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. (DAGNINO, 1994).

A definição de uma cidadania contemporânea passa pelo direito à igualdade como pelo direito à diferença, agregando-se a um novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo. Perpassa pela noção de transformação social, com a incorporação de características da sociedade contemporânea havendo uma ligação entre as dimensões da política e da cultura. A desigualdade econômica, a miséria, a fome são presentes no Brasil e a América Latina, ocorrendo uma organização social desigual e hierárquica; que se pode chamar de autoritarismo social (DAGNINO, 1994).

3 A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O direito de participar ativamente na vida da cidade, tomando decisões políticas, era reconhecido para alguns na Grécia antiga, na sociedade romana cidadania significava um indicativo da situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Os cidadãos atenienses participavam das assembleias do povo, tinham plena liberdade de palavra e votavam as leis que governavam a cidade – a polis, tomando decisões políticas. Havia diferença em relação a liberdade das pessoas, definindo-os como os livres e os escravos, e ainda entre os livres, também não havia igualdade, definindo-os como os nobres e os plebeus. O exercício da cidadania era então quantificado pela classe social, só uma parte dos cidadãos romanos gozava da cidadania ativa. Ressalta-se que as mulheres são outro exemplo de pessoas que não possuía a cidadania (DALLARI, 2004).

No que tange à cidadania em Roma, há que se contextualizar que, assim como em Atenas, não existia o Estado, como ser abstrato e apartado da sociedade, constituindo-se como uma Civitas. Segundo a tradição, a fundação de Roma deu-se no século VIII a.C., por Rômulo, o primeiro rei de um total de sete (VIEIRA, 2013), passando a constituir-se sob um regime republicano no ano 509 a.C., onde coexistiam duas classes sociais: os patrícios (descendentes dos fundadores, denominados “pares”, e os plebeus (refugiados que procuraram abrigo em Roma, sem haver distinção entre homens livres e escravos neste grupo). Porém, havia no período nítida divisão social na sociedade romana, onde era atribuído aos patrícios o domínio social, econômico e político da Civitas romana (VIEIRA, 2013).

Também em Roma vinculava-se a cidadania ao direito de participação direta do povo, mas escravos e estrangeiros ficavam excluídos do processo de tomada das decisões políticas. A cidadania, na monarquia e em parte da República, era assegurada apenas aos patrícios, pelo fato de tratar-se de descendentes dos fundadores de Roma, excluindo-se deste conceito a plebe (VIEIRA, 2013).

A partir do século V a.C., surge um movimento organizado pela plebe em oposição aos patrícios, por meio das denominadas secessões, ou seja, rebeliões em que os plebeus lutavam pela conquista dos direitos de cidadania, resultou desse movimento a aquisição da cidadania romana pela plebe (VIEIRA, 2013).

A divisão em classes continua existindo nos séculos XVII e XVIII, já chamados tempos modernos, mas lembrando ainda o que ocorria na Roma antiga. Nesta época na Europa os nobres gozavam de inúmeros privilégios, eram proprietários de grandes extensões de terras, não pagavam impostos e os cargos políticos eram por eles ocupados. Na história também é nesta fase que vamos encontrar a figura do rei, que governava com poderes absolutos, período conhecido como do absolutismo (DALLARI, 2004).

As injustiças praticadas pelos nobres e reis eram tantas que trabalhadores e burgueses iniciam as então chamadas revoluções burguesas. Em 1688/1689 ocorre a revolução burguesa na Inglaterra, em 1776, independência das colônias inglesas, 1787, criação dos Estados Unidos da América. Em 1789, o povo invade a prisão da Bastilha, em Paris, cul-

minando com a Revolução Francesa. Todos os fatos históricos entre outros que aconteceram durante esse períodos foram decisivos para que se definisse e passasse ao uso do termo cidadão e cidadã, simbolizando a igualdade de todos. Nessa época se falar em cidadania, significava dizer que todos deveriam ter o direito de participar do governo, sejam nobres ou não, ricos ou pobres, homens ou mulheres (DALLARI, 2004).

Mas como a história é escrita com avanços e retrocessos, a Constituição francesa de 1791, manteve a monarquia hereditária, manteve o privilégio do voto para os cidadãos ativos que seriam somente os franceses homens, que não fossem empregados. Novamente as mulheres, os trabalhadores e as camadas mais pobres foram excluídas da cidadania ativa.

É das lutas pela aquisição e a ampliação de suas prerrogativas que a sociedade foi sendo moldada, tanto na perspectiva antiga, quanto na moderna, advinda da dicotomia entre sociedade civil e sociedade política (VIEIRA, 2013, p. 40).

Pode-se afirmar que a partir de 1651 com o estabelecimento do “contrato social” pelas mais diversas razões passa-se do chamado “estado de natureza” para concepção de um corpo social e político. Para Hobbes, o maior dos poderes é o poder do Estado, resultado da soma de poderes de todos os homens na formação do Contrato Social (PINSKY, 2003).

Ainda definindo a cidadania no contexto histórico, podemos afirmar que no século XVIII, os direitos individuais de igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança, todos contidos no nosso direito civil, eram a tônica da cidadania. E a plena realização dos direitos acima citados era possível com a atuação de um Estado mínimo.

Ao entender-se que o indivíduo precede o Estado, nas concepções de Locke, o governo deve limitar-se a garantir os direitos civis e políticos e evitar ingerir nas atividades econômicas. Mas, a história nos mostra que essa filosofia liberal não resolveu o problema social, econômico e político da desigualdade.

Porém no século XIX, se definem os direitos políticos, que dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, participação política e eleitoral, ao sufrágio universal, que são os chamados direitos individuais exercidos coletivamente. Os chama-

dos direitos de segunda geração que vem somar aos civis, mas entendendo que só eles são uma falácia. A luta de classes para Marx, passou a definir a busca pela sonhada cidadania que culmina nos direitos políticos (VIEIRA, 2005, p. 33).

E ainda sob essa mesma ótica surgem no século XX, sempre em decorrência de lutas da sociedade, especificamente do movimento operário e sindical, os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, segur-desemprego, ou seja, direitos que garantem acesso aos meios de vida e bem estar-social. Mas, já para a plena aquisição desses direitos havia a necessidade de um Estado mais forte, que efetivamente desenvolva políticas sociais (trabalho, saúde, educação, previdência, etc) como forma de realização de direitos sócio-econômicos. (MARSHALL, 1977).

Dessa forma, a garantia dos direitos sociais, que consistem no direito a exigir prestações positivas do Estado, é aspecto fundamental do exercício da cidadania e da própria manutenção do modo de produção capitalista, que segundo Marshall (1967) na Inglaterra, há diversas dimensões de cidadania, vinculadas à ideia de direitos. Esse autor divide o conceito de cidadania em três elementos: civil, político e social. O elemento civil compreende os direitos referentes à liberdade individual e os direitos civis; o elemento político corresponde ao direito de participar do processo político, incluindo o direito de escolha dos representantes e o direito de figurar como membro do poder e, por fim, o elemento social, referente ao direito ao bem-estar mínimo, do ponto de vista econômico e social (MARSHALL, 1967).

Cada um desses elementos: civil, político e social, formou-se em séculos distintos, observando uma sequência cronológica e lógica: os direitos civis (direito à vida, à liberdade, à propriedade e a igualdade perante à lei) surgiram no século XVIII, os políticos (direito de votar e ser votado e de participar de organizações) no século XIX e os sociais (direitos dos trabalhadores, greves, salário, educação, saúde, entre outros) no século XX (GOHN, 2005).

Na modernidade, o projeto político da constituição de um ser abstrato distinto da sociedade, denominado de Estado, representou uma nova configuração, diferente de todos os modelos sociais e políticos antecedentes, quer da antiguidade ou do período medieval. Por consequência, emergiu uma nova significação para o conceito de cidadania, havendo uma nítida separação entre o Estado e a sociedade civil, não

existindo mais a participação direta do cidadão no processo político, substituindo-se a cidadania participativa pela cidadania representada (VIEIRA, 2013).

Neste momento o operariado passa a lutar por melhores condições de vida, por intermédio dos movimentos sociais, emergindo o Estado Social em substituição ao Estado Liberal, emergindo a concepção de cidadania social, ou seja, o cidadão para a ter direitos sociais, passa-se ao Estado do Bem-Estar Social, que não rompe com o modo de produção capitalista, mas tem por objetivo a redução das desigualdades social, característica do modelo liberal.

No século XX, mais precisamente na segunda metade do século, surgiram os chamados “direitos de terceira geração”, são direitos não mais individuais, mas, para grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou até a própria humanidade. Se está falando de direito à paz, direito ao meio ambiente, a autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento.

Mas a história não para e novos movimentos sociais vão surgindo e hoje também se insere ao que se está definindo, ou seja, cidadania, os direitos chamados de terceira geração, que seriam os relativos aos interesses difusos, como direito do consumidor, das mulheres, das crianças, das minorias étnicas, dos jovens, anciãos etc. E já se inclui nessa ordem os direitos de quarta geração que são os relativos à bioética (MARSHALL, 1967). A construção acima sofreu críticas de alguns escritores, no sentido de principalmente ser considerada a política, fato que não se pretende adentrar no presente estudo, porém se acrescentará as considerações outro ingrediente importante na construção ou obstaculização da construção da cidadania que foi a religião:

A religião foi um fator importante para favorecer ou obstaculizar o desenvolvimento da cidadania. A versão calvinista do protecionismo reforçou o individualismo e favoreceu a cidadania, colocando ênfase na sociedade, e não no Estado. Já o protestantismo luterano na Alemanha foi diferente do calvinismo holandês. A religião é escolhida pelo Príncipe para o povo: Lutero reforça a obediência ao Estado, o alemão é primeiro alemão, depois cidadão, ao contrário do francês, que é primeiro cidadão depois francês (Hermet, 1991). Seguindo uma linha agostiniana de inspiração platônica, Lutero se afasta da política, pois a cidade dos homens é

má. Daí a aceitação da autoridade e o forte senso de nacionalismo (VIEIRA, 2005, p. 24).

A cidadania antiga e a moderna guardadas as devidas proporções históricas já aqui pinceladas, em breve síntese feita por Liszt Vieira , teve que enfrentar três problemas:

O primeiro é a edificação do Estado, a separação das instituições políticas e da sociedade civil no interior de territórios mais vastos, com população muito mais numerosa do que a das repúblicas antigas. Lembramo-nos de que na Atenas dos Séculos V e IV antes de Cristo o número de cidadãos oscilava entre 30.000 e 60.000. O segundo problema é o regime de governo. O ideal republicano retomado pelo Renascimento é inseparável da isonomia e da igualdade. Ele só se realiza em governos democráticos ou em governos mistos, onde existe um certo arranjo entre a aristocracia e a democracia, como ocorreu nas cidades gregas e romanas. Ora, o ideal republicano da Modernidade foi retomado em meio a sociedades que, em sua maioria, possuíam governos monárquicos e aristocráticos. O terceiro problema é que a sociedade pagã, politeísta e escravagista da Antiguidade nunca inscreveu o Homem no direito: os direitos humanos são inexistentes. A escravidão é incompatível com os princípios cristãos da dignidade igual homens perante Deus e com os direitos do homem que surgiram no século XVIII no bojo das Revoluções Americanas e Francesa. (2005, p. 28)

As três questões acima levantadas, do Estado, do Governo e do Homem, vão obrigar os modernos a redefinir a cidadania, posto que a inspiração vem da cidadania antiga, mas fica claro a incompatibilidade de princípios entre a monarquia absoluta existente e a cidadania. Ao trazer a cidadania como um dos fundamentos do Estado, constituiu-se em um novo paradigma quanto ao reconhecimento e ampliação da cidadania (VIEIRA, 2013).

Uma grande dificuldade enfrentada para a concretização do princípio da cidadania moderna é o tamanho das repúblicas, tornando impossível o exercício direto do poder pelo cidadão. Assim o princípio republicano traz a idéia do voto, defendida por Rousseau. O cidadão não exerce em pessoa o poder, mas o exerce através do voto. Outra supe-

ração necessária foi o voto universal, somente no século XX o voto se estendeu as mulheres. Todos os problemas enfrentados pela concepção de cidadania são enfrentados por povos de todo o planeta e portanto surge a idéia de cidadania planetária, que vem sendo gradativamente construída pela sociedade civil de todos os países, contrapondo-se ao Estado e ao poder econômico de mercado (VIEIRA, 2005).

A democracia é uma forma de existência social, permite uma sociedade aberta a criação de novos direitos e a luta por direitos civis e políticos criam os direitos das chamadas minorias, sejam elas de mulheres, crianças, idosos, étnicas e sexuais, somando-se ainda a luta por ambiente sadio.

Diante da ampla abrangência do conceito de cidadania, respeitando a construção ao longo da história, mesmo com a ampliação reconhecida como avanços, a presença de violações a cidadania e ao cidadão ou melhor a ausência de cidadania e ou cidadania plena a considerável parcela da população, especialmente nos países sub-desenvolvidos e emergentes é concreta e permanece a luta para seu exercício integral, em todas as suas formas, definições e conquistas historicamente reconhecidas.

Já no Brasil, de início é importante afirmar que a Constituição ampliou em grande escala os direitos de cidadania, primeiramente assegurando os direitos já reconhecidos, direito de votar e de ser votado tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. O cidadão passa a ter direito a apresentar projetos de lei de iniciativa popular, em todos os níveis, bem como participar de plebiscito ou referendo e ainda o direito de porpor ação popular e o mandado de segurança, contra ato abusivo de autoridade em prejuízo de direitos do cidadão (DALLARI, 2004, p. 25). Para votar e para poder ser votado o cidadão brasileiro deverá se alistar perante a Justiça Eleitoral, alistamento esse obrigatório para os maiores de dezoito anos, e facultativo para os analfabetos, para os maiores de setenta anos, e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, instituído em seu artigo 14.

A participação política do cidadão foi garantida na CRFB de 1988, estabelecendo-se portanto o caráter democrático, tendo como um de seus pilares a participação política do cidadão, seja de forma direta, no procedimento de tomada de decisões, ou pela via indireta, por intermé-

dio da escolha de representantes. Teremos, portanto a coexistência do modelo representativo e o participativo (VIEIRA, 2013, p. 180).

Ao atribuir um destaque especial aos direitos sociais, o modelo de Estado adotado pela CRFB/1988 visa ao ideal da justiça social. Nessa medida, prioriza o cidadão dando ênfase aos postulados da igualdade, liberdade e fraternidade (BONAVIDES, 2001). Ao trazer a cidadania como um dos fundamentos do Estado, constituiu-se em um novo paradigma quanto ao reconhecimento e ampliação da cidadania (VIEIRA, 2013). Ao atribuir um destaque especial aos direitos sociais, o modelo de Estado adotado pela CRFB/1988 visa ao ideal da justiça social. Nessa medida, prioriza o cidadão dando ênfase aos postulados da igualdade, liberdade e fraternidade (BONAVIDES, 2001).

Contudo, não se limitou o texto constitucional ao reconhecimento dos direitos sociais enquanto direitos fundamentais que demandam prestações positivas do Estado, o papel do cidadão na construção desse novo paradigma, a cidadania é a tônica para que decisões políticas estejam mais vinculadas aos anseios da maioria, fala-se aqui de cidadania participativa, ou seja, uma democracia que permita a coexistência de duas soberanias, o poder representativo estatal e o poder representativo da sociedade (VIEIRA, 2013, p. 153).

A CRFB/1988 nos traz o reconhecimento e a necessidade da participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões políticas, ou seja, na esfera política. E é sob a nova perspectiva e definição de cidadania aqui construída que passaremos a discorrer sobre a cidadania para o idoso no Brasil.

4 METODOLOGIA

O projeto “Capacitação para a cidadania: o empoderamento de lideranças comunitárias no Território Paulo Freire” foi concebido dentro de um viés epistemológico alinhado ao sentido que enseja o seu título: a autonomia. Desta forma, seu delineamento metodológico orienta-se na perspectiva de problematizar a extensão universitária para além da abordagem tradicional, assistencialista, unilateral.

Assim, buscando-se trabalhar tal concepção, realizou-se uma revisão teórica preliminar, como suporte para as atividades a serem de-

envolvidas, com a equipe extensionista participando também de encontros de formação que tiveram como tema central os conceitos de extensão a partir da obra de Paulo Freire.

O período de formação estendeu-se durante todo o primeiro semestre de 2016, dando as bases necessárias para a execução do projeto, no mês de agosto. Antes disso, no mês de julho, por meio da colaboração de lideranças comunitárias dos diversos bairros que integram o Território Paulo Freire, foi definida a composição do primeiro grupo de três que participação da formação, com a inscrição de 15 participantes.

O maior número de participantes acabou sendo proveniente do bairro São Sebastião, um dos 11 abrangidos pelo programa institucional da Unesc, moradores do Residencial Venezia, conjunto habitacional popular que abriga aproximadamente 900 moradores, distribuídos em 256 apartamentos que compõem 16 blocos.

No dia 16 de julho, na tarde de sábado, foi realizado o primeiro encontro da equipe extensionista com o grupo de participantes, no salão de festas do condomínio, local estabelecido para os encontros subsequentes. Na oportunidade, houve a apresentação da proposta, de um curso com duração total de 42 horas aula, dividido em sete semanas. Foram indicados os temas a serem trabalhados, de interesse do grupo, a partir de noções básicas e tópicos especiais acerca do ambiente e cidadania, empreendedorismo e finanças pessoais, direitos humanos e cidadania, compreendendo direitos do consumidor; de direito penal; de direito do trabalho e previdenciário e de direito sanitário e constitucional, além de políticas públicas e desenvolvimento de lideranças.

Prospectados as temáticas, os participantes tiveram a liberdade para indicar quais gostariam de ter, podendo inclusive apontar outras. Neste momento, ficaram definidas também as datas de realização dos encontros, optando-se pelas tardes de sábado para facilitar a participação dos integrantes.

O primeiro encontro foi realizado no dia 13 de agosto. Para criar um clima de empatia entre os presentes, usou-se o expediente da música, com a entoação da canção “Tocando em frente”, de Almir Sater, cujo texto remete a situações de experiência e aprendizado que valorizam a

existência humana. O fato de um dos professores da equipe ser musicista facilita a adoção desta estratégia, repetida a cada novo encontro.

Para a etapa inicial das reuniões de formação, antes da abordagem de cada temática específica, também buscou-se realizar dinâmicas de estímulo e valorização da cooperação e do trabalho coletivo. Ainda no primeiro encontro, foi realizada uma atividade conhecida popularmente como “dinâmica da vaca”, na qual o grupo foi dividido em sub-grupos e teve como tarefa desenhar partes de uma vaca. Na sequência, estas seriam montadas para compor o corpo do animal. O objetivo era compreender a importância da comunicação e do trabalho em equipe para o fortalecimento comunitário.



Nos encontros subsequentes foram abordados os temas direitos humanos e cidadania, direito à saúde e obtenção de medicamentos gratuitos, direito condominial e funções do síndico e direito do consumidor. A cada encontro, considerando a base Paulo freiriana que motiva as ações do projeto, procurou-se estimular a participação autônoma do grupo, para que este tivesse uma presença ativa e contribuísse efetivamente neste processo de construção de autonomia. Afinal, conforme Freire (2013, p. 88), capacitação “[...] é mais do que o treinamento, porque é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos. Não se pode nunca reduzir-se ao adestramento, pois que a capacitação só se verifica no domínio do humano”.

5 SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO

O projeto de liderança na comunidade, conforme descrito acima, começou com muita empatia e comunicação entre os participantes. Foi dado início ao projeto, com a organização e empoderamento para definirmos os dias que ocorreriam os encontros, e quais materiais seriam auferidas nos encontros, sendo que antes do início foram feitas fichas de inscrições, que detalhou o que mais tinham curiosidade e dúvidas para obter conhecimento e aprendizado.

Parte da análise do segundo encontro, uma vez que no primeiro encontro, além da dinâmica de grupo, caracteriza incorporada neste projeto de extensão, a pauta limitou-se ao cronograma dos encontros, definindo o local, datas e temas a serem abordados, temas que foram selecionados por todos os participantes.

5.1 ENCONTRO II – DINÂMICA DE GRUPO

No primeiro encontro foi realizada uma dinâmica de grupo com a finalidade de instigar o empoderamento e a empatia com os participantes, sendo alguns dos integrantes moradores do Condomínio residencial De Venezia, do bairro São Sebastião em Criciúma/SC, e alguns da grande região do bairro Santa Luzia, também em Criciúma/SC.

Assim, neste encontro foi realizada a dinâmica de conhecimento, por meio da temática da “vaca” (imagem acima), sendo que os participantes foram divididos em 5 (cinco) grupos de 5 (Cinco) pessoas, tendo sido distribuído 2 palavras com o nome da parte do corpo da “vaca” para cada grupo, o qual foram incumbidos de desenhar a parte do corpo solicitada. Neste aspecto os participante dialogaram para fazer o desenho, sendo que alguns ficaram com dúvidas se deveriam se comunicar com outro grupo para talvez melhorar o desenho, ainda não sabiam como cada um iria desenhar o tamanho, enfim a “vaca” ficaria diferente.

Neste ponto de vista, os participantes depois de verem a “vaca” montada, compreenderam que sem diálogo numa comunidade a mesma não vai para frente não desenvolverá o que é preciso para vivência boa e satisfativa, neste meio os participantes pensaram que se não

agirmos em grupo, em comunidade talvez não chegaremos a uma autonomia e a lideranças comunitárias, que visam sempre ajudar e melhorar ao seu a redor.

Ainda foi feito relatos reflexão sobre Direito de Família, que a família precisa de afetividade e ela é o alicerce para o desenvolvimento social, podendo ser composta por uma única mãe, ou um único pai, ou pelos dois – ou por mães e pais, independentemente da orientação sexual do parceiro(a) de cada um, com isso foi repassado e dialogado quais são os regimes de bens do casamento, como: comunhão universal, separação de bens, comunhão parcial, Participação final dos aquestos, e União Estável, quais são os direitos e deveres dos conviventes.

Foi relatado e questionado sobre alimentos, adoção, guarda Unilateral e Compartilhada, Divórcio Consensual e Litigioso. Ainda sobre o divórcio foi feito perguntas sobre o pagamento de pensão ao ex cônjuge e quais são as consequências e direitos, como serão partilhados os bens em caso de divórcio. E por fim foi dialogado sobre direito das sucessões, herança e os direitos dos herdeiros em inventário, sobre tudo ocorreu várias perguntas sobre este tema.

5.2 ENCONTRO III – DIREITO À SAÚDE

O encontro sobre direito à saúde foi totalmente imprevisível, mas, em igual medida, emblemático.

Quando os integrantes do projeto de extensão chegaram no condomínio, para surpresa, foi informado que o salão havia sido reservado para duas pessoas na mesma data: nós, e um dos moradores, que desejava fazer uma confraternização – um churrasco com seus amigos.

O grupo, então decidiu esperar a chegada de todos os integrantes para encontrar, conjuntamente, uma solução. O que de fato foi realizado. Prontamente, uma das moradoras e participantes do projeto, sugeriu que o encontro se desse em seu apartamento ali mesmo no residencial, tudo para que a reunião não fosse cancelada. Cancelar não era uma opção. Ali foi visto claramente a união e a satisfação do grupo com o projeto. No apartamento, o improvisado fora perfeito: a cortina da Dona Judite, moradora do condomínio, serviu de tela para o Datashow. O sofá da sala, e as cadeiras da cozinha serviram de acento para o grupo.

O tema abordado em si não mereceu menor destaque. Falar sobre direito à saúde, sobre direito das pessoas com deficiência e de acesso à justiça nas demandas de saúde, interessou e muito os líderes comunitários.

Ao falar sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, foi solicitado que cada um dos participantes comentasse sua experiência própria sobre o serviço. Para a surpresa do grupo, o resultado dos relatos demonstrou que, na maioria das vezes, o serviço prestado fora de ótima ou boa qualidade. Totalmente inverso do que a mídia demonstra diariamente por meio da mídia comercial/convencional.

A partir desta conclusão, discutiu-se ainda, acerca do movimento que se constrói no Brasil para acabar com o Sistema Único de Saúde, usando exemplos de atendimentos precários e situações extremas e isoladas, tudo no intuito de generalizar o modelo como sendo devastador para a saúde coletiva.

Por meio de vivências e exemplos, fora tentado mencionar como ocorre em outros países do mundo, onde a população necessita pagar planos de saúde privados, obrigatoriamente e não de maneira facultativa, como ocorre no Brasil, para que possa, ainda que emergencialmente ser atendida.

Em feliz conclusão de grupo, foi asseverada a necessidade de sim, serem feitas críticas construtivas ao modelo brasileiro de sistema de saúde, mas defende-lo como direito adquirido e mais adequado à população brasileira.

5.3 ENCONTRO IV – DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS.

No encontro de número III, ocorrido com a participação da Dra. Fernanda da Silva Lima, abordou-se o tema de direitos humanos, políticas públicas e movimentos sociais.

Foi debatido entre o grupo sobre a importância a luta de efetivação e promoção dos direitos humanos adquiridos no Estado Democrático de Direito. O tema fez com que diversas problematizações sociais surgissem, mas a que mais se destacou foram as que envolvem o direito penal e o sistema carcerário no Brasil. Debateu-se, novamente, sobre a influência que a mídia possui em gerar um sentimento de punibilidade e ódio entre em população. A redução da maioridade penal fora outro ponto debatido pelo grupo. Em conjunto, decidiu-se pela necessidade

de haver um encontro específico para tratar da temática, haja vista que o debate sobre tal problematização se faz emergencial e imprescindível, principalmente para os líderes de comunidade.

Exemplificadamente, falou-se sobre os movimentos sociais no Brasil. O feminismo, o movimento negro, sindicalista e a importância que todos possuem na identificação de demandas coletivas, para que a partir de então, essas demandas sejam levadas aos nossos representantes políticos para a proposição de projetos de lei.

Abordou-se, ainda, a relevância que tais movimentos possuem, após a criação de leis, na luta e reivindicação para que elas sejam cumpridas e efetivamente se cumpram os direitos adquiridos pelo povo.

Em conclusão conjunta, fora reconhecido o papel dos líderes comunitários em, inspirados nos grandes movimentos sociais, identificar as demandas comunitárias para levar aos representantes locais.

5.4 ENCONTRO V – DIREITOS E DEVERES NO CONDOMÍNIO – VISITA GUIADA NA BIBLIOTECA DA UNESC

Já no encontro que ocorreu na Unesc, para que todos os participantes tivessem um olhar da Universidade Comunitária, os participantes tiveram visita orientada/guiada na biblioteca Erico Back da Unesc, sendo que o encontro foi bastante produtivo, pois os participantes se surpreenderam com a quantidade de títulos existentes na biblioteca, entre outros aspectos. A admiração demonstrada pelos participantes foi muito grande, a maioria manifestou o pesar que sentia por não ter frequentado os bancos escolares até a Universidade, demonstrando o desejo de estudar ainda vivo no íntimo de cada um.

Na pesquisa de títulos e autores, a participante Irene, sugeriu o nome de alguns poetas e manifestou seu gosto por poesias e que inclusive já escreveu algumas, tendo se comprometido a trazer no próximo encontro para ler a todos.

O Senhor Luiz pede para buscar pelo autor João Guimarães Rosa e menciona o famoso personagem do autor “Manezão”, que é um personagem real e seu avô, tendo se comprometido também a nos descrever essa história.

Por fim a visita certamente foi produtiva em diversos sentido, principalmente pelo fato de saberem que a biblioteca está aberta para a comunidade e pode ser usada para leitura dos diversos título e periódicos encontrados.

Ainda neste dia foi feito dialogado sobre a temática “Aspectos destacados da instituição e da administração de condomínios”, com a presença e participação do professor Fabrizio Guinzani e ex-aluno do curso de Direito Juliano Martins que é síndico de um condomínio na região de Criciúma, lembrando que o projeto é feito em um condomínio, e desta maneira contribui muito ao aprendizado da comunidade em que vivem, pois os participantes tiveram diversas dúvidas, pois a maioria dos apartamentos está financiada, e encontram dificuldades em administrar e ter uma comunidade ativa e autônoma, sendo demonstrado que os condôminos que estavam no encontro se mostram em querer transformar sua comunidade, e que o convívio em condomínio tem necessariamente que ser observado regras e deveres. No decorrer das conversas os condôminos solicitaram que os professores Fabrizio Guinzani e ex-aluno do curso de Direito Juliano Martins, síndico do condomínio onde reside, marcassem um encontro no condomínio para auxiliar sobre condomínio, e a melhor forma de se administrar e melhorar o convívio dos moradores.

Nestes aspectos em cada encontro os participantes dialogam e questionam, com muito respeito e qualidade em cada assunto apresentado, tendo oportunidade de falar sobre sua realidade ou falar sobre assuntos que consideram importante, dando depoimentos para o grupo, desenvolvendo assim a capacidade de falar em público que para alguns é um problema. Com isso para o projeto de lideranças, é memorável conviver e obter conhecimento e aprendizado com novas realidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de cidadania abordada neste estudo permite concluir que os direitos sociais estão intimamente relacionados com a proposta do projeto de extensão de empoderamento e capacitação das lideranças comunitárias, na medida em que é por meio deste que as informações, debates e discussões chegam à sociedade e dessa forma são reproduzidas.

A reflexão sobre os diversos assuntos e temas que se desdobram em cada encontro são demasiadamente importante para a compreensão

dos problemas e mazelas que a sociedade contemporânea apresenta. Realizada uma análise, mesmo que de forma breve, dos encontros até aqui realizados e os temas abordados, foi possível, utilizando como fio condutor a concepção de cidadania, um pensar reflexivo crítico para além da abordagem tradicional, assistencialista e unilateral, onde se busca o pensar em equipe, pensando, criticando e concluindo de forma conjunta.

Por fim, busca-se provocar uma reflexão sobre as diversas formas de se levar a discussão e debate e assim a capacitação à comunidade, como forma de ampliar o conhecimento e orientação, permitindo uma maior reflexão da importância dos projetos de extensão e permitindo a compreensão e as maneiras de se alcançar a cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, 191 – A, de 5 dezembro de 1988. 33. ed. Atualizada até a Emenda Constitucional 42, de 15 de dezembro de 1998: Saraiva, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DAGNINO, Evelina. *Anos 90 – Política e sociedade no Brasil*. Brasiliense, 1994, pág 103.

DALLARI, Dalmo. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004, p. 14.

MARSHALL. T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais*,

PINSKY, Jaime, Carla Bassane Pinsky. *História da Cidadania*. São Paulo, Contexto, 2003, p. 178.

SANTOS, Boaventura de Souza. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIEIRA, R. S. *A cidadania na república participativa: pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os conselhos de saúde*, 2013. 527 f. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

.

DETERMINANTES PARA A TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS NO SETOR DO VESTUÁRIO: UM ESTUDO DO USO DE BASES INFORMACIONAIS DE DADOS SOCIOECONÔMICOS

Tulio Becker Guimarães

Wilciney J. Villan

Sílvio Parodi Oliveira Camilo

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
-PPGDS-UNESC

1 INTRODUÇÃO

A literatura que aborda tomada de decisão em ambiente organizacional aponta para a vertente determinista, na qual o cenário competitivo determina o destino das firmas; e para a vertente voluntarista, que atribui ao gestor à responsabilidade decisória sobre o futuro da organização (HREBINIAK; JOYCE, 1985).

Este estudo parte do pressuposto que o ambiente proporciona um amplo conjunto de dados e informações, não só no âmbito operacional de competição, mas principalmente no aspecto macroambiental. Estudos deste tipo são denominados de informações para negócios, estudado sob distintas categorias informacionais, tais como: mercadológicas, financeiras, estatísticas, empresa e produtos, jurídicas (SOUZA; BORGES, 1996; SOUZA, 1996; MONTALLI; CAMPELLO 1997).

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar dados socioeconômicos dentro de bases informacionais e sua relevância para a tomada de decisões nas empresas do setor do vestuário catarinense.

Diante das diversas bases de dados existentes, destaca-se a dificuldade para o gestor encontrar e definir quais aquelas mais bem associadas às decisões empresariais para a condução mais assertivas dos negócios. A identificação de dados econômicos específicos, considerando o contexto no qual a empresa está inserida, sugere disposição de informações mais precisas, gerando otimização de tempo e maior precisão nos processos decisórios. Bases de dados se tornam importantes devido ao seu uso na produção de Ciência & Tecnologia (C&T), estudos estratégicos e mapas de conhecimento.

Pretende-se identificar dados socioeconômicos de fontes secundárias relevantes para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense. Busca-se identificar dados mais aderentes aos gestores para tomada de decisão, identificando fontes. Para cumprir com o objetivo deste estudo, na fundamentação teórica, primeiramente, discorre-se sobre as fontes de informações para negócios, os problemas das bases de dados, características do segmento do vestuário e acessórios e a competitividade organizacional. Em seguida, procedimentos metodológicos, discussões dos resultados e, ao final, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FONTES DE INFORMAÇÃO PARA NEGÓCIOS

Se analisarmos as últimas décadas para a indústria da informação, um dos acontecimentos de maior relevância foi à criação e desenvolvimento das bases de dados, ou seja, conjuntos de arquivos com informações sobre pessoas, empresas, lugares, lei entre outros. Isso só foi possível devido à geração e evolução de diversas tecnologias. Pode-se entender por bases de dados, fontes de informações, acessadas por meio de um computador, sendo que as primeiras bases foram criadas nos Estados Unidos (CUNHA, 1989). Com a evolução das tecnologias, as informações passaram a ser disponibilizadas em disquetes e *Compact Disc* (CD) (CEDÓN, 2002), até o tempo atual onde estão disponíveis na rede de internet e softwares, onde as constantes mudanças e atualizações não permitem ter acesso ao número exato de fontes de informação existentes.

O público da indústria da informação formado inicialmente por pessoas da esfera de C&T, hoje passa a incluir o público geral, cada

vez mais exigente, buscando uma informação precisa e de qualidade (PEREIRA *et al.*, 1999)

É notável o importante papel econômico da informação como insumo para criação de produtos, captação de recursos, conhecimento de mercado e sobrevivência das empresas. Quanto mais rápido e eficiente a empresa conseguir captar e absorver estas informações, maior sua possibilidade de inovar produtos, aumentar a lucratividade e entender o cliente, tornando-se mais competitiva no mercado (BORGES; CARVALHO, 1998).

Para este autor a informação econômica tem um papel relevante quando utilizada como insumo em diversas áreas. Dentre elas, pode-se destacar captação de recursos, conhecimento de mercado, insumo para elaboração de produtos e até mesmo a sobrevivência de muitas empresas.

Souza e Borges (1999) comentam que no cenário econômico, dinâmico e exposto ao surgimento de novas tecnologias constantemente, para a firma se tornar e manter competitiva no mercado a qual está inserida é de extrema importância que se mantenha atenta aos acontecimentos externos a organização, tendo em vista que, direta ou indiretamente estes podem influenciar nos seus resultados. No atual cenário globalizado e dinâmico, já não é suficiente que empresários dominem apenas a manufatura de seus produtos e a comercialização, para estar vivo dentro do mercado é preciso estar atento as mudanças que ocorrem no ambiente externo a firma, para assim melhorar a capacidade competitiva. O gestor precisa ter informações precisas e atualizadas, que o auxilie em sua tomada de decisão. Estas informações devem conter dados a respeito de todo o cenário tecnológico, político, social, econômico e financeiro.

As empresas buscam obter mais benefícios dos dados que coletam, para que por intermédio deles consigam se posicionar melhor dentro do mercado. Existe um grande volume de dados a ser coletado e analisado, onde na maior parte das vezes não se sabe como iniciar o processo de extração da informação, sendo em vão todo o processo de coletar e armazenar os dados (TRAINA *et al.*, 2001).

Daí a importância do acesso a diferentes informações, por meio das quais os gestores poderão diminuir riscos e ter maiores assertividades em suas tomadas de decisões. Segundo as autoras, as informações devem estar sempre atualizadas e seu acesso deve ser ágil.

Quanto mais correta e mais rápida for à captação e absorção das informações por parte da empresa, maior poderá ser seu lucro, inovação e melhor o atendimento que irá proporcionar ao cliente (BORGES; CARVALHO, 1998).

Informações do ambiente operacionais são importantes à dinâmica organizacional. Por meio de canais informacionais específicos é possível observar algo não captado pelo concorrente, fazendo com que uma empresa se destaque com coleções inovadoras de acordo com a necessidade do consumidor (SILVEIRA *et al.*, 2013).

O conteúdo disponível nas estruturas de armazenamento e recuperação é outro aspecto fundamental. Uma base incompleta ou errada pode acarretar em grandes prejuízos para os usuários, destacando-se as estratégias de crescimento, limpeza dos registros da base e reorganização dos conteúdos (PEREIRA *et al.*, 1999).

A facilidade de acesso junto a qualidade e quantidade das fontes são especialmente importantes para países que possuem economias instáveis, sendo as principais fontes instituições regionais, instituições do exterior e as internacionais (SOUZA; BORGES, 1999).

Existem quatro atividades que podem ser consideradas como processadores de valor agregado em sistemas de informação. Primeiro a organização, poupando tempo ao usuário quando este está a procura da informação desejada. Precisão para cálculos financeiros, as casas decimais podem representar grandes lucros ou prejuízos para as empresas. A atualidade está vinculada a periodicidade da publicação. Por fim a eficácia, sendo esta a apresentação dos dados de forma correta, seja em forma de projeções, gráficos ou previsões (KIELGAST, 1995).

2.2 O PROBLEMA DAS BASES DE DADOS

Informações para negócio podem ser definidas como um estudo sobre mercados, companhias, produtos e legislação. Porém este é um tema ainda pouco discutido e estudado no Brasil (BORGES; CARVALHO, 1998).

Quando se trata de informações, pode-se afirmar que a maior parte do valor agregado está na precisão que esta informação oferece (CRASHAR, 1991). A comodidade da informação para o usuário é outro grande diferencial de serviço prestado aos gestores (FARKAS-KOHN, 1989).

Um dos grandes problemas sobre o tema é a falta de formalização, isso faz com que gestores acabem confiando em fontes informais, estas por sua vez nem sempre divulgam dados precisos e confiáveis o que resulta em uma tomada de decisão equivocada (PINTO, 1994).

Cunha (1989) comenta mostra que existem problemas técnicos quando se trata de bases de dados informacionais. Para o autor diversidade de comandos existentes nas diversas bases dificulta o trabalho do operador, fazendo com que este seja pouco eficiente ao manusear os dados. Segundo Cunha o ideal para uma melhor operacionalização seria um padrão entre os *softwares* e sítios informacionais. Auxílio governamental, por meio de incentivos financeiros ao setor privado, para construção de uma base e banco de dados, de modo a disponibilizar ao público seu acesso equilibrando a relação firma governo (CUNHA, 1989). De acordo com o autor outro problema é que muitas bases de dados governamentais possuem acessos restrito, dificultando o acesso do público em geral, e as bases privadas possuem um custo muito alto, sendo geralmente restrito a grandes empresas que são capazes de pagar o alto valor cobrado. Cunha relata que a montagem inicial de uma base de dados exige grande recurso financeiro, onde as empresas do setor no país precisam de um maior suporte por parte do governo. A diversificação também é algo preocupante quando se trata de bases de dados, pesar de o número de bases vir crescendo bastante nos últimos anos os assuntos ainda não são diversificados, sendo que 50% das bases estão distribuídas nas áreas de C&T e economia e finanças (CUNHA, 1989). O marketing das bases de dados é quase que inexistente, sendo que os bancos de dados estão em uma posição passiva, onde o público tem que procurar pelos bancos de dados, estes acham que seus serviços são de qualidade e evidente para todos (CUNHA, 1989).

Outro problema que surge como destaque deste estudo é a inexistência de uma única base de informação para um setor específico. A busca por informações em diversas bases de dados faz com que o gestor gaste tempo desnecessário na busca destas informações e também tenha uma maior chance de erro, diminuindo sua assertividade na hora da tomada de decisão.

Duas estratégias são identificadas para realizar serviços de prestação de informação. A primeira consiste em conhecer as necessidades, e depois conseguir fazer com que a informação chegue de forma ágil para as empresas (ABELL, 1990).

O conteúdo disponível nas estruturas de armazenamento e recuperação é outro aspecto fundamental. Uma base incompleta ou errada pode acarretar em grandes prejuízos para os usuários, destacando-se as estratégias de crescimento, limpeza dos registros da base e reorganização dos conteúdos. É importante também evitar o monopólio, sendo necessário para isso ampliar a oferta de bases de dados primárias, enriquecer e estimular as bases já existentes (PEREIRA *et al.*, 1999).

As novas tecnologias se tornam inúteis se não houver uma forma de localizar, filtrar, organizar e resumir seus produtos. Para que isso seja possível é necessário a presença de um gerente de informações, profissional capaz de combinar habilidades pertencentes a um cientista da computação, bibliotecários e editores especialistas em base de dados (LUCAS, 1996).

Considerando que neste estudo, busca-se apresentar bases de dados econômicos que são relevantes para o setor do vestuário, no próximo tópico será apresentada uma breve descrição do setor no estado de Santa Catarina.

2.3 O SEGMENTO DE CONFECÇÃO

A presente proposição utiliza como objeto de estudo o segmento de confecção de artigos do vestuário e acessórios no estado de Santa Catarina. No Brasil essa indústria se caracteriza pela presença de polos regionais (MENDONÇA; SALGUEIRO; GOMES, 2013). O setor têxtil-vestuário é composto por empresas de grandes setores industriais, como, por exemplo, a química, responsável pelas fibras e tinturaria. É possível citar também a indústria agropecuária, contribuindo com as fibras naturais, além das indústrias de máquinas e *software* (CRUZ-MOREIRA, 2013).

No Brasil o setor do vestuário teve seu início nos primeiros anos do século XX, formado pela força trabalhadora dos imigrantes. Cresceu e se desenvolveu de maneira rápida, sendo que em poucos anos já era um dos maiores do país, ficando atrás somente do setor alimentício e têxtil (CARVALHINHA, 2007).

Na década de 60, teve início um movimento para a estruturação nacional de mercados como jeans e camisetas, sendo que foram construídos vários polos regionais a partir da década de 1970. Este processo

foi fortalecido por políticas regionais específicas e, também, nesta década começaram a chegar os coreanos, que exerciam a função de atacadistas e produtores de artigos populares (CARVALHINHA, 2007).

No final da década de 1980, o governo anunciou um programa de redução gradual das tarifas de importação, após ter encerrado grande parte das barreiras não tarifárias. Com isso, visava uma maior competitividade entre o setor, porém não obteve sucesso e abandonou o programa (CARVALHINHA, 2007).

Nos anos de 1990, foi implantado um programa de redução das alíquotas de importação. Porém, novamente o governo não obteve sucesso e muitas indústrias quebraram, pois não conseguiram combater a concorrência das firmas estrangeiras (CARVALHINHA, 2007). Em 2006 o país foi o sexto maior produtor mundial de artigos têxteis e vestuário, sendo o mercado interno absorveu a grande maioria da produção (MENDONÇA; SLAGUEIRO; GOMES, 2013). Nos últimos anos, tem-se que a maioria das empresas do setor são classificadas como pequenas e médias, onde a aquisição de novas máquinas acaba tomando a maior parte dos investimentos (MENDONÇA; SLAGUEIRO; GOMES, 2013).

A origem do polo industrial têxtil e confeccionista do estado catarinense tem forte ligação com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente alemães, em meados do século XIX. Como tinham dificuldade em conseguir matéria prima e estavam distantes dos grandes mercados, acabaram formando seus próprios mercados locais (KRIEGER; MEURER, 2010).

No início do século XX ocorreram algumas transformações que favoreceram o aumento da produtividade industrial, onde a indústria se consolidou em meio a um período de guerras. Nas décadas de 1950 e 1960 o vestuário catarinense acompanhou a indústria nacional, mesmo com circunstâncias adversas como problemas infra estruturais e concentração de capital (KRIEGER; MEURER, 2010).

O decênio de 1970 representou expansão para o setor, levando unidades produtivas para fora do estado devido a isenções e financiamentos para novos empreendimentos (GOULARTI FILHO, 2002).

Na década de 80 o setor vivência uma queda em seu desempenho histórico, porém mostrou avanço se comparado a indicadores nacionais da mesma época (KRIEGER; MEURER, 2010). Um dos estímulos do se-

tor foi o grande número de trabalhadores desligado das minas que utilizaram o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) para investir nesse ramo da indústria (GOULARTI FILHO, 2002).

Nos anos 90, problemas como a abertura indiscriminada do mercado, aliados a problemas estruturais causaram em todo o cenário industrial brasileiro uma certa vulnerabilidade, sendo o setor têxtil vestuário o mais atingido no estado catarinense (KRIEGER; MEURER, 2010).

O setor continuou crescendo e de acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina, o setor de têxtil e vestuário possuía em 2014 indústrias, empregando 173,1 mil trabalhadores, sendo responsável por 17,5% do valor da transformação industrial do estado em 2013 e por 1,9% das exportações em 2014. Além disso o estado é o segundo polo têxtil e vestuário do Brasil.

No período de 2001 a 2013 o número de empresas do setor registradas aumentou de 4.389 para 8.139, onde a maioria dos funcionários possui de 18 a 24 anos e ensino médio completo. Na questão de escolaridade destaca-se negativamente o fato de existir apenas dez pessoas com título de doutorado e 30 com título de mestrado, sendo que estes seriam profissionais mais bem qualificados para análise e interpretação dos dados. Referente à arrecadação de ICMS pelo setor a partir de 2005, ano a partir do qual os dados estão disponíveis, arrecadou em média de modo geral R\$253.147.115,21 por ano (VILLAN, 2016).

Os dados evidenciam a importância do setor na geração de emprego e renda, consequentemente promove o desenvolvimento em várias regiões do país. Especialmente por meio de *clusters*, o setor de confecções é influente nas economias locais e regionais. Tais formas de estrutura do setor, por meio de *clusters*, são uma maneira de unir potencialidades e acumular experiências para enfrentar o ambiente de competição no mercado doméstico e em relação ao resto do mundo. Por exemplo, no estado de Santa Catarina é o maior empregador de mão de obra (FIESC, 2013), representando o segundo maior agrupamento do país.

2.4 COMPETITIVIDADE

Estratégia pode ser definida como algo que determina os objetivos da empresa a longo prazo, adotando políticas para que a empresa entre em ação (CHANDLER, 1962). Forças políticas, econômicas, so-

ciais, tecnológicas, ambientais e legais constituem influências sobre as firmas, as quais, desenvolvem estratégias para capturar recursos não retidos por elas com intuito de minimizar ou mitigar estas forças (PFEFFER, 1972; PFEFFER; SALANCIK, 2003). A estratégia, fundamental quando se trata de competitividade, pode ser definida como, manobra para que a empresa consiga atingir vantagem competitiva, por meio de seu bom posicionamento em seu setor (PORTER, 1986).

A informação proporciona vantagem competitiva a medida que molda a estrutura setorial, fazendo com que sejam alteradas as regras da competição. Ao gerar novos métodos para superar os rivais a informação também garante a vantagem competitiva e por fim dissemina negócio inteiramente novos (PORTER, 1996). Entende-se por competitividade a habilidade de uma empresa em se posicionar melhor no mercado fazendo com que seus lucros aumentem.

Este estudo se alia àqueles que entendem que as habilidades internas empreendidas pelas firmas são importantes para desenvolver novas capacidades em face da mudança ambiental (DIERICKX; COOL, 1989). O processo informacional a partir das condições do ambiente é uma fonte relevante para a conduta do gestor.

Para Oliveira (2004) os gestores têm que saber gerenciar vantagens competitivas e oportunidades emergentes que surgem no decorrer do tempo, seja internamente quanto no ambiente externo. De acordo com o autor nos anos de 1980 as empresas passaram a adotar a inteligência competitiva, devido as novas exigências do mercado e forte concorrência. Sendo assim a inteligência competitiva proporciona para a empresa conhecimento do ambiente, instruindo as tomadas de decisão por parte dos gestores.

Neste sentido, estratégias empreendidas pelas firmas para capturar recursos no macroambiente, constituem na busca de informações, já que por meio destas informações o gestor consegue tomar decisões estratégicas para a firma.

Decisões como abertura de novas fábricas, investimentos em maquinário, contratação ou demissão de pessoas, novas aplicações no mercado financeiro, de onde comprar a matéria prima, para onde vender, aumentar ou diminuir a produção são exemplos de decisões que devem ser realizadas pelos gestores, e que impactam tanto na firma quanto em todo o entorno dela.

Considerando que a conduta do gestor é decorrente de fatores do ambiente, preponderantemente da estrutura da indústria, e das fontes internas, a sistematização uma base de dados bem organizada em suas dimensões sugere apoio e assertividade a tomada de decisões.

Porter (1986) mostra que existem três diferentes abordagens estratégicas, que são bem sucedidas quando se deseja superar as outras empresas, sendo a liderança no custo total, diferenciação e o enfoque, sendo que a empresa pode seguir mais de uma estratégia ao mesmo tempo.

(1) Liderança no custo total ficou bastante comum nos anos 1970, onde busca-se a liderança no custo total por meio de políticas funcionais, exigindo por parte da empresa, construção de escalas eficientes, controle dos custos, sendo o custo baixo em relação aos concorrentes o tema central da estratégia. A posição de baixo custo protege a empresa contra as forças competitivas existentes no mercado, já que os concorrentes menos eficientes sofrerão antes as pressões competitivas. Para conseguir liderança no custo total a empresa necessita de investimento de capital e acesso ao mesmo, supervisão intensa de mão de obra além de um sistema de distribuição com baixo custo. Esse tipo de estratégia esta propenso a alguns riscos, como mudança tecnológica que anula o investimento, incapacidade de ver a alteração necessária no produto devido a atenção empregada no custo e inflação em custo incapacitando a firma de manter o diferencial de preço

(2) Diferenciação é a estratégia que a empresa adota buscando diferenciar o produto ou serviço por ela ofertado para que este seja único ao âmbito de toda a indústria. Este tipo de estratégia pode ocorrer por diversas formas: projeto ou imagem da marca, tecnologia, peculiaridades, serviço sob encomenda e rede de fornecedores. Se alcançada a diferenciação permite a empresa obter retornos acima da média já que ela cria uma posição defensiva de um modo diferente ao que é exercido na liderança de custo. A diferenciação é um tipo de estratégia que dificulta a obtenção de uma alta parcela do mercado, pois requer um sentimento de exclusividade. Para que consiga se diferenciar é necessário que a empresa possua habilidade em marketing, engenharia do produto, criatividade e potencial em pesquisa. Esta estratégia também envolve riscos como por exemplo o diferencial de custos entre os concorrentes

de baixo custo e a empresa diferenciada tornar-se muito grade para que a diferenciação consiga manter a lealdade a marca.

(3) Enfoque é quando a firma evidencia um grupo específico de comprador, segmento ou mercado, podendo assumir diversas formas. Esta estratégia leva em consideração que a empresa consegue atender seu alvo estratégico estreito, de uma maneira mais bem sucedida do que aquelas que estão competindo de forma mais ampla, podendo trazer retornos acima da média. O enfoque faz com que a empresa tenha limitações na parcela total de mercado. Para que o enfoque seja bem realizado a empresa deve ter uma boa reputação perante o mercado além de tradição. O risco dessa estratégia é de que o diferencial de custos entre os concorrentes que atuam em todo o mercado e as empresas que adotam enfoque particulares se amplia de tal modo que elimina as vantagens de custo de atender um alvo estreito ou anula a diferenciação pelo enfoque.

Segundo Porter (1986) existem também as empresas meio termo, que é aquela que não consegue desenvolver sua estratégia em nenhuma das três direções já citadas. A mesma não terá parcela no mercado e irá faltar investimento de capital. Esta empresa provavelmente terá baixa rentabilidade, pois ou irá perder grandes clientes que buscam preços baixos ou irá perder clientes para aquelas que desenvolvem um melhor trabalho por possuírem enfoque.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é natureza aplicada, cujos resultados podem ser úteis à empresas atuantes no segmento de confecção de artigos do vestuário e acessório, auxiliando gestores em suas tomadas de decisões.

Tem abordagem qualitativa, apresentando uma descrição do tema e dos dados, com objetivos são descritivos (DENZIN; LINCOLN, 2006), descrevendo as características das bases e do segmento estudado, sendo também exploratório já que este é um assunto ainda pouco estudado.

A estratégia de pesquisa é de revisão bibliográfica com técnicas empregadas de análise documental, informacional e de conteúdo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da análise das fontes, pressupõe-se os seguintes dados como importantes na tomada de decisão por parte do gestor:

1. O volume de produção industrial do setor, que é calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agindo no ambiente nacional, mostrando o desempenho das empresas não só no estado mas também a nível de Brasil. A unidade de coleta são os estabelecimentos selecionados. Através dele o gestor consegue saber qual a produção do setor e assim pode comparar diferentes períodos e regiões, podendo desenvolver estratégias para aumentar a produção e as vendas, ou diminuir caso seja necessário.

2. O número de pessoas empregadas e desempregadas, podendo ter como fonte a Relação Anual de Informações (RAIS) ou o Cadastro Geral Empregados e Desempregados (CAGED). A RAIS tem o objetivo suprir as necessidades do controle da atividade trabalhista no país, identificando os trabalhadores com direito ao Abono Salarial. A RAIS deve ser declarada por todos os empregadores, possui levantamento anual, leva em consideração qualquer tipo de vínculo, abrangendo todos os empregados do ano base em 31/12. Já o CAGED foi criado como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com levantamento mensal, obrigatório apenas para os estabelecimentos que apresentaram movimentação. Um setor com grande empregabilidade pode atrair trabalhadores de altas regiões do país, através destes dados o gestor também consegue identificar onde estão os trabalhadores com o perfil desejado, como por exemplo pessoas de uma dada faixa etária e com determinado grau de escolaridade.

3. Sondagem industrial demonstra as perspectivas da indústria, dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A pesquisa é feita por meio de questionário enviado as empresas, com questões sobre volume de produção, nível de utilização da capacidade instalada, estoques, perspectiva quanto a demanda, compra de matéria-prima e exportação. Uma baixa perspectiva pode afugentar possíveis investidores, o que faria o gestor ter que buscar novas oportunidades para atrair investimentos.

4. Dados relacionados a balança comercial, sendo obtidos por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) e Análise das Informações de Comércio Exterior Mercosul (AliceWeb). Dado com exposição internacional já que demonstra a relação de compra e venda com outros países. Com os dados de exportação e importação o gestor pode decidir entre expandir as atividades para fora do país, ou de onde poderia importar a matéria prima. Pode também optar por vender mais para o próprio país ou então exportar a produtividade.

5. Índice de confiança do industrial catarinense, calculado pela FIESC e CNI. A confiança seria um dos principais fatores para a atratividade de investimentos, que seriam ainda mais favorecidos por políticas de incentivo por parte do estado. Grandes investimentos são capazes de promover grandes mudanças, principalmente quando se trata do número de pessoas empregadas e impostos pagos aos poderes municipal, estadual e federal. O cálculo é feito a partir da opinião dos industriais sobre as condições econômicas atuais e as expectativas para os próximos meses. O índice pode variar de 0 a 100 sendo que abaixo dos 50 pontos indica falta de confiança e acima indica uma confiança positiva. O incentivo fornecido pelo estado poderia fazer com gestores optassem a abrir empresas na região, pois isso levaria a uma diminuição dos custos, ou mudar a empresa para um local com maior incentivo.

6. Produto Interno Bruto (PIB), este é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um certo período, onde neste caso é importante analisar o PIB nacional e estadual. Para chegar ao resultado do PIB deve-se somar o consumo mais investimentos mais gastos do governo mais as exportações líquidas. Este dado é calculado pelo IBGE com periodicidade trimestral. Munido dessa informação, o gestor tem acesso a dados da economia da sua região de atuação e, assim, tomar decisões de investimentos, ampliações ou, até mesmo, de retração em suas atividades. Através do PIB o gestor consegue saber qual a renda total e as despesas com bens e serviços em cada região, podendo assim direcionar as vendas para uma região com maior renda total, observando onde existe recessão e onde existe desenvolvimento.

7. O Custo Unitário Básico (CUB). De acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON) o CUB é uma estimativa

parcial para o valor de m² de construção, refletindo a variação mensal dos custos de construção imobiliária com materiais, equipamentos, mão-de-obra de projetos-padrão específicos. Este valor ajuda o gestor a decidir sobre a construção de uma nova área para a empresa, dependendo do preço do CUB pode valer mais a pena que a empresa construa em outro local.

8. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Calculado e divulgado pelo IBGE pelo Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor (INPC), é medido mensalmente e tem como objetivo oferecer a variação dos preços no comércio para o público final, sendo considerado o índice oficial de inflação no Brasil. O cálculo do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos. O gestor deve ter conhecimento do valor do IPCA pois ele pode servir de base para decisões a respeito de investimentos, como por exemplo Títulos Públicos atrelados a inflação, e também nas decisões referentes a preços dos produtos e salários dos colaboradores, já que os sindicatos geralmente usam a inflação com base na hora de reivindicar uma correção dos pagamentos.

9. Tarifa de energia. Divulgada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) considera o preço cobrado por unidade de energia (R\$/kWh), onde são considerados os custos incorridos desde a geração até a disponibilização nos consumidores, e além disso também é cobrado um preço pela disponibilidade da energia somando-se também os impostos. Esta informação é importante, pois através dela o gestor identifica se a região suporta a demanda de energia que a empresa necessita e também onde poderia ter uma maior economia deste custo.

O Quadro 1 resume as fontes de dados socioeconômicas mais bem relacionadas ao segmento em análise relacionados a tomada de decisão a gestão.

Quadro 1 – Fontes de dados e suas aplicações

Dado	Fonte	Objetivo
Volume de Produção Industrial	IBGE	Identificar o volume de produção do setor
Número de pessoas empregadas e desempregadas	RAIS CAGED	Identificar trabalhadores específicos para a empresa.

Sondagem Industrial	FIESC/CNI	Observar a perspectiva da indústria, visando novos investimentos.
Balança Comercial	SECEX/AliceWeb	Auxiliar nas tomadas de decisões referentes a comércio e expansões para outros países.
Índice de confiança industrial do catarinense	FIESC/CNI	Identificar a confiança do setor, para obtenção de investimentos.
Produto Interno Bruto	IBGE	Identificar renda e despesa da região, para ver a viabilidade instalação ou aumento da empresa.
Custo Unitário Básico	SINDUSCON	Identificar qual o custo da construção por região, observando assim qual o impacto deste custo para a empresa.
Índice Nacional de Preços ao consumidor Amplo	IBGE	Através do valor da inflação pois ele influencia em preços de produtos, aumento de salário e investimentos.
Tarifa de Energia	ABRADE	Calcular o impacto deste custo para a empresa e se a região é capaz de suprir a demanda de energia necessária para a empresa.

Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bases de dados são instrumentos que auxiliam gestores no momento de tomar decisões. Por meio delas é possível ter um melhor embasamento para decisões como, aumentar o investimento, comprar novas máquinas, decidir o local onde será instalada uma nova planta, aumentar ou diminuir o número de empregados, entre outros.

A grande maioria da coletânea de bases de dados são de natureza governamentais, compreendendo as de acesso gratuito. Isto pois, os softwares para consulta de dados informacionais em grande parte possuem um custo elevado para o consumidor final e muitas vezes sem trazer os dados esperados. Destaca-se o papel da FIESC com seus relatórios onde compilam dados, tornando mais fácil para o gestor ou pesquisador encontrar as informações em um único local.

Destaca-se limitações quanto ao manuseio de algumas bases de dados, como difícil interação com o usuário e ausência e/ou dificuldades de acesso à manuais de instruções. A necessidade de acesso à di-

ferentes bases de dados limita os tomadores de decisão, nas questões tempo e eficiência. Assim, maior interação entre atores envolvidos neste ambiente informacional é necessária, para empreenderem discussões referidas à melhores formas de disponibilização de dados.

6 REFERÊNCIAS

ABELL, Angela. Developing an information business - the HERTIS experience. *Bus. Inf. Review*. v. 6, n. 3, jan./1990, p. 27-35.

BORGES, Mônica Erichsen Nassif; CARVALHO, Natália Guiné de Melo. Produtos e serviços de informação para negócios no Brasil: características. *Ci. Inf.* Brasília, v. 27, n. 1, jan./abr. 1998, p. 76-81, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/10.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CARVALHINHA, Marília Piccini da. *O Setor do vestuário: uma análise sobre as possibilidades estratégicas das empresas do vestuário no Brasil*. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-28032008-173655/pt-br.php>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

CEDÓN, Beatriz Valadares. Base de dados de informação para negócios. *Ci. Inf.* Brasília, v. 31, n. 2, maio/ago. 2002, p. 30-43. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/146/126>>. Acesso em: 27 out. 2015

CHANDLER, A. *Strategy and Structure: chapters in the story of the industrial enterprise*. Cambridge: M.I.T. Press 1962

CRASHAW, Sebastian. *Competitive intelligence: developing value added information services*. Infomediary, v. 5. 1991, p. 19-24.

CRUZ-MOREIRA, JuanRicardo., “Perspectivas para las cooperativas de Confección de Vestuário em el estado de São Paulo, Brasil”. *Anais do Congresso de Asociacion Latinoamericana de Sociologia. Guatemala: Alas*. 2001

CUNHA, Murilo Bastos da. Base de dados no Brasil um potencial inexplorado. *Ci. Inf.* Brasília, v. 18, n. 1, jan./jun.1989, p. 45-57. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1335/964>>. Acesso em: 25 out. 2015

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, *et al*, *O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. São Paulo: Artmed Bookman, 2006.

DIERICKX, I.; COOL, K.. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. *Management Science*. v. 35, n. 12, 1989, p. 1.504-1.511.

FARKAS-KOHN, Irene S. Information as a corporate resource. *Information Services & Use*. v. 9, 1989, p. 205-215.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade futura, 2002, p. 500.

HREBINIAK, L. G., JOYCE, W. F. Organizational Adaptation: Strategic choice and environmental determinism. *Administrative Science Quarterly*. v. 30, 1985, p. 336-349.

KIELGAST, Soren; HUBBARD, Bruce A. Valor agregado à informação: aspectos conceituais. In: Seminário Internacional Valor-agregado à informação. *Anais...* Rio de Janeiro, 21 nov. 1995. Rio de Janeiro, SENAI/DN-CIET, 1997, p. 9-18.

KRIEGER, Ruth; MEURER, Roberto. O efeito das variáveis macroeconômicas sobre o desempenho do setor têxtil-vestuário catarinense no período 1990-2003. *Revista de Negócios (Online)*, v. 15, 2010, p. 73-90.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. A organização do conhecimento e tecnologias da informação: oráculos humanos e inteligência artificial. In: *IBICT Instituto Brasileiro de Informação*. (org.). Organização do conhecimento e sistemas de classificação. Brasília-DF: IBICT, , v. , 1996, p. 69-72.

MENDONÇA, Diogo de Prince; SALGUEIRO, Ariene da Silva; GOMES, Rogério. O efeito do fim do acordo sobre têxteis e vestuários para a indústria brasileira: uma análise a partir da fronteira de produção estocástica. *Revista Brasileira de Inovação*. Campinas (SP), 12 (2), jul./dez. 2013, p. 283-310.

MONTALLI, Kátia Maria Lemos; CAMPELLO, Bernadete dos Santos. *Fontes de informação sobre companhias e produtos industriais*: uma revisão de literatura. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 26, n. 3, set./ dez. 1997, p. 321-326. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n3/v26n3-13.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015

OLIVEIRA, Letícia A estratégia organizacional na competitividade: um estudo teórico. *Revista Eletrônica de Administração*. 40. ed. v.10, n. 4, jul./ago. 2004.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas *et al.*, Bases de dados na economia do conhecimento: a questão da qualidade. *Ci. Inf.* Brasília, v. 28, n. 2, maio 1999, p. 215-223. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2016.

PFEFFER, J.. Size and composition of corporate boards of directors: the organization and its environment. *Administrative Science Quarterly*. v. 17, 1972, p. 218-228.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R. *The external control of organizations: a resource dependence perspective*. Stanford, California: Stanford Business Books, 2003.

PINTO, Virgínia Bentes. Informação para a indústria: algumas considerações. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2., 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte : ABMG, 1994, p. 820.

PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. 16. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1986, p. 362.

PORTER, M. E. What is strategy? *Harvard Business Review*. Boston, n. 74, v. 6, 1996, p. 61-78.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., LUCIO, P. B. *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVEIRA, Icléia *et al.*, Informações e Conhecimentos para o Uso de Inovações e Tecnologias nas Empresas do Vestuário do Estado de Santa Catarina. In: 9º Colóquio Nacional de Moda., 2013, Fortaleza. *Anais do 9º Colóquio Nacional de Moda*. Fortaleza: UFC, v. 9. 2013, p. 1-12.

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Instituições provedoras de informação tecnológica no Brasil: análise do potencial para atuação com informação para negócios. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 25, n. 1, jan./abr. 1996, p. 52-58. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/508/461>>. Acesso em: 22 nov. 2015

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de. *Organização da área de informação para negócios no Brasil: a questão da informação financeira e suas fontes*. Belo Horizonte: UFMG/EB, 1996.

SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Fontes de informação financeira no Brasil. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 28, n. 1, jan. 1999, p. 37-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n1/28n1a05.pdf>>. Acesso em: 28 out.2015.

TRAINA, Agma Juci Machado. Visualização de Dados em Sistemas de Bases de Dados Relacionais. In: XVI Simpósio Brasileiro de Banco de Dados - SBBDD, 2001, Rio de Janeiro. *Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Computação, v. 1. 2001, p. 95-109.

VILLAN, Wilciney José. Setor de confecções de artigos do vestuário e acessórios catarinense: análise das políticas públicas estaduais, desenvolvimento regional e competitividade. 2016. 337f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.

CIÊNCIAS, ENGENHARIA E TECNOLOGIA

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ESPACIAL – ESTUDO DE CASO NA ESCOLA CAETANO RONCHI, SÃO DEFENDE CRICIÚMA/SC

Ana Paula Freitas de Albuquerque

Aline Eyng Savi

Elizabeth Maria Campanella de Siervi

Margarete de Oliveira

Pedro Luiz Kesting Medeiros

Julia Marcello Dal Molin

Sofia Minatto Monçoni

Alice Cechinel Lúcio

Jaqueline Porto da Silva

Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as escolas públicas brasileiras não foram projetadas para atender as diferenças humanas, o que gerou a exclusão social e educacional das pessoas com deficiência. Atualmente, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), à luz da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), orienta a construção de sistemas educacionais inclusivos, para assegurar o direito de todos à educação.

A escola como ambiente educativo inclusivo requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação. Assegurar essas condições é um dos motes para a efetiva inclusão.

Sob essa perceptiva é que se desenvolve o projeto de extensão intitulado: *Escola Caetano Ronchi: projeto de revitalização dos espaços escolares no bairro São Defende, Criciúma/SC*. A Escola de educação infantil integral até o 5º ano atua desde 1959, atendendo atualmente, cerca

de 250 crianças. O projeto de extensão teve início no segundo semestre de 2015, como atividade voluntária, desenvolvida a partir da solicitação da Diretora da escola que buscava apoio para melhorar a qualidade dos ambientes escolares. Nesta fase, foram realizadas ações de diagnóstico do espaço físico da instituição através de visitas técnicas e levantamento de dados. A análise dos dados coletados evidenciou a necessidade de realização de diversas ações a fim de revitalizar as áreas internas e externas, especialmente em relação à acessibilidade. Dessa forma, no início de 2016, contemplado como projeto de extensão vinculado ao edital da UNACET, parte de suas ações centraram-se na acessibilidade espacial da escola.

Oportuno ressaltar que o projeto propõe uma metodologia participativa visando o envolvimento da comunidade escolar em todas as fases incentivando a participação direta na melhoria das condições de desenvolvimento das atividades pedagógicas e na adequação às normas técnicas de acessibilidade.

Nas primeiras visitas em 2015, a questão da acessibilidade emergiu como uma grave deficiência do ambiente escolar, em que pese a obrigatoriedade da inclusão de alunos com restrições na rede de ensino regular, conforme Lei 9.394/96, aliada à garantia de acessibilidade nos espaços públicos como determina a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04. Atualmente, são sete crianças matriculadas com algum tipo de deficiência.

Diante disso, o artigo pretende demonstrar o processo metodológico em realização no projeto de extensão, com vistas de enfatizar a importância de um espaço acessível que permita ao usuário exercer com autonomia e segurança suas atividades.

2 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

A acessibilidade espacial é um conceito amplo que supera o senso comum da simples necessidade de uma rampa. Um espaço acessível é aquele que permite ao usuário deslocar-se, comunicar-se, orientar-se, exercendo todas as atividades que esse espaço proporciona com segurança, conforto e autonomia, atendendo às diferentes capacidades (DISCHINGER *et al.*, 2006). Para alcançá-la, devem coexistir quatro aspectos básicos: deslocamento, orientação espacial, uso e comunicação,

de maneira que a ausência de apenas um deles afeta o acesso integral de pessoas com restrições ao ambiente, como apontam Dischinger, Bins Ely e Borges (2009).

O deslocamento envolve a possibilidade de movimento ao longo de trajetos horizontais ou verticais, internos ou externos e supõe a ausência de barreiras físicas, elementos naturais ou construídos que impedem a realização de atividades de forma independente como uma árvore ou um poste no meio do percurso. A orientação, por sua vez, traduz o conhecimento de onde se está e para onde ir a partir do desenho arquitetônico e de informações indispensáveis que esclareçam sobre o uso e atividades. No uso emerge a possibilidade de exercício das atividades de forma independente, considerando as diferenças e sem a necessidade de um conhecimento prévio. O último elemento, comunicação, diz respeito à possibilidade de troca de informações entre pessoas e os equipamentos e à eficiência dos suportes informativos que permitam o uso do ambiente. O ruído excessivo, por exemplo, dificulta a comunicação.

A acessibilidade pressupõe, dessa maneira, o reconhecimento e a valorização das diferenças, assegurando o direito de todos os cidadãos, sem discriminação, de acesso e uso efetivo dos espaços como forma de promoção da inclusão e do exercício da cidadania, conforme garante a Constituição Federal, por meio do princípio da igualdade, previsto no *caput* do artigo 5º.

A escola, considerada elemento estruturador da vida comunitária, é o primeiro espaço de socialização da criança e, portanto, fundamental para que se situe na sociedade, com seus direitos e deveres, reconhecendo o outro, de maneira a aceitar e respeitar a diversidade. Sob o ponto de vista da criança com deficiência, participar do ambiente escolar é possibilitar sua inclusão social desde o início de sua formação, aumentando sua chance de reabilitação (PADARATZ; BINS ELY; DISCHINGER, 2005).

A Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina a obrigatoriedade de inclusão de alunos com restrições no ensino regular. A Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, reforça a obrigatoriedade através da exigência de acessibilidade em edifícios públicos. Todavia, a legislação não é suficiente para atender de forma concreta os objetivos de inclusão. As condições de acesso e participação de crianças com deficiência, em condições de igualdade e

sem discriminação, envolve uma série de ações diante da complexidade do problema, que vão desde a capacitação pedagógica dos professores, material didático e equipamentos adequados até a melhoria do ambiente físico que garanta a acessibilidade espacial na escola.

A NBR 9.050/03, norma técnica que trata da “Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” não aborda todas as especificidades que envolvem o ambiente escolar e sua implementação não garante, por si só, a acessibilidade de alunos com deficiência. As crianças, além de dimensões e proporções diferentes de um adulto, possuem força física reduzida e coordenação motora em desenvolvimento, fatores que não são contempladas pela norma técnica.

Falar em diversidade, portanto, importa em considerar não só as pessoas com deficiência, mas também gestantes, idosos, crianças, obesos, pessoas muito altas ou baixas, ou seja, indivíduos com diferentes características físicas, necessidades ou restrições específicas (PADARATZ; BINS ELY; DISCHINGER, 2005). Projetar espaços considerando o “homem padrão”, assim, é violar o princípio da igualdade que, na sua dimensão material, impõe tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na estrita medida de sua desigualdade. Nesse sentido, o ambiente acessível é aquele que concilia as diversas necessidades e reconhece as diferenças naturais do ser humano em suas diversas fases.

Mas para que seja possível criar esses espaços inclusivos, além de reconhecer as diferenças, também é preciso compreender as diferentes deficiências e restrições, a fim de identificar os problemas decorrentes do uso dos equipamentos e espaços. A deficiência traduz uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo (por exemplo, paralisia, cegueira, surdez). Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) dividem as deficiências, a fim de poder compreender a natureza do problema fisiológico que atinge os indivíduos e contribuir para sua inclusão, nos seguintes grupos: deficiências físico-motoras (alteram a capacidade de motricidade geral do indivíduo), deficiências sensoriais (quando há perdas significativas nas capacidades dos sistemas de percepção do indivíduo), deficiências cognitivas (dificuldades para compreensão e tratamento das informações recebidas) e deficiências múltiplas (quando o indivíduo apresenta a associação de mais de um tipo de deficiência).

Restrição, por outro lado, designa as dificuldades que decorrem da relação entre as condições do indivíduo e as características do meio ambiente (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012). Dessa forma, uma criança com paralisia nos membros inferiores pode se locomover utilizando uma cadeira de rodas, porém não poderá acessar uma sala de aula no pavimento superior da escola se não houver elevador. A ausência de elevador constitui, portanto, uma restrição ao deslocamento decorrente da ausência de acessibilidade espacial no ambiente escolar, mas pessoas que não possuem deficiência também estão sujeitas à restrição espacial. São exemplos dessa situação: crianças que não conseguem beber água porque o bebedor é disposto na altura de um adulto, obesos que têm acesso restrito porque não conseguem passar numa roleta. As restrições, portanto, atingem não só pessoas com deficiência, mas qualquer pessoa que não possui acessibilidade espacial em razão do meio ambiente.

Dessa forma, uma escola acessível é aquela de fácil compreensão, que permite ao aluno comunicar-se, ir e vir e participar de todas as atividades que ela proporciona, com autonomia, conforto e segurança (GUIMARÃES *et al.*, 2006). Projetar escolas acessíveis, portanto, requer o conhecimento das habilidades, restrições e necessidades dos diferentes usuários envolvendo diversas escalas, desde o percurso urbano que conduz à escola, aos espaços físicos internos e externos.

3 METODOLOGIA

Para avaliar a acessibilidade física na Escola Caetano Ronchi foram realizadas, num primeiro momento, visitas exploratórias que possibilitaram o levantamento de dados sobre os ambientes construídos. Foram feitas dez visitas, registradas em relatórios escritos com todos os fatos e fenômenos referentes às interações entre usuário-ambiente e usuário-usuário. Além disso, foi feito o Levantamento Arquitetônico, com descrição dos seguintes itens: infraestrutura do mobiliário existente e seu estado de conservação; qualidade dos materiais de acabamento (piso, parede e teto); *layout*; características gerais dos usuários (crianças e funcionários). Para auxiliar nos registros, foram utilizadas as técnicas de registro fotográfico e medição *in loco*. As visitas permitiram compreender situações de uso da escola, pelos alunos, professores,

funcionários e responsáveis e demonstraram os problemas de acessibilidade física enfrentadas no dia a dia.

Junto às visitas, aconteceram conversas informais com a comunidade escolar auxiliando na percepção dos usuários e das condições de vivência dos espaços e das carências que impedem sua plena utilização. Tendo em vista que o acesso pleno ao ambiente escolar envolve também as áreas urbanas que traduzem os percursos dos usuários, foi realizado um passeio de reconhecimento pelo bairro, mapeando os aspectos físicos, ambientais, geográficos e humanos.

Reitera-se que o objetivo das visitas e das conversas foi um reconhecimento da situação. O resultado do levantamento que aconteceu em paralelo, com as medições e a elaboração dos desenhos técnicos (plantas, cortes, fachadas), permitiu a construção desse acervo, para que se iniciasse a etapa de estudo de acessibilidade, que é melhor aprofundada neste artigo por tratar-se no foco principal do projeto.

A fim de aprofundar os estudos no âmbito da acessibilidade, foi utilizada a metodologia dos Passeios Acompanhados (DISCHINGER, 2000). Esse método possibilita mapear as condições reais de uso do espaço por parte do usuário, de forma a identificar, no exato momento em que ocorrem as atividades, os aspectos positivos e negativos do lugar.

A metodologia consiste na realização de passeio no local de estudo, com roteiro previamente definido pelo grupo pesquisador acompanhando pessoas que possuam algum tipo de deficiência ou restrição relevante para a pesquisa. O interlocutor não deve ajudar ou conduzir o entrevistado, a não ser quando solicitado, sob pena de interferir nos resultados obtidos (PADARATZ; BINS ELY; DISCHINGER, 2005). Ao verbalizar as ações, o usuário compartilha com os acompanhantes as decisões tomadas durante o percurso e os fatores que as motivaram. Dessa forma, a vivência real permite resultados mais precisos do que simples informações ou simulações.

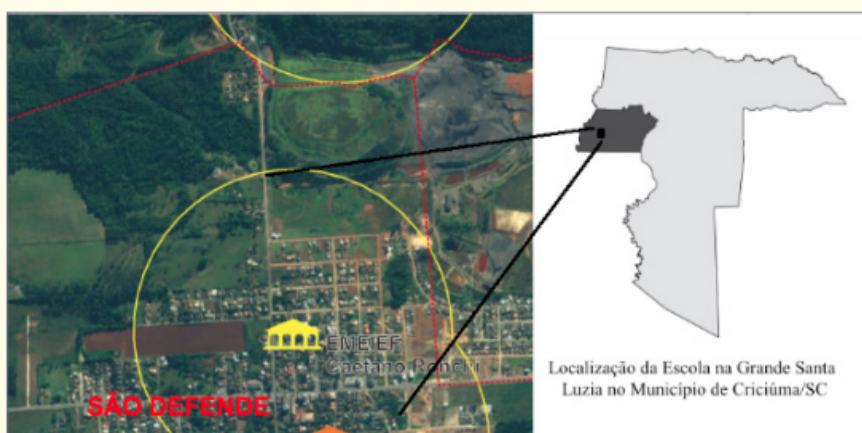
O processo de levantamento de dados realizados nessa primeira etapa será complementado com uma avaliação da acessibilidade através da aplicação de uma planilha extraída do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (DISCHINGER; BINS ELY; BORGES, 2009) elaborada com a finalidade de promover a inclusão de crianças com restrições na

rede de ensino regular. A planilha, desenvolvida pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, está fundamentada nas normas específicas que tratam do tema: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR 9.050 (ABNT, 2004), na Norma de Segurança de Brinquedos de Playground. Parte 1: requisitos e métodos de ensaio – NBR 14.350 (ABN, 1999) e no Decreto Federal 5.296/04 que trata da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida BRASIL, 1999). Os resultados obtidos permitem avaliar as condições de acessibilidade espacial, a fim de estabelecer diretrizes projetuais para a solução dos problemas encontrados.

4 RESULTADOS PARCIAIS

A Escola Caetano Ronchi localiza-se no Bairro São Defende (Figura 1), região da Grande Santa Luzia, e está implantada numa área em aclave (Figura 2) em relação à Avenida Universitária (Rod. SC-443), principal via que corta o bairro e onde se situa a parada de ônibus mais próxima (a uma quadra da escola).

Figura 1 – Localização da Escola Caetano Ronchi



Fonte: SIERVI *et al.*, (2016)

Figura 2 – Acesso principal à Escola



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Ana Paula Albuquerque

As visitas de reconhecimento, medições e elaboração dos desenhos técnicos permitiu um melhor entendimento da edificação que abriga a escola. O edifício de um único pavimento possui uma planta complexa (Figura 3), objeto de ampliações executadas ao longo do tempo, a fim de suprir as novas demandas. Espaços residuais permeiam a área construída criando uma espécie de labirinto que dificulta o acesso, a legibilidade e a orientabilidade espacial.

Figura 3 – Esquema da escola com indicação de usos e espaços externos



Fonte: MEDEIROS *et al.*, (2016). Desenho: Alice Cechinel

As observações das atividades cotidianas realizadas no ambiente escolar de forma espontânea pelos usuários – educação física na quadra esportiva, uso do parquinho, da sala de informática, hora do recreio nas áreas externas, circulação interna e externa – permitiram entender a dinâmica de uso e sua interação espacial, possibilitando reconhecer os percursos mais relevantes para desenvolvimento das atividades rotineiras. Baseado em tais levantamentos foram elaborados os itinerários para a realização do passeio acompanhado (Figura 4). Os resultados são apresentados em forma situacional em que aparecem os principais problemas enfrentados ao longo do percurso, e que indicaram situações a serem resolvidas.

Figura 4 – Percursos para o passeio acompanhado (planta baixa escola)



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Desenho: Joice Mendes

O passeio acompanhado foi realizado com a professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e integrante do Projeto de Extensão, Aline Eyng Savi, que possui deficiência físico-motora, em razão de acidente de trânsito na juventude. A professora desconhecia o ambiente da escola e, por consequência, os percursos que foram elaborados pelas alunas extensionistas. Todo o processo foi registrado através de vídeos, fotografias e áudios para análise posterior.

A intenção era de que o passeio acompanhado tivesse início no ponto de ônibus mais próximo. Todavia, em razão da ausência do rebaiixe de meio-fio e da faixa de pedestre na travessia da via, além da excessiva inclinação da rua de acesso à escola (Rua Emílio Mezzari) a partir da Av. Universitária, não foi possível a realização do percurso de forma independente e segura desde esse ponto (Figura 5).

Figura 5 – Rua de acesso à escola e ponto de ônibus mais próximo



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Ana Paula Albuquerque

Assim, o percurso iniciou no estacionamento do Salão Paroquial, edifício vizinho à escola. A entrevistada deslocou-se pela via destinada a veículos automotores (Figura 6), tendo em vista a inexistência de passeio público para pedestre neste trajeto e a utilização deste espaço como estacionamento.

Figura 6 – Trajeto de acesso e portão de entrada da escola



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

O acesso principal da escola é realizado através de uma escadaria e uma rampa lateral, pela qual a entrevistada ingressou. Apesar da inclinação fora dos padrões da NBR 9.050/04, ela conseguiu subir, com esforço, a primeira parte, necessitando de ajuda no momento do giro, em razão da angulação excessiva e da irregularidade do piso (Figura 7).

Figura 7 – Início da subida na rampa e ajuda para o giro



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Seguindo o roteiro, a professora deveria deslocar-se até o banheiro. Na transição para o ambiente das salas de aula deparou-se com desnível configurando um obstáculo intransponível para um cadeirante. Dessa forma, apenas com o auxílio das alunas que acompanhavam o passeio foi possível transpor os degraus (Figura 8).

Figura 8 – Transição para o espaço das salas de aula e apoio para mudança de nível



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

O percurso até os sanitários é desprovido de qualquer informação indicativa. A planta complexa dificulta a orientação espacial. O acesso ao banheiro é subdimensionado, não possuindo área de giro suficiente para ingressar em cadeira de rodas. A entrevistada precisou descolar os membros inferiores para acessá-lo (Figura 9).

Figura 9 – Dificuldades de acesso aos sanitários



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

No seu interior mais problemas são enfrentados. Não há sanitário para pessoas com deficiência físico-motora (com área de circulação maior, com barras de apoio). A entrevistada não conseguiu acessar o sanitário, já que não possui vão-livre adequado para a passagem de cadeirantes. Outrossim, a altura do lavatório é inadequada, impossibilitando que o usuário exerça com autonomia suas ações (Figura 10).

Figura 10 – Interior dos sanitários: falta de equipamentos e espaços adequados



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

O próximo passo seria o deslocamento até a sala de informática, mas como não era possível acessá-la naquele momento, a usuária deslocou-se até a sala de aula mais próxima (localizada ao lado). Todas as salas possuem desníveis superiores a 15mm, o que traduz um obstáculo aos deficientes físico-motores. O acesso somente foi possível com ajuda para transpor a barreira. No trajeto, vários outros obstáculos foram detectados como, um sumidouro, cujos vãos-livres, ao prender a roda, impedem o deslocamento do cadeirante, como informou a entrevistada (Figura 11).

Figura 11 – Acesso à sala de aula: obstáculos



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Seguindo o trajeto, agora em direção à quadra, é importante ressaltar a ausência de informação acerca de sua localização, razão pela qual a entrevistada pediu ajuda para encontrá-la. Localizada na área externa, o percurso é caracterizado por pisos irregulares, com diversos obstáculos (Figura 12) que impedem o deslocamento seguro ao longo do percurso (desníveis, valas, sumidouros).

Figura 12 – Trajeto até a quadra de esportes pela área externa



Fonte: SAVI *et al* (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Além dos obstáculos, a ausência de dimensões adequadas que considerem a área de giro da cadeira de rodas dificulta o deslocamento de forma autônoma e com segurança para o cadeirante (Figura 13).

Figura 13 – Corredor de acesso à quadra de esportes



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

Ainda, ao final da realização dos percursos elaborados para o passeio acompanhado, a professora circulou pelas áreas externas da escola informando as dificuldades enfrentadas. Pisos irregulares, desníveis, obstáculos como árvores, bancos de concreto, postes, etc. foram itens detectados que impedem o deslocamento com segurança pelos espaços da escola. O parquinho, por fim, é inacessível em razão do desnível, além de ser implantado sobre areia e grama (Figura 14).

Figura 14 – Acesso ao pátio situado na parte frontal do edifício e ao parquinho



Fonte: SAVI *et al.*, (2016). Fotografia: Julia Dal Molin.

São vários elementos presentes no espaço escolar, conforme demonstrado a partir do acompanhamento da experiência de uma usuária com deficiência físico-motora, que impedem o acesso e a utilização plena de seus ambientes. Sabe-se que existem vários tipos de deficiência com demandas específicas para tornar o espaço acessível. O passeio acompanhado com uma cadeirante foi o primeiro passo. Com isso, emerge a necessidade de um projeto que contemple os diversos critérios de acessibilidade de forma a promover a inclusão de estudantes no ensino regular.

4 CONCLUSÕES

A experiência de extensão na Escola Caetano Ronchi tem demonstrado uma realidade que é compartilhada pelas escolas públicas do país: a ausência de espaços adequados para promover a inclusão de crianças ao sistema de ensino. A Lei 9.394/96 garante à criança com deficiência o direito de frequentar o ensino regular, mas sem a existência de ambientes acessíveis, estarão impossibilitadas de participar de forma ativa, segura e independente do processo de ensino. Saliente-se que, atualmente, a escola Caetano Ronchi possui sete alunos matriculados, com idade entre 4 e 13 anos, com deficiência (cognitiva, físico-motora e múltipla).

O procedimento metodológico do passeio acompanhado é um método participativo que inclui o agente principal na avaliação da acessibilidade espacial. Dessa forma, a percepção do espaço e das dificuldades que ele impõe para o seu acesso e uso se torna mais precisa. Outrossim, esta ferramenta acompanha a metodologia participativa empregada no desenvolvimento do projeto desde seu início.

O emprego do método passeio acompanhado possibilitou confirmar as percepções iniciais do grupo decorrentes das visitas de observação: a falta de acessibilidade espacial da Escola Caetano Ronchi. Mas permitiu ir além, aprofundando os levantamentos preliminares e gerando elementos concretos através da avaliação das vivências e usos dos espaços pela entrevistada. O resultado não seria o mesmo se as situações fossem apenas narradas. O conhecimento dos problemas enfrentados pela usuária na realização de atividades relevantes para o uso pleno dos espaços da escola, além de gerar dados concretos e contribuir para o conhecimento técnico da questão promove a sensibilização dos

pesquisadores para a necessidade urgente de espaços inclusivos que atentem para a diversidade inerente à condição humana.

A conjugação desta ferramenta de investigação com as próximas etapas do projeto que incluem a aplicação da planilha para verificação da acessibilidade espacial na escola permitirá a elaboração, a partir dos dados coletados, de um diagnóstico, apontando os pontos positivos e negativos e, por fim, a sugestão de recomendações para solucionar as questões que impedem a acessibilidade dos alunos ao ambiente escolar.

A complementação e integração das diversas metodologias permitirá uma avaliação mais precisa dos problemas que envolvem a acessibilidade. A escola, como primeiro ambiente de socialização além do núcleo familiar, deve romper com as barreiras físicas e socioculturais para a inclusão das pessoas com deficiência. A acessibilidade espacial é o primeiro passo para alcançar esse objetivo.

5 REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9.050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14.350: Segurança de Brinquedos de Playground*. Parte 1: Requisitos e Métodos de Ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. *Decreto-Lei 5.296, de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 jun. 2016

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Deme-
da Groisman. *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos*: Progra-

ma de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; BORGES, Monna Michelle F. C. *Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

DISCHINGER, Marta; *et al.*, *A importância do desenvolvimento de métodos de avaliação de acessibilidade espacial* – estudo de caso no Colégio de Aplicação – UFSC. Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo - NUTAU. São Paulo: USP, 2006.

GUIMARÃES, Elom Alano *et al.*, *Passeios Acompanhados* – método investigativo de leitura e compreensão do espaço construído através da interface usuário pesquisador. *Anais do 6º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano-Tecnologia*: produtos, informação, ambiente construído, transporte. Bauru: UNESP, 2006.

MEDEIROS, Pedro Luiz Kesting *et al.*, *Relatório de Atividade de Projeto – Eixo Projetos Técnicos*: atualização de desenho técnico de arquitetura na Escola Caetano Ronchi. Criciúma: Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESC, 2016. Atividade faz parte do Projeto de Extensão CAU/UNACET/UNESC: Escola Caetano Ronchi: projeto de revitalização dos espaços escolares no bairro São Defende, Criciúma/SC.

PADARATZ, Rejane; BINS ELY, Vera Helena M.; DISCHINGER, Marta. *Acessibilidade e inclusão no ensino para melhoria da qualidade de vida urbana*. *Anais do 1º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*. São Paulo: USP, 2005.

SAVI, Aline Eyng *et al.*, *Relatório de Atividade de Projeto – Eixo Projetos de Acessibilidade*: passeio acompanhado na Escola Caetano Ronchi. Criciúma: Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESC, 2016. Atividade faz parte do Projeto de Extensão CAU/UNACET/UNESC: Escola Caetano Ronchi: projeto de revitalização dos espaços escolares no bairro São Defende, Criciúma/SC.

SIERVI, Elizabeth M. C.; *et al.*, *Qualificação de ambientes escolares inclusivos*: extensão universitária na EMEIEF Caetano Ronchi, Bairro São Defende, Criciúma-SC. *Revista de Extensão Universitária*. UNESC, 2016.

ESCRITÓRIO MODELO INTERDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA UNACET

Tiago Aleff da Silva

Leandro Justin Vieira

Ana Claudia Garcia Barbosa

Merisandra Côrtes de Mattos Garcia

Curso de Ciência da Computação, Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologias, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente no Brasil, de modo geral, nestes mais de 85 anos de urbanização intensa mais de 70% das habitações do espaço urbano foram construídas pelos seus moradores, sem contar com qualquer assistência técnica que orientasse em relação à segurança, riscos e condições mínimas de habitabilidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). A mesma situação acontece nos municípios da área de abrangência da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC que possuem inúmeras áreas carentes, sem infraestrutura necessária. As atuais estruturas administrativas não conseguem gerir este alto déficit habitacional e a falta de dados confiáveis e comparáveis dificulta o planejamento, a coordenação e a execução da política nacional de integração urbana de assentamentos precários (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 07).

Sob esta perceptiva é que se desenvolve o projeto de extensão intitulado Escritório Modelo Interdisciplinar de Assistência Técnica da UNACET. O projeto teve início no primeiro semestre de 2016 e nesta fase foram realizadas ações de diagnóstico das três municipalidades (Cocal do Sul, Criciúma e Forquilha) por meio do levantamento de dados junto às prefeituras, caracterização dos assentamentos precários e conhecimento das legislações acerca da habitação social nos âmbitos municipal, estadual, federal e nacional.

A análise dos dados coletados evidenciou a necessidade de realização de diversas ações por parte do escritório, a fim de possibilitar às

famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita por meio da Lei 11.888/2008. Atualmente a região dos três municípios compreende um déficit em torno de 3.079 habitações, abrangendo 9.087 habitantes (LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – 11.888/08).

Oportuno ressaltar que o artigo propõe um processo metodológico que inclui diversas etapas num desenvolvimento contínuo, a partir de dados dos órgãos públicos, análises da legislação vigente em cada município e caracterização das habitações sociais embasados no Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, visando o melhor planejamento e integração urbana destas habitações e famílias (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

Nesse artigo demonstra-se o processo metodológico em realização com o objetivo de atuar como estrutura operativa de ação interdisciplinar e interinstitucional do Programa Permanente de Extensão Habitat + Humano Inclusivo e Sustentável – PEHIS, por meio da Assistência Técnica atendendo as demandas das comunidades organizadas da região de abrangência da UNESC.

O termo “assentamentos precários” foi utilizado de forma inicial pela Política Nacional de Habitação - PNH, numa forma de englobar todos os assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda. Estes assentamentos são, de acordo com o do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, porções do território urbano de dimensões e tipologias variadas que apresentam alguns fatores em comum, como: áreas predominantemente residenciais com famílias de baixa renda que, de modo autônomo, tentam viabilizarem soluções para suas necessidades habitacionais, em vista da precariedade das condições de moradia, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional. Isto acontece diante da inadequação das iniciativas do Estado, assim como a relação incompatível do nível de renda versus o preço de uma unidade habitacional de acordo com o mercado imobiliário formal (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

A Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional 26, de 14 de fevereiro de 2000, garantiu o acesso à moradia digna como direito fundamental, assim como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados (CRFB/1988).

O déficit habitacional Brasileiro estimado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2012) mostra que do déficit de 10% de residências registradas em 2007, este número caiu para 8,53% em 2012, o que representa uma queda de 5,24 milhões de unidades habitacionais. Seguindo o formato de análise, foram levantados os números do déficit habitacional urbano segundo faixas de renda em salários mínimos que evidenciam a concentração do déficit na faixa de até três salários mínimos: 84,4%, uma parcela significativa da população Brasileira (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010; MENDONÇA, 2014).

Nas cidades que se situam na região de abrangência da UNESC não foi diferente, estas municipalidades foram impactadas pelo processo de conurbação¹, e viram surgir áreas carentes de infraestrutura, com moradias precárias, muitas assentadas sobre regiões de preservação e território minerado, sujeitas a riscos de inundação e desabamentos, sem qualquer infraestrutura e carentes de equipamentos. Da mesma maneira os órgãos públicos municipais encontram, mesmo que com estruturas melhor dotadas tecnicamente, diversas dificuldades para atender essas demandas habitacionais. Essa situação, portanto, se agrava e torna-se complexa quando os movimentos sociais e moradores necessitam de uma mínima organização para gerir contratos de repasse e financiamento, na elaboração de projetos e execução de obras.

Falar em déficit habitacional, portanto, não apenas condiz à insuficiência de domicílios em sua forma quantitativa, mas a inclusão da demanda por recuperação das moradias precárias existentes, compondo um déficit qualitativo. Esta caracterização é feita por meio da metodologia vigente do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, que classifica quatro variáveis para a quantificação da inadequação dos domicílios, como: inadequação fundiária; adensamento excessivo; domicílio sem banheiro e; carência de infraestrutura. Ainda, o Ministério das Cidades em seu estudo sobre o Déficit Habitacional indica o ônus excessivo com aluguel como fator relevante. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007, 2010).

Os programas de financiamento habitacional, hoje em vigor, priorizam a execução dos projetos por parte de empresas construtoras, atuando basicamente sobre obras novas. O atendimento para a parcela que constrói ou reforma sua moradia por conta própria, ou

por meio de cooperativas, encontra dificuldades para pleitear financiamentos. Neste sentido, o Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, garantiu a possibilidade de assistência técnica e jurídica a estas parcelas, entre os instrumentos instituídos da política urbana e habitacional (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

A Lei Federal 11.888, de 24 de dezembro de 2008, foi um marco regulatório que assegurou o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para edificação, reforma, ampliação ou regularização de suas moradias. Cabe destacar o que estabelecem os artigos 2º, 3º. e 4º, desta Lei (PLANALTO, CASA CIVIL, 2008):

Art. 2º. As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

Art. 3º. A garantia do direito previsto no art. 2º desta Lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

Art. 4º. Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

I - servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos;

III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de **extensão universitária**, por meio de **escritórios-modelos** ou escritórios públicos com atuação na área;

IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais na forma do inciso IV do *caput* deste artigo, deve ser garantida a participação das entidades profissionais de arquitetos e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria com o ente público responsável.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no *caput* deste artigo deve ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

No entanto, para que as famílias carentes possam ter acesso à assistência técnica gratuita há necessidade de os municípios elaborarem e aprovarem o Plano Local de Habitação de Interesse Social e criarem o Conselho Municipal de Habitação, além disso, algumas práticas visadas neste artigo e embasadas no Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários tem por objetivo:

[...] contribuir para o planejamento das ações da política de integração urbana de assentamentos precários, que envolve os três níveis de governo, com forte protagonismo da instância municipal. Nesse marco, o mapeamento e caracterização dos assentamentos precários são atividades interrelacionadas, destinadas a identificar e qualificar, em cada município, as áreas urbanas que exigem medidas de urbanização, recuperação e regularização [...] (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 35).

Dessa forma, a prestação de assistência técnica e o conhecimento aprofundado da história e situação atual destes assentamentos – objeto de estudo deste artigo – são de fundamental importância para a contribuição na melhoria das condições socioespacial e ambiental da região de abrangência da UNESC, por meio dos conhecimentos acadêmicos das áreas de arquitetura, engenharias, ciências e tecnologias.

2 METODOLOGIA

Inicialmente foram analisados três municípios da área de abrangência da UNESC, os quais são: Cocal do Sul, Criciúma e Forquilha, que possibilitaram o desenvolvimento de um processo metodológico que repercutirá nas demais municipalidades. Para operar em parceria com o poder público municipal fomentou-se a estruturação de uma rede de contatos do escritório modelo com os municípios e conselhos de habitação através de reuniões e apresentações, a fim de avaliar como estes se estruturam para o atendimento da questão da habitação de interesse social. Tendo em vista que os órgãos municipais possuem os

dados acerca dos assentamentos irregulares, foram coletadas as informações pertinentes nos conselhos de habitação e departamento de planejamento das prefeituras citadas, onde se verificou as zonas especiais de interesse social – ZEIS, através da análise de mapas, aprimoramento dos mesmos por meio do processo de georreferenciamento das cartas municipais e o reconhecimento do território por meio de imagens aéreas via Google Earth.

O georreferenciamento se dá a partir de algumas etapas, iniciando com o levantamento topográfico georreferenciado das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS junto aos órgãos municipais, cujo resultado permite a localização das áreas no globo terrestre a partir de um sistema de coordenadas. Entretanto, para obter visualizações mais amplas do território em estudo elaborou-se uma imagem georreferenciada obtida através do processo de fotogrametria digital executado em todas as cidades do estado de Santa Catarina, por meio do Governo Estadual. Este processo é realizado a partir das coordenadas de alguns pontos da imagem e do levantamento topográfico conhecido como pontos de controle. Estes pontos são locais que oferecem uma feição física perfeitamente identificável, tais como intersecções de estradas e de rios, entre outros. Neste caso, conseguiu-se um levantamento georreferenciado completo com vários pontos de apoio disponíveis, através da obtenção das coordenadas em campo (a partir de levantamentos topográficos, GPS – Sistema de Posicionamento Global). Este georreferenciamento auxilia na identificação, pois em um mapa passível de edições, podem-se aproximar determinadas áreas e analisar de acordo com o Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários quais regiões se enquadram e compará-las com os registros das Prefeituras Municipais (LADWIG; SILVEIRA; MEDEIROS, 2015).

Paralelamente a estas atividades, as pesquisas teóricas e normativas acerca da habitação social – estudo das leis municipais, regionais, federais e nacionais - esclareceram as questões a serem desenvolvidas na prática e resultaram num quadro hierárquico de leis para posterior consulta.

Simultaneamente, foram mapeados e catalogados os assentamentos com irregularidades fundiárias e com condições precárias de habitabilidade, a partir de dados junto aos três municípios, IBGE, I. Parque/UNESC e Núcleo de Geotecnologias Aplicadas à Arquitetura e Urba-

nismo, que permitiram confrontar a realidade com o que está previsto nos planos diretores das municipalidades.

Além das ferramentas já mencionadas, a fim de aprofundar as informações obtidas, foi utilizada a metodologia do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Este método possibilita a catalogação e caracterizações das áreas precárias com o propósito de averiguar quais regiões se enquadram nesta descrição e compará-las com os registros das prefeituras municipais, tornando o processo de cadastro mais rápido e preciso. O levantamento de dados foi complementado por uma projeção quantitativa do número de famílias afetadas, baseado nos mapeamentos prévios das áreas e imóveis irregulares, a partir de dados junto aos três municípios, IBGE e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS com o intuito de avaliar inicialmente o número de pessoas beneficiadas direta e indiretamente.

De forma paralela, estudou-se a inserção do EMI no Programa de Extensão Permanente Habitat + Humano Inclusivo e Sustentável - PEHIS, participando de reuniões com a comissão criada pela direção da UNACET. Dessas reuniões se elaborou um organograma preliminar que define o papel do EMI dentro do PEHIS, que é o de ser o escritório permanente que dará apoio aos projetos de extensão aprovados no âmbito do Programa Permanente e dos demais que possam ser desenvolvidos por meio de convênios ou contratos específicos. A importância dessa proposta é que ela possibilitará vagas para estágio curricular supervisionado para acadêmicos dos cursos da UNACET das áreas da Arquitetura e Urbanismo e demais Engenharias afins.

Os resultados obtidos deste processo permitem avaliar a situação dos assentamentos irregulares, a fim de estabelecer um processo metodológico vigente, estruturação do escritório modelo e diretrizes projetuais para o constante exercício.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das metodologias adotadas acima e munidos dos dados dos órgãos públicos produziu-se um quadro com a hierarquia das leis municipais como forma de consulta legislativa, que se encontra na tabela 1.

Tabela 1 – Quadro de leis municipais

Leis Municipais			
Leis	Cocal do Sul	Criciúma	Forquilha
Lei Orgânica	Lei Orgânica de 26 de setembro de 1995.	Lei Orgânica de 05 de Julho de 1990.	Lei Orgânica de 15 de Novembro de 1990.
Plano Diretor	Lei Complementar Nº 16, de 01 de Julho de 2008.	Lei Complementar Nº. 095, de 28 de Dezembro de 2012.	Lei complementar Nº. 013, de 11 de agosto de 2011.
Fundo Municipal de Habitação	Lei Nº. 867, de 18 de dezembro de 2007.	Lei Nº. 5091 de 18 de outubro de 2007.	Lei Nº. 352 de 07 de dezembro de 1995.
Regularização Fundiária	Lei Ordinária Nº. 1.226 de 09 de outubro de 2014.	Lei Nº 5935/2011	Lei Nº. 1222 de 31 de agosto de 2006.
Conselho Municipal de Habitação	Lei Nº. 867, de 18 de dezembro de 2007.	Lei Nº. 058, de 26 de Dezembro de 2007.	Lei Nº. 1756 de 12 de dezembro de 2011.

Fonte: Dados fornecidos pelas Prefeituras Municipais de Cocal do Sul, Criciúma e Forquilha, 2016.

Da mesma forma, na tabela 2 concentram-se as leis acerca da habitação social em âmbito federal e nacional, tais informações se tornam pertinentes ao saber em que estágio os municípios e estado se encontram quanto às legislações a respeito da habitação social. Como resultado, os três municípios possuem as legislações necessárias para que as famílias carentes possam ter acesso à assistência técnica gratuita e para que os recursos de remuneração profissional assegurados pela Lei sejam disponibilizados.

Tabela 2 – Quadro de leis federais e nacionais

Leis Federais e Nacionais	
Lei Federal - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	Lei 11.124, de 16 de junho de 2005.
Lei Federal – Estatuto da Cidade	Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979.
Lei de Assistência Técnica	Lei 11.888, de 24 de Dezembro de 2008.
Medida Provisória	Medida Provisória Nº 2.220, de 4 de Setembro de 2001.

Fonte: Plataforma digital planalto.gov, 2016.

Desta forma, a análise passou para o mapeamento dos assentamentos irregulares, inicialmente na cidade de Cocal do Sul que se locali-

za cerca de 7 km a nordeste de Criciúma. A população estimada do município, em 2015, foi de 16.156 habitantes, com área da unidade territorial em 71,130 km² e uma densidade demográfica de 213,13 hab./km² (IBGE CIDADES, 2010). O déficit habitacional, de acordo com o CRAS do município, encontra-se em 314 domicílios, aproximadamente 942 habitantes, porém este número aumenta com a situação dos assentamentos irregulares atuais – incluindo a análise qualitativa vista anteriormente, abrangendo neste número, através deste estudo, cerca de 30 habitações a mais, caracterizadas como irregulares e/ou precárias através da metodologia do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Na tabela 3 é possível identificar quais critérios foram seguidos para a determinação destas áreas como assentamentos irregulares nas três cidades.

Tabela 3 – Caracterização de acordo com o Guia para Mapeamento e Caracterização dos Assentamentos Precários.

Variáveis relevantes para a caracterização dos assentamentos precários		
Nº	Variáveis	Características/Indicadores.
1	Renda domiciliar	0 a 3 salários mínimos em sua maioria.
2	Situação Fundiária	Irregular ou em processo de regularização.
3	Domínio da Área	Pública.
4	População	30 habitações – 90 habitantes*.
5	Infraestrutura Urbana	Sem pavimentação, sem rede de esgoto ou drenagem de águas pluviais.
6	Padrão urbanístico do viário interno ao assentamento	Traçado regular em determinadas áreas e irregular em outras.
7	Padrão urbanístico dos “lotes”	Variedade de formas e tamanhos.
8	Áreas de risco	Escorregamento de encostas, margens de rios.
9	Densidade do assentamento	Não possuem recuos laterais, variam nas tipologias e alturas.
10	Material de construção	Alguns locais com material permanente, em outros, improvisado.
11	Localização em terrenos com restrições absolutas à ocupação	Faixas de domínio de ferrovias.
12	Localização em áreas de preservação ambiental	Localizam-se em áreas de preservação permanente.
13	Zoneamento Municipal	Locados em zonas urbanas.

Fonte: Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). *Considerando em média 3 pessoas por família.

Todas as áreas mostradas a seguir aplicam-se na tabela anterior, caracterizadas como assentamentos irregulares e passíveis de intervenções pelo escritório modelo.

Figura 1 – Mapeamento dos assentamentos precários em Cocal do Sul



Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, 2016.

A figura 2 mostra a área 1 que localiza-se no Bairro Jardim Itália, área com urbanização efetiva, o terreno era público e ocupado de forma irregular, porém a situação já foi regularizada mediante os órgãos públicos.

Figura 2 – Área irregular 1 - bairro Jardim Itália



Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, 2016.

An aerial photograph of a suburban neighborhood. The houses are arranged in neat rows, with a large green field and a road visible on the left side. The houses have red roofs, and the field is a mix of green grass and brown patches. A road runs along the bottom of the field, and a line of trees separates the field from the houses.

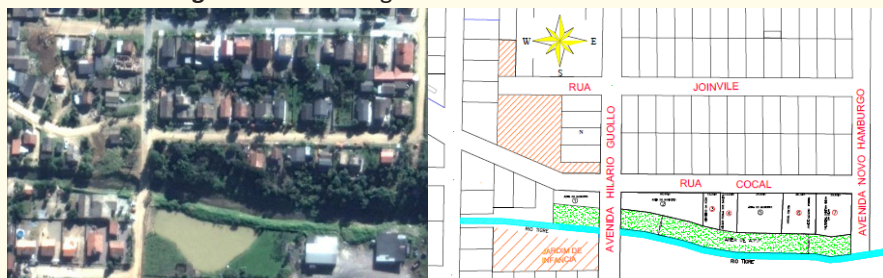
A figura 4 mostra a área 3 que localiza-se no Bairro Brasília, um dos assentamentos mais precários no município em área urbanizada já efetiva. Os assentamentos invadidos situam-se em área de risco com faixa de proteção e amortecimento do curso do rio, além disso, as casas possuem recuos diferenciados, lotes irregulares, com ruas não pavimentadas e sem drenagem pluvial. Da mesma maneira, correm o risco de desmoronamento na margem do rio, além da escassez de mata nativa ciliar. Essa área, junto ao órgão ambiental, é impossível de ser regularizada e segue deste modo até futuro reassentamento.

An aerial photograph of a residential neighborhood. A green, semi-transparent overlay is placed over a portion of the houses and yards on the left side of the image, highlighting a specific area of interest. The overlay has an irregular shape, following the layout of the properties it covers.

Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, 2016

A figura 5 mostra a área 4 que localiza-se no Bairro Jardim Elizabeth, com assentamentos em área de risco irregular – faixa de proteção e amortecimento do curso do rio com possível reassentamento e/ou regularização de alguns lotes se considerarem a faixa distante do rio como 15 metros, apenas.

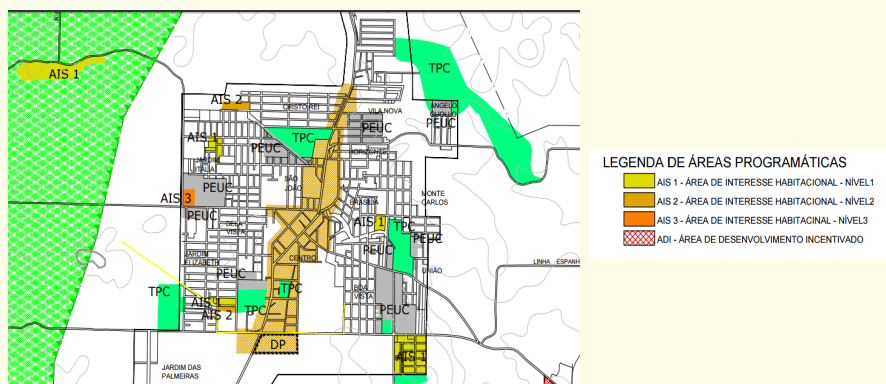
Figura 5 – Área irregular 4 - bairro Jardim Elizabeth



Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, 2016.

Cocal do Sul, desta forma, apresenta resultados prévios de interesse ao escritório modelo através de assentamentos precários com probabilidade de relocação, melhorias na habitabilidade e/ou regularização fundiária. Todas essas áreas não correspondem às zonas especiais de interesse social locadas no zoneamento municipal que segue na figura 6.

Figura 6 – Zoneamento Cocal do Sul - ZEIS

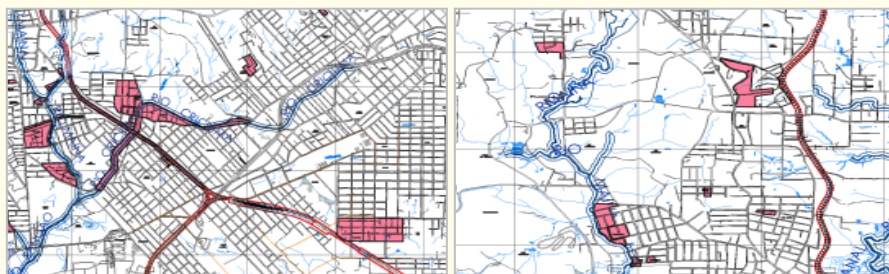


Fonte: Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, 2016.

Na sequência, a análise passou para o mapeamento dos assentamentos irregulares na cidade de Criciúma. A população estimada do município em 2015 foi de 209.153 habitantes, com área da unidade territorial em 235,701km² e uma densidade demográfica de 815,87 hab./km² (IBGE CIDADES, 2010). O déficit habitacional encontra-se em cerca de 2.220 domicílios, aproximadamente 6.660 habitantes. Estes assentamentos irregulares são caracterizados como tal através da metodologia do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Através da tabela 3 é possível identificar estes critérios que foram seguidos para a determinação destas áreas como assentamentos irregulares.

O processo de georreferenciamento permitiu avaliar e identificar todas as áreas que estão em processo de regularização fundiária através de um único mapa e compará-lo com o zoneamento, onde se observou que muitas áreas coincidem. Abaixo, na figura 7 podemos ver alguns exemplos destes assentamentos.

Figura 7 – Localização das ZEIS no município de Criciúma



Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, 2016

A figura 8 refere-se à relação de áreas irregulares no município de Criciúma, com a localização, número de famílias e particularidades de cada área. Este levantamento foi feito pela Prefeitura Municipal de Criciúma.

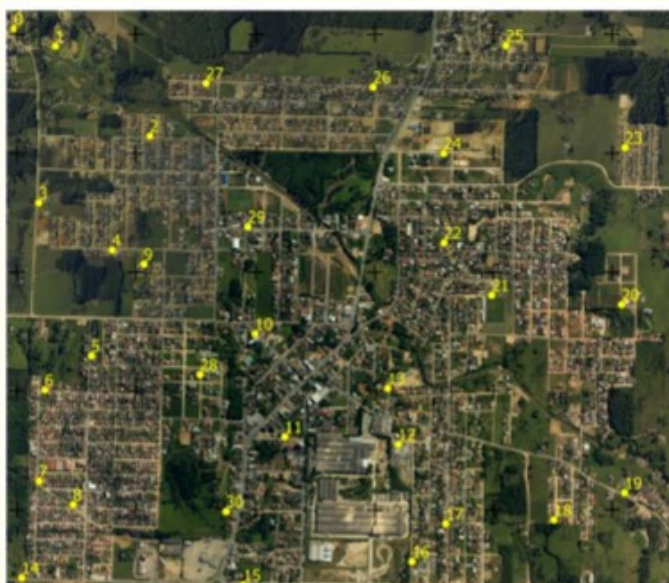
Figura 8 – Relação de áreas irregulares em Criciúma

RELAÇÃO DE ÁREA IRREGULARES NO MUNICÍPIO - ÁREA GRANDE SANTA LUZIA						
Nº	L	BAIRRO	LOTEAMENTO	Nº MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	FAM.
1	A	Cid. Min. Nova	Cid. dos Mineiros	29.250	PMC	88
2	A	Imperatriz	Meller	92.552	Lois P. Meller	112
3	C	Imperatriz	-	53.880	Elevacar	40
4	C	Imperatriz	COhab-D. Cat.	S/inf	COHAB	172
5	C	Imperatriz	-	S/inf	RFFSA	25
6	B	Imperatriz	Teodoro II	34.371	PMC	10
7	B	Jardim União	Simão	50.707	PMC	18
8	A	Mina União	Residencial União	90032-033-034	PMC	14
9	B	Nova Esperança	-	17.340	PMC	60
10	B	Nova Esperança	Venezia	15.453	PMC	4
11	B	São Defende	Lauro Savi	S/inf	PMC	16
12	B	São Defende	São Defende	72.422 - 71.850	PMC	41
13	C	São Francisco	-	S/inf	RFFSA	17
14	A	São Sebastião	Lot. Eliza I	90035-036	PMC	65
15	A	São Sebastião	Morro da Miséria	49.339	PMC	25
16	A	São Sebastião	Sto André	49309	PMC	112
17	A	São Sebastião	-	S/inf	RFFSA	66
18	C	São Sebastião	Resid. Adriana	90.030-031	PMC	10
19	A	Sta Luzia	Jardim Girardi	86.255	PMC	15
20	A	Vila Manaus	Vila Manaus I	29.250	PMC	60
21	A	Vila Manaus	Vila Manaus II	29.250	PMC/Particulares	14
22	A	Vila Vitória	Dona Olga	86261-262 - 85395-399 A 404	PMC	30
23	A	Vila Vitória	Nato Simão	102.742	PMC	30
24	C	Vila Vitória	-	S/inf	Família Simão	10
25	C	Vila Vitória	-	S/inf	Família Simão	45
26	A	Vila Vitória	Dona Marlene	-	Natu Simão	36
27	C	Vila Vitória	-	S/inf	RFFSA	108
28	A	Vila Vitória	Progresso	52.390	PMC	97
TOTAL						1340

Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, 2016

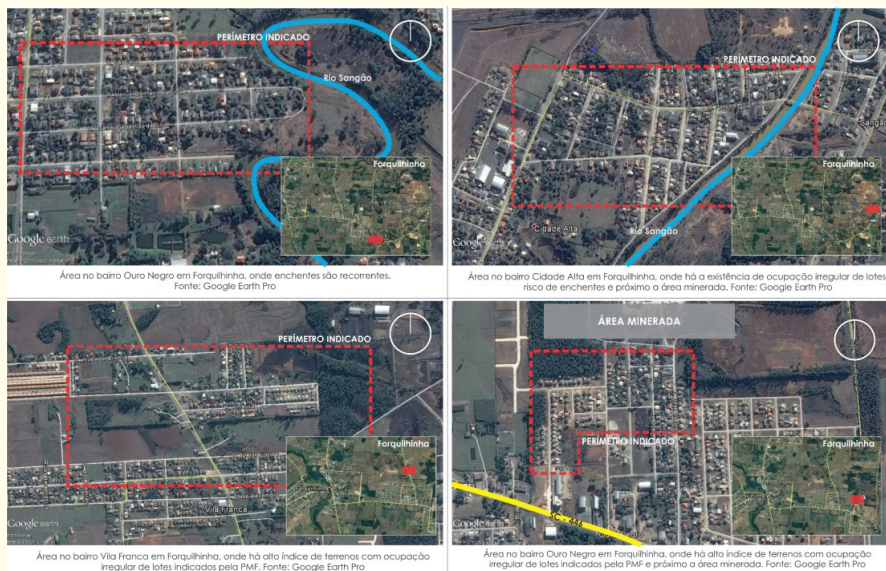
A figura 9 refere-se ao levantamento topográfico com os pontos conhecidos como pontos de controle do município de Criciúma.

Figura 9 –



Por último, passou-se à análise passou para o mapeamento dos assentamentos irregulares na cidade de Forquilha. A população estimada do município em 2015 foi de 25.560 habitantes, com área da unidade territorial em 183,134km² e uma densidade demográfica de 123,12hab/km² (IBGE CIDADES, 2010). O déficit habitacional encontra-se em cerca de 515 domicílios, aproximadamente 1.545 habitantes, estes assentamentos irregulares são caracterizados como tal através da metodologia do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Através da tabela 3 é possível identificar estes critérios que foram seguidos para a determinação destas áreas como assentamentos irregulares.

Figura 10 – Assentamentos irregulares em Forquilha



Fonte: Google Earth e Prefeitura Municipal de Forquilha, 2016.

São vários elementos presentes no espaço da cidade, conforme demonstrado a partir do acompanhamento da experiência do levantamento dos assentamentos irregulares e/ou precários que impedem o acesso à cidadania plena. Existe uma diversidade de situações e possíveis locais de estudos práticos para ampliar as metodologias usadas. O Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, georreferenciamento e análise de mapas e leis foram o primeiro pas-

so. Com isso, emerge a necessidade da continuidade desses levantamentos, buscando vistorias em campo com foco na consolidação dos limites dos perímetros, bem como a complementação desta caracterização e a expansão deste estudo para as demais cidades da área de abrangência da UNESCO.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de extensão no escritório modelo interdisciplinar tem mostrado uma realidade que é compartilhada por inúmeras municipalidades: o alto déficit habitacional quantitativo e qualitativo – em relação aos assentamentos irregulares e precários. A lei 11.888/2008 garante o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para edificação, reforma, ampliação ou regularização de suas moradias. Não obstante os municípios e o estado não conseguem, atualmente, gerir de forma adequada essas demandas habitacionais.

O processo metodológico do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, o georreferenciamento dos mapas das ZEIS e o levantamento das legislações vigentes possibilitaram confirmar as percepções iniciais do grupo sobre a alta demanda da necessidade de habitações com qualidade e da dificuldade que os municípios têm em gerir esta situação – comprovando uma vez mais a necessidade da prestação de assistência técnica por meio de escritórios modelos em parceria com os órgãos públicos.

Salienta-se que, atualmente, os três municípios aqui estudados possuem um déficit habitacional entorno de 3.079 moradias, abrangendo 9.087 habitantes. Este estudo permitiu ir além, aprofundando os levantamentos preliminares e gerando elementos concretos através da avaliação e caracterização destes assentamentos precários por meio da metodologia em uso.

A conjugação desta ferramenta com as próximas etapas do projeto, que incluem a expansão deste mesmo processo metodológico aos demais municípios da área de abrangência da UNESCO, as vistorias em campo e o contínuo procedimento de catalogação e caracterização destes assentamentos permitirá a elaboração de um diagnóstico abrangendo os diversos municípios, apontando possíveis propostas para que sejam efetuados através do escritório modelo em parceria com os municí-

prios, por meio dos Conselhos Municipais de Habitação e das Secretarias afins, vislumbrando diversas possibilidades de atuação.

A complementação e integração das diversas metodologias permite uma avaliação mais precisa dos problemas que envolvem a habitação social. A moradia, como ambiente fundamental no exercício da cidadania plena deve romper as barreiras físicas e socioculturais para o verdadeiro exercício do direito à cidade.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto 11.888, de 24 de Dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2008.

CAIXA Econômica Federal. *Demanda habitacional no Brasil/Caixa Econômica Federal*. Brasília: CAIXA, 2011.

CAU/PARANÁ. Câmara Técnica de Arquitetura e Urbanismo. *“Habitação de Interesse Social”*. Lei de Assistência Pública e Gratuita, 2015.

CRICIÚMA. Secretaria municipal de Desenvolvimento Social e Habitação. *Plano Local de Habitação de Interesse Social*. Pontual, 2012.

ESTATUTO DA CIDADE. *Guia para Implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Instituto Pólis/ Caixa Econômica Federal, 2001. 30 de A

IBGE CIDADES. Santa Catarina – Cocal do Sul, Criciúma e Forquilha. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

LADWIG, Nilzo Ivo; SILVEIRA, Leonardo Niero da; MEDEIROS, Diego. *Registro de imagem digital efetuado por meio de modelos polinomiais*. Criciúma: Revista Tecnologia e Ambiente, v. 21, n. 1, 2015.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Artigo disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf>.

MENDONÇA, Erick Welson Basílio. *Arquitetura onde ela também precisa estar: A implementação da Lei de Assistência Técnica*. Ensaio Teórico.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. Brasília, 2010, p. 82.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Habitar Brasil/BID– Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Brasília, 2004, p. 92.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.

AMPLIAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA A COMUNIDADE DE ENTORNO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ABADEUS

Jéssica Patrício dos Santos

Karine da Silveira

Academicas do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária -, Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologias, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

José Carlos Virtuoso

Mário Ricardo Guadagnin

Professores Mestres do curso de Eng. Ambiental e Sanitária – UNESC

1 INTRODUÇÃO

A Associação Beneficente Abadeus constitui-se como privilegiado canal de construção e promoção da cidadania no bairro Cristo Redentor e adjacências, no município de Criciúma. A instituição apresenta requisitos apropriados para o desenvolvimento de projeto de extensão voltado à formação para uma nova consciência ecológica, por meio da gestão e educação ambiental. Nesta perspectiva, deseja-se compartilhar os primeiros resultados da experiência iniciada no primeiro semestre de 2016, a qual representa uma nova etapa de trabalho na entidade com o objetivo principal de fortalecer os processos já desenvolvidos entre 2014 e 2015. Este compreende a realização de ações voltadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e à sensibilização ambiental, buscando estimular práticas como compostagem de resíduos orgânicos, implantação de sistemas de captação de água da chuva, dentre outras. Processo este construído no diálogo com lideranças e com a comunidade de entorno, em área onde ocorre descarte inapropriado de resíduos, ocupação irregular de área de preservação no entorno de nascentes.

Os problemas ambientais do bairro compreendem a progressiva ocupação irregular em sua extensão, sobretudo em áreas de proteção permanente - APP. Considerando a realidade em questão, elaborou-se um plano de trabalho, tendo como ponto de partida uma revisão teórica que desse suporte às ações de educação e gestão ambiental. As práticas extensionistas proporcionam uma grande troca de saberes entre acadêmicos e comunidade, numa relação dialógica, quando são enfatizadas a importância de gestão dos resíduos, a coleta seletiva, a compostagem domiciliar, a realização de horta doméstica e arborização urbana, indicando-se possibilidades de soluções para a melhoria das condições socioambientais do bairro.

A realidade socioambiental problematizada pelo projeto extensionista poderia ser motivo de desesperança, considerando a situação de vulnerabilidade social de parte considerável da população do bairro. Trata-se de uma situação muito comum nas cidades latino-americanas e no Brasil, onde as cidades crescem de forma desordenadas, acumulando problemas e, sobretudo, desvelando os sinais da desigualdade causada pelo modelo econômico excludente da atual sociedade de consumo. Este cenário, dimensionado nos parágrafos subsequentes, é visto como um verdadeiro laboratório de transformação social num ideário de práxis inspirada na metodologia de Paulo Freire, na qual a comunidade beneficiada é vista como parceira e seus membros tratados como sujeitos.

2 O CENÁRIO

O agravamento dos problemas ambientais vivenciados nas últimas décadas tem fomentado discussões, críticas e proposições acerca do estilo de desenvolvimento existente, classificado como mau desenvolvimento, desigual e insustentável. Modelo que propicia a destruição da base vital da humanidade em escala global, ou seja, todo o substrato biofísico de sobrevivência, além de aprofundar as desigualdades sociais e dilapidar a capacidade de iniciativa das populações e sua autonomia, culminando numa crise paradigmática sem precedentes na história da humanidade, aqui definida como problemática ambiental.

Segundo Leff (2001), a problemática ambiental que emerge em escala mundial questiona os paradigmas teóricos que legitimam e impulsionam o crescimento econômico, os padrões de produção e consumo que tradicionalmente negaram a natureza, e, a crise atual é decorrente de uma racionalidade econômica derivada do processo de modernidade da humanidade, pois "a degradação ambiental se manifesta como um sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade, regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza" (LEFF, 2001, p. 17). A emergência da problemática ambiental problematiza as bases da produção na sociedade, questionando os atuais paradigmas econômicos, caracterizado como insustentáveis.

No sul de Santa Catarina, as pesquisas sobre a crise ambiental têm mostrado a insustentabilidade do atual modelo apontado por Leff, na medida em que enfocam os conflitos entre duas das principais atividades econômicas e o ambiente regional. Alexandre e Duarte (2004, p. 64) apontam o problema, afirmando que "das atividades antrópicas que alteram a condição ambiental duas são as principais responsáveis pelo atual quadro de degradação em que se encontra a bacia do rio Araranguá: mineração de carvão e a agricultura, principalmente do arroz irrigado".

No contexto local, Criciúma, a exemplo de outros municípios da região carbonífera, é um dos que apresenta um quadro de degradação socioambiental ocasionado pelas atividades carboníferas. A dinamização do setor de mineração, tanto na esfera pública como privada, foi marcada no passado por uma política que priorizou o aspecto econômico em prejuízo dos demais (ambientais, sociais, culturais, entre outros). A poluição ambiental, a destruição paisagística, a destruição da fauna e da flora, a contaminação das águas e outras ameaças, decorrentes da atividade carbonífera, prejudicaram a saúde e a qualidade de vida na região. Uma área de aproximadamente 300 mil hectares nos entornos da cidade ainda está coberta de rejeitos de carvão (principalmente, de pirita, com presença de metais pesados como manganês, cádmio e ferro, entre outros), em locais habitados por pessoas economicamente carentes e de pouco acesso a políticas públicas. (DENSKI *et al.*, 2010).

É em uma destas áreas degradadas pela mineração que está situado o bairro Cristo Redentor, no Centro-Leste do município, a 4 km do centro, caracterizando-se como um dos mais carentes da cidade, onde a renda familiar da população local gira em torno de meio a dois salários mínimos, com nível de escolaridade baixo, com e um considerável índice de analfabetos. Neste e por este contexto, é que atua no local a Associação Beneficente ABADEUS, entidade filantrópica, considerada de utilidade pública federal, estadual e municipal, que trabalha com crianças, jovens e adultos na formação de cidadãos. Seu objetivo é “promover o ser humano para que possa viver com mais dignidade contribuindo na diminuição das diferenças sociais, e atuando em defesa daqueles que tem os seus direitos violados” (ABADEUS).

A Abadeus é uma entidade filantrópica mantida por doações e parcerias com diversos segmentos, constituindo-se num local privilegiado de construção e promoção da cidadania. Sob este olhar e perspectiva, a instituição apresenta requisitos apropriados para o desenvolvimento de projeto voltado à formação para uma nova consciência ecológica, por meio da Gestão e Educação Ambiental. Aspecto que já motivou a realização de um projeto anterior no período 2014-2015, cujo foco inicial foi direcionado ao seu âmbito interno. Com a nova proposta, pretende-se fortalecer os processos já trabalhados, sobretudo os referentes à gestão de resíduos sólidos, indo além, estendendo-os de forma direta e efetiva à sua comunidade de entorno. A Abadeus constitui-se, atualmente, como um núcleo de transformação social e esperança para a população carente, não só no aspecto econômico, mas socioambiental. Ao contribuir para o fortalecimento das ferramentas de gestão ambiental já criadas na entidade, será possível transformar os seus espaços de formação em um laboratório efetivo de formação, inclusão social e de mobilização social para a construção plena da cidadania e melhoria do ambiente do bairro. Processo a ser potencializado com a ampliação e extensão de ações à comunidade do seu entorno, com ênfase no tratamento adequado aos resíduos sólidos, orgânicos, recicláveis e rejeitos.

Ao se tratar de gerenciamento de resíduos sólidos, objeto central do presente projeto, importa compreender melhor alguns conceitos afeitos a este. Conforme Lei 12.305/10, os resíduos sólidos separam-se em três grupos: recicláveis; orgânico-compostáveis e rejeitos para

destinação e disposição adequada. A PNRS no art. 3º, incisos VII e VIII, conceitua a destinação e disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010). O resíduo orgânico destinado a compostagem - processo biológico aeróbico e controlado de transformação em composto estabilizado, húmus, com propriedades e características diferentes de sua origem (BIDONE; POVINELLI, 1999).

Já o art. 266, inciso VII, alínea b, da Lei 14.675/09 prevê, na elaboração de Planos de Gerenciamento (PGRS), soluções como a compostagem para tratamento e valorização da fração orgânica (SANTA CATARINA, 2009). A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) orienta no Art. 36º inciso V, implantar o sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido; (BRASIL, 2010).

Na elaboração de planos municipais de resíduos sólidos no sul catarinense, conforme Guadagnin *et al.*, (2014), quando da realização de estudos de caracterização de resíduos e composição gravimétrica, verificou-se que na área urbana frações de 36% resíduos orgânicos, 38% de resíduos recicláveis e 26% de rejeitos. Em áreas rurais: frações de 25% de resíduos orgânicos, 42% de resíduos recicláveis, e 33% de rejeitos. Em face às prerrogativas legais e considerando que na região sul de SC cerca de 1/3 dos resíduos é de natureza orgânica compostável, justifica-se a importância de atividades extensionistas com foco em orientação para estímulo à prática da compostagem domiciliar e horta doméstica.

A participação social é uma das estratégias para solucionar problemas e conquistar melhores condições de vida para todos. Seus resultados são alcançados satisfatoriamente quando as necessidades de um grupo são expressas de forma organizada, podendo ocorrer em torno de interesses comuns, na maioria das vezes. Isso porque, interesses comuns fazem indivíduos se unirem pela defesa de causas que acreditam.

Para fortalecer a participação social é necessário estimular a mobilização social. Mobilização social, de acordo com os autores Toro e Werneck (2004), pode ser compreendida como o ato de “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado” (p. 13). Assim, convocar

vontades diz respeito a “convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina todo o cotidiano” (p. 14).

Nesse sentido, “participar de um processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças” (TORO; WERNECK, 2004, p. 13).

Para Sampaio (2005, p.47),

participar politicamente significa fundamentalmente, tomar parte das políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado: em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração. Trata-se de uma meta ainda a ser atingida, pois nenhuma sociedade possibilitou até hoje a plena participação política de todos os seus cidadãos”.

As oficinas voltadas para a educação ambiental, sensibilização e ecoformação ambiental, gestão ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, compostagem podem ser consideradas como um importante instrumento pedagógico que pode contribuir para a participação e mobilização social. Isso acontece quando ela contribui para o envolvimento de cada um e valoriza o conhecimento, as habilidades pessoais e coletivas capazes de contribuir para promoção do desenvolvimento local sustentável voltado para o bem-estar, melhoria da qualidade do ambiente de vida e a felicidade de todos.

3 METODOLOGIA

As ações realizadas neste projeto iniciaram-se com o encontro da equipe, na Universidade, para a obtenção de suporte teórico, sendo realizadas discussões sobre os conceitos-chave que subsidiaram as práticas. No âmbito da Abadeus, realizou-se um encontro para avaliação do projeto anterior, estabelecendo-se novas ações, levando em conta os objetivos desta nova etapa da experiência extensionista (Figura 1a). A

partir deste momento, discutiu-se também que estratégias seriam adotadas para envolver a comunidade externa de forma mais direta, com a possível inserção da associação de moradores e outras instituições (Figura 1b).

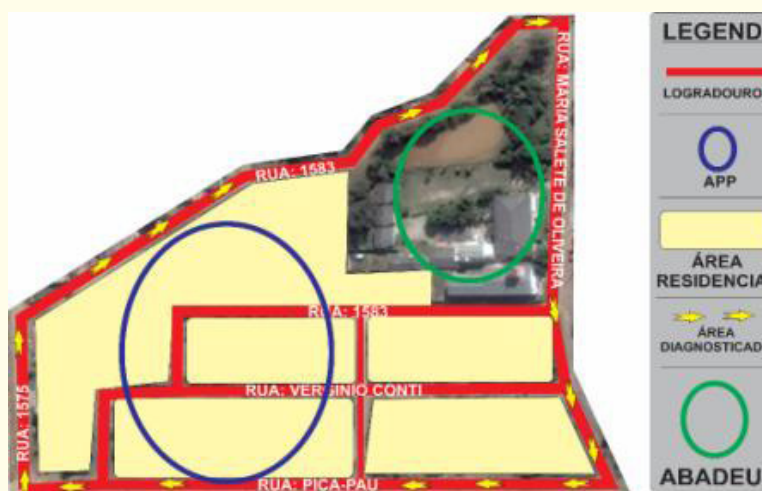
Figura 1 – Reuniões da equipe do projeto. a) com a direção da Abadeus; b) Com lideranças da comunidade do bairro Cristo Redentor.



Fonte: dos autores

Na sequência, realizou-se um diagnóstico ambiental no entorno da entidade, com a participação das acadêmicas bolsistas do projeto, acompanhadas por um representante do Conselho Comunitário de Saúde local, e membro da Associação de Moradores do Bairro Cristo Redentor. O objetivo da atividade foi identificar os pontos críticos de deposição de resíduos nas imediações da Abadeus. Na representação esquemática do espaço no entorno da Abadeus da Figura 2, visualiza-se o trajeto percorrido e a localização aproximada das áreas de Preservação Permanente, seguido por algumas imagens dos pontos mais críticos da região do entorno da entidade (Figura 3).

Figura 2 – Representação síntese de percurso e do espaço no entorno da Abadeus. Bairro Cristo Redentor, Criciúma, SC.



Fonte: dos autores

Figura 3 – Levantamento preliminar de pontos críticos, aspectos e impactos no entorno da Abadeus, bairro Cristo Redentor, Criciúma, SC. de principais áreas críticas. a) deposição de galhos e entulhos; b) depósito de recicláveis em casa de catador; c) córrego com resíduos; d) esgoto a céu aberto.



Fonte: dos autores

Este levantamento é uma etapa preliminar para realização de trabalhos futuros envolvendo a comunidade na construção conjunta de um biomapa para contribuir no reconhecimento de aspectos importantes da realidade local;

O biomapa possibilita que os participantes ampliem sua noção do espaço, identifiquem a estrutura básica existente na comunidade para que reflitam sobre questões como: planejamento urbano, organização comunitária, equidade social, promoção da saúde, recursos voltados para o bem-estar e qualidade de vida no local onde vivem, estudam e/ou trabalham.

Além do diagnóstico da área abrangida pelo projeto, foram realizadas palestras de sensibilização (Figura 4) com os jovens atendidos pelos programas da entidade durante a semana do meio ambiente, tendo como principal objetivo levar através deles uma nova visão e perspectiva da comunidade, para serem agentes essenciais na promoção da mudança em nossa sociedade.

Figura 4 – Palestras de sensibilização sobre temática ambiental com jovens na Abadeus, bairro Cristo Redentor, Criciúma, SC



Fonte: dos autores.

Dentre o rol de ações desenvolvidas pelo projeto, foi realizada igualmente uma reunião com a participação de alguns membros da equipe do projeto juntamente com os dirigentes da Abadeus e representantes do Setor de Habitação do município, Famcri (Fundação de Meio Ambiente de Criciúma), Associação de moradores do Bairro Cristo Redentor, CRAS, Colmeia Industrial e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (Iparq/Unesc). Atividade cuja finalidade era discutir os problemas

socioambientais do bairro e apontar soluções, algumas delas sugeridas pela própria Abadeus, por meio do projeto Cristo Redentor mais Verde, apresentado na ocasião.

Como o projeto extensionista ainda se encontra em andamento, em seu primeiro ano de desenvolvimento, há muitas ações a serem efetivadas, como por exemplo, a oficina de sabão aberta à comunidade, que além de ensinar a reutilização de óleos de cozinha também contribuirá com a diminuição do seu lançamento em lugares impróprios. Para sequência, deverá ocorrer a inauguração do sistema de captação da água da chuva na sede a entidade, instalado recentemente, contando com a presença da comunidade e lideranças parceiras.

Na realização futura de biomapa com a comunidade local as atividades serão desenvolvidas de forma que os moradores possam num mapa básico preliminar definir:

- a) a área de abrangência;
- b) as vias de acesso (vias, ruas e avenidas);
- c) identificar os pontos de ônibus, as lombadas;
- d) indicar quais os locais que oferecem maior perigo aos pedestres;
- e) Apontar naquela localidade os serviços públicos disponíveis (Ex: posto de saúde, escola, creche, biblioteca, ...);
- f) apontar os espaços de lazer (ex: praças, parques, brinquedoteca, bares, clubes, quadras esportivas);
- g) localizar os recursos hídricos existentes na comunidade (ex: nascentes, córregos, riachos, rios)
- h) localizar os locais de encontro da comunidade (igrejas, associações de bairro, grupos de jovens, ONGs);
- i) indicar as áreas de risco (foco de doenças, depósito de resíduos, perigo de desmoronamento, áreas passíveis de alagamento, ...)

As atividades participativas de identificação realizadas com a comunidade com a realização de biomapas possibilitaram reflexões e discussões tais como:

- a) Quais os serviços públicos existentes na comunidade? Eles são bastante utilizados? O atendimento oferecido é adequado? Por quê?

- b) Quais são os espaços de lazer? Existem espaços de lazer para pessoas de todas as idades? Eles estão bem conservados? Por quê?
- c) Quais são os espaços de participação da comunidade (locais onde a comunidade se encontra)? Eles contribuem para a melhoria da qualidade de vida em bem-estar da comunidade? Como?
- d) E as áreas de risco? Existem trabalhos para prevenção de acidentes ou doenças? Quais? Esses trabalhos têm sido exitosos? Por quê?
- e) Os recursos hídricos existentes (ex: nascentes, córregos, riachos, rios) estão preservados? Qual a relação que a comunidade possui com eles?
- f) As ruas são bem arborizadas? Elas propiciam uma caminhada agradável para os pedestres?

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As ações desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2016 deram uma importante dinâmica ao projeto, criando-se as condições necessárias ao cumprimento dos objetivos. As articulações com a Abadeus e outras instituições para o planejamento de ações e encaminhamentos foram bem-sucedidas. Com a entidade beneficente obteve-se o comprometimento como no projeto anterior, com seus dirigentes colaborando de forma proativa tanto no planejamento como na execução dos trabalhos. Das outras instituições envolvidas, recebeu-se a resposta afirmativa de cooperação, com o processo devendo ser retomado após as eleições municipais de outubro.

No tocante às informações levantadas no diagnóstico sobre os resíduos descartados no entorno da entidade, pôde-se observar grande deposição de resíduos em lugares impróprios, assentamento humano em APP (área de preservação permanente), em locais com existência de nascentes e o lançamento de esgoto doméstico a céu aberto. Tal panorama indica a necessidade urgente de um gerenciamento ambiental integrado, de resíduos sólidos, de preservação de nascentes e educação ambiental.

Apesar dos problemas encontrados na área observada, pôde-se ver também o exemplo de que cada um pode fazer sua parte para melhorar a qualidade de vida e ainda conseguir uma renda extra. Foi o caso de um morador, o Sr. Noé, que sentiu a necessidade da criação de uma horta orgânica, com produção inicialmente para utilização familiar, que depois foi comercializada entre os moradores do bairro. Com isso houve a necessidade de ampliação desta, e mesmo numa área pequena, seu Noé utilizou bem o espaço de sua propriedade e agora obtém um bom lucro com as hortaliças que produz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estas e futuras ações espera-se obter maior sensibilização da comunidade envolvida, gerando mobilização social em relação à qualidade do ambiente de vida do bairro, configurando aspectos de biofilia no momento em que a população local perceber que nos cenários físicos construídos no espaço e território habitado há segurança e bem-estar ao efetuarem cognitivamente melhorias em ações simples como separar os resíduos sólidos, efetuar compostagem, cultivarem sua horta doméstica urbana e reduzir ações que caracterizam biofobia como o descarte inadequado de resíduos em terrenos baldios e espaços públicos, a ligação clandestina de esgoto na rede pluvial, pois identificam, percebem, e reconhecem nestes atos riscos a sobrevivência individual, coletiva e do planeta. Por fim, tem-se a convicção de que, ao serem ampliadas as práticas realizadas na entidade e estendidas à comunidade, juntamente com a aplicação dos conceitos de gestão ambiental, espera-se contribuir de forma concreta para a transformação da realidade local, pelo maior vínculo e apego ao lugar.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Nádia Zim; DUARTE, Gersa Maria. Caracterização das águas superficiais da bacia do rio Araranguá. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; FURTADO, Sandra Maria de Arruda; BUSS, Maria Dolores. *Geografia entrelaçadas: ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC; Criciúma, SC: UNESC, 2005, p. 63-102.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ABADEUS. Criciúma, SC. Disponível em: <<http://www.abadeus.com.br/>>. Acesso em: 5 fev 2015.

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. *Conceitos básicos de resíduos sólidos*. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, 1999, p. 109.

BRASIL. *Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União 3 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>

DENSKI, Ana Paula *et al.*, Percepção de risco ambiental: um estudo acerca da situação dos moradores em área de rejeitos de carvão no bairro Santo André, Criciúma, SC. ABES – *Anais... 7 Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental*, 17 a 19 de maio de 2010. Porto Alegre, 2010.

GUADAGNIN, M. R. *et al.*, Estudo de Composição Gravimétrica dos Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios do Sul Catarinense. *Anais... 9 Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental*. Porto Alegre: ABES – RS. 19 a 21 de abril de 2014. Disponível em <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2399/1/Estudo%20de%20composi%C3%A7%C3%A3o%20gravim%C3%A9trica%20dos%20res%C3%ADduos%20s%C3%B3lidos%20urbanos%20em%20munic%C3%ADpios%20do%20sul%20catarinense.pdf>>

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAMPAIO, P A, Participação Popular in: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005, p. 47-50.

SANTA CATARINA. *Lei 14.675, de 13 de abril de 2009*. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Florianópolis: DOE, 2009.

TORO, José Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. – Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, p. 62.

HUMANIDADE, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

PROJETO DE INTERVENÇÃO PROESDE: OFICINA SOBRE GÊNERO NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL E NAS MÍDIAS

Heloise Arigoni Martins

Zélia Maria Borges Bressan

Mariana Mafisnki Carvalho

Naiara Beatriz de Souza da Silva

Tainara Maravai

Thainá Serafim Pereira

Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – Licenciatura;
Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação;
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Intervenção do Proesde para o módulo II do curso Organização Curricular da Educação Básica aconteceu em forma de oficina e teve como temática, de acordo com as áreas de conhecimento envolvidas nos grupos, a diversidade que é considerada, na atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina, como elemento fundante para a Educação Básica. A oficina foi desenvolvida a partir de discussões feitas no curso de extensão e de estudos em grupo sobre o tema em relação à área específica.

Além disso, a teoria vem fazendo importantes observações acerca da literatura infantil e juvenil e a literatura com relação às novas discussões sobre gênero. Pois se sabe que a literatura infantil no seu início, em meados do século XVII, tinha cunho exclusivamente controlador e “pedagogizador”, e a literatura em geral teve sua construção baseada numa perspectiva patriarcal, na qual as mulheres tinham seu papel social limitado.

Nesse relato de extensão fez-se uma breve revisão de referencial teórico que primeiramente discutiu as observações abordadas na atualização da PCSC, em seguida buscou verificar brevemente os estudos de

Zilberman (2003) sobre a literatura infantil e a escola e, por fim, verificar os estudos acerca da relação entre literatura e gênero. Após isso, foram apresentados os resultados e a discussão sobre a oficina e, por fim, a conclusão do grupo sobre o projeto de intervenção.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento da oficina aconteceu nas propriedades da Universidade do Extremo Sul Catarinense e teve como público participante professores das escolas estaduais da região que participaram do Projeto de Intervenção realizado no primeiro módulo.

A escolha da temática se deu de acordo com a área de atuação dos participantes do grupo responsável pela oficina em questão, dos quais 4 eram acadêmicos do Curso de Letras e 3 eram acadêmicos do Curso de Pedagogia. A partir disso, então, discutiu-se qual temática relevante com relação à discussão da PCSC sobre diversidade.

A Oficina iniciou com a apresentação do grupo e do Proesde, informando quais eram os objetivos do programa e do seu funcionamento. Em seguida foram apresentados os referenciais teóricos, com base na Proposta Curricular de Santa Catarina 2014 e autores que discutem o assunto. Na sequência os participantes foram indagados sobre ideologias historicamente construídas impostas pela sociedade, sendo que inconscientemente se faz presentes nas salas de aula em relação à textos literários e mídias. Por fim foi apresentado aos professores opções de literatura e mídias para serem utilizados que desmistificam essas ideologias de gênero.

Após isso, abriu-se espaço para uma conversação com o grupo e para finalizar propôs-se uma atividade aos participantes na qual deveriam utilizar o conto de fadas “A bela adormecida” tradicional em uma aula sem limitar as questões gênero.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista a atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina e seus direcionamentos para a diversidade, nesse caso as ques-

tões que envolvem gênero, e o entendimento de que a diversidade é um dos elementos fundantes pra a Educação Básica, percebeu-se a necessidade da discussão desses conceitos juntos aos professores atuantes nas escolas estaduais. Além disso, o novo entendimento de literatura infantil e juvenil como objeto de fruição e não de “pedagogização” e também os novos apontamentos para a literatura e gênero mostram a necessidade de uma conversa que aborde essa temática.

3.1 GÊNERO SEGUNDO A ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Segundo a própria PCSC, a ideia de Educação Básica acompanha outras duas ideias, a de uma educação comum e a do respeito à diferença. Além disso, o documento salienta que houve um movimento nos últimos vinte e cinco anos que gerou uma necessidade de abordar o conceito de diversidade nas políticas públicas de educação. Assim, a sentiu-se a necessidade de atualização da PCSC para que a diversidade fosse compreendida também neste documento como princípio formativo e elemento fundante do currículo (SANTA CATARINA, 2014).

A PCSC entende como diversidade a construção histórica, cultural e social do ser humano que ultrapassa as características biológicas. Contudo, a Proposta salienta que o tema diversidade não deve se restringir a grupos excluídos, logo que o ser humanado está constantemente transformação. Segundo a PCSC, o direito à diferença pretende garantir que as diferenças culturais individuais sejam consideradas (SANTA CATARINA, 2014). Tendo em vista, então, esta discussão, a atualização da PCSC desenvolve a *Educação para as Relações de Gênero*.

A PCSC considera que uma Educação para as Relações de Gênero considera como importante a característica identitária do sujeito. Assim, considera necessário ilustrar as diferenças entre gênero e sexo dizendo que o conceito de gênero diz respeito à construção histórica e social do ser humano sobre as características biológicas (SANTA CATARINA, 2014).

Segundo a atualização da PCSC, os primeiros estudos feministas a utilizarem a nomenclatura gênero buscavam mostrar historicamente as assimetrias da relação de poder que construíram o lugar social da mulher e do homem (SANTA CARATINA, 2014). Além disso, esses estudos

procuraram denunciar uma sociedade patriarca, machista, misógina e sexista que impunha as noções do ser mulher e do ser feminino (SANTA CATARINA, 2014). Estes estudos pretendiam provocar uma mudança social denunciando as diferenças de gênero.

Dessa forma, a atualização da PCSC pretende ilustrar que na busca pela igualdade de gênero o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres definiu como metas para as Políticas Públicas “1. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2. Educação inclusiva e não-sexista; 3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4. Enfrentamento às formas de violência” (SANTA CATARINA, 2014). E, no âmbito da educação (SANTA CATARINA, 2014):

1) promoção de ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnias e orientação sexual; 2) ampliação do acesso à educação infantil: creches e pré-escola; 3) promoção da alfabetização e oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e índias; 4) valorização das iniciativas culturais das mulheres; 5) estímulo à difusão de imagens não discriminatórias e não estereotipadas das mulheres.

Assim, a partir dessas colocações apresentadas pela atualização da PCSC de 2014, e tendo em vista que abordar a diversidade foi um dos principais motivos para a atualização da PCSC, buscou-se elaborar a oficina de forma que a temática pudesse ser discutida com os professores atuantes na Educação Básica.

3.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

A inclusão da infância dentro de um núcleo familiar começou a ter uma maior importância quando surgiu certa urgência de uma nova concepção de família na qual a privacidade e o afeto entre as pessoas daquele núcleo eram fatores importantes. Nessa configuração de sociedade, anterior do século XVII, a literatura era exclusivamente para adultos, isso significa que não existiam livros direcionados para as crianças, o que era um reflexo da sociedade que estava estabelecida, as crianças

naquela sociedade eram tratadas como miniadultos (ser criança é diferente de ter infância) (ZILBERMAN, 2003).

A partir da metade da Idade Moderna, essa infância começou a ter valor dentro do núcleo familiar, e posteriormente, dentro da sociedade (ZILBERMAN, 2003). Ela passou a ser vista de uma maneira mais harmoniosa dentro de sua casa. E, por isso, essas crianças necessitaram de uma formação específica (ZILBERMAN, 2003). A literatura infantil foi para a escola para suprir essa necessidade, mostrando que a infância faz parte de uma faixa etária diferenciada.

Segundo Zilberman (2003), a introdução da concepção de infância gerou a necessidade de meios de controle do desenvolvimento intelectual dessas crianças. Para isso, surgem a escola e a literatura com a missão de cumprir esses objetivos. A literatura que começa a ser produzida, por pedagogos e professores, no final do século XVII e início do século XVIII têm intuito exclusivamente educativo (ZILBERMAN, 2003). Todo esse contexto gerou uma problemática entre a literatura e o ensino, pois a criança pode não aceitar ser instruído por meio da literatura enquanto essa literatura também é desprestigiada por conta do seu cunho educativo (ZILBERMAN, 2003).

O que se pretende ilustrar é que a literatura, ao invés de ter esse cunho “pedagogizador” e ser um meio de controlar a criança, é na verdade um meio de formação humana. Para Zilberman (2003), a literatura da conta de uma tarefa voltada para toda a cultura possibilitando o conhecimento do mundo e do ser.

3.3 GÊNERO E LITERATURA

Gênero deveria apenas ser “[...] um construto teórico que tipifica os modos de ser característicos de cada sexo [...]” (ZINANI, 2013, p. 105) e não delimitar o que cada um é capaz ou não de fazer; Adichie (2015) relata que homens e mulheres possuem as mesmas qualidades, e que o mundo atual precisa rever seu conceito sobre gênero.

Adichie (2015, p. 20) diz que

Homens e mulheres são diferentes. Temos hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e atributos biológi-

cos diferentes – as mulheres podem ter filhos, os homens não. Os homens têm mais testosterona e em geral são fisicamente mais fortes do que as mulheres. Existem mais mulheres do que os homens no mundo – 52% da população mundial é feminina -, mas os cargos e poder e prestígio são ocupados pelos homens”.

Assim, como é descrito nessa citação, as literaturas seguem em uma linha descritiva, em que a mulher é posta sempre como submissa e o homem o superior, e as crianças desde sua infância, apreendem que deve ser sempre assim, a mulher não pode estar superior ou igualada ao homem ou vice e versa.

É necessário que as crianças tenham acesso a literaturas que ampliem sua visão de mundo, e deve-se ressaltar nesse ponto de que a literatura não é a única que tem o papel de ampliar a visão das criança, pois não cabe a ela somente essa função.

Gens (2015) relata que as

[...] obras destinadas a crianças e jovens, aprecem de maneira intensa e diversificada. Muitas vezes, tais obras ainda são encarradas como veiculadoras de temas pouco confortáveis e, quando procuradas em livrarias, situam-se predominantemente em prateleiras junto a assuntos como *bulying* [sic], morte, possessividade, entre outros. (GENS *apud* ZINANI, 2015, p.129)

As literaturas em sua maior parte trazem as figuras do feminino como do lar e “comportada”, enquanto o masculino é representado pelo trabalhador, super herói, aquele em que pode ser depositada toda a segurança, pois o bem estar familiar ou de qualquer outro meio depende dele somente.

Desde o princípio Adiche (2015) descreve ao longo de seu ensaio de que as mulheres são criadas para ser o sexo frágil e o homem o “durão”, e assim como ela descreve ocorre nas narrativas literárias, hoje em dia até pode-se encontrar algumas narrativas as quais essa imposição de poderes e sentimentos é invertida ou igualada, e é nessas narrativas que devemos investir e incentivar os jovens a lerem, para que eles possam ter outra posição de qual postura eles desejam assumir.

Como ressalta Adiche (2015, p. 36) “o problema da questão de gênero é que ela prescreve com *devemos* [sic] ser em vez de reconhecer como somos”, enquanto a sociedade continuar com esse pensamento, a questão de gênero fora ou dentro da literatura será sempre “um problema”.

4 RESULTADOS

A mesa redonda ocorreu em dois momentos, com diferentes grupos. Em cada grupo, os resultados obtidos foram diferenciados. No primeiro momento, a partir da exposição do tema e também da análise do diálogo ocorrido entre os professores e as bolsistas, percebeu-se grande aceitação em relação à inserção do trabalho sobre gênero nas escolas. Inclusive, alguns dos professores afirmaram que já praticam tais diálogos com os alunos e aproveitaram para compartilhar algumas de suas experiências com o grupo.

Também durante este primeiro momento, foi exposta a falta de aceitação vinda dos pais/responsáveis em relação ao tema *gênero*, pois muitos deles ainda possuem preconceitos e fazem grandes reclamações sempre que são informados que tal questão está sendo trabalhada em sala de aula com os seus filhos. Segundo os professores, quando se tem essa ocorrência em suas escolas, o orientador os auxilia, buscando esclarecer aos pais a importância de se trabalhar tal tema em sala de aula. E, para tanto, utiliza o auxílio de documentos que apresentam uma visão positiva deste tipo de trabalho, tais como a última atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014).

Contudo, a discussão com o segundo grupo ocorreu com um pouco mais de repulsa ao tema. Apesar de alguns dos professores pedirem listas de dicas de obras que pudessem trabalhar questões de gênero de um modo sadio (além das que já havíamos apresentado), a maioria se opôs às nossas sugestões. Para tanto, alguns, com grande apoio de parte do grupo, afirmaram que foram educados de um modo diferente, em uma sociedade que não via problema em se ter preconceito quanto às pessoas que não consideram seu gênero ser correspondente ao sexo com o qual nasceram. Portanto, não poderiam mudar sua mentalidade e passar a não possuir mais preconceitos, já que foram educadas para tê-los; por isso, não poderiam fazer os diálogos sugeridos com os alu-

nos. Esta tarefa, segundo eles, ficaria para a geração dos bolsistas, que já foram educados com um ponto de vista diferente, sem tanta negação quanto à discussão de gênero.

Outra justificativa utilizada para a negação às nossas sugestões foi a falta de amparo legal para defender seus trabalhos (caso fizessem) quando ocorresse alguma reclamação por parte dos pais/responsáveis dos alunos. Discordando dessa inexistência de documentos, expomos trechos da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), entretanto os professores negaram que um documento possa ser suficiente para ampará-los em um momento que algum pai os processasse por estar dialogando sobre gêneros em sala de aula.

Em suma, pôde-se constatar a falta de conhecimento sobre o assunto em grande parte dos participantes da mesa redonda, já que os mesmos relacionavam o tema *discussão de gênero* somente à discussão ligada à homossexualidade, mostrando desconhecimento sobre o fato de tais questionamentos tratarem também de sexismo.

5 DISCUSSÃO

A discussão foi gerada a partir do tema principal elencando alguns outros abaixo dele, como a literatura “pedagogizadora” que tem como princípio mostrar a criança como elas devem ser o modo de sentir, de agir, até mesmo de sofrer. Neste momento expõe-se de que maneira os livros infantis são levados até as crianças, apenas com a intenção de moldá-las, deixá-las em uma “caixinha” em que não possam demonstrar seus sentimentos, pois isto é algum ruim, segundo os livros infantis.

Entrando então no âmbito do gênero, os livros infantis da literatura “pedagogizadora” querem ensinar como meninos e meninas devem se portar diante de alguns fatos do cotidiano, como menina não deve ficar sem camisa, menino gostar de azul, menina preferir rosa, entre outras coisas que fazem esta distinção de gênero, ao qual, colocamos em discussão. E é esta discussão que é então colocada para os participantes da oficina, causou polêmica, desconforto, mas também retirou algumas dúvidas que ainda estavam nos presentes em alguns professores.

A literatura infantil e juvenil não se limita a apenas estes momentos de “pedagogização”, assim como foi exemplificado no discurso feito,

existem diversificações em que se pode trabalhar a questão de gênero sem necessariamente precisar tocar no assunto diretamente. São literaturas que cativam e mostram que meninos e meninas não precisam ser ensinados ao que devem fazer, ou gostar para serem um “padrão social” aceitável, sem a necessidade de um príncipe em um cavalo branco em busca da donzela para ser salva, ou uma princesa indefesa a espera do grande amor. Assim, não se fazendo necessário que se trabalhe em sala de aula apenas com contos de fadas, ou histórias heroicas para que o professor não precise se preocupar diretamente com aquilo que se torna uma discussão muitas vezes agressiva entre pais e escola.

Durante a realização da oficina com o primeiro grupo foi possível perceber que os professores presentes já costumavam fazer esse tipo de discussão na escola, entre professores e pais, e procuravam trabalhar as questões de gênero de um modo mais saudável com seus alunos. Percebeu-se também no primeiro grupo, que teve um número bastante grande de participantes, que alguns professores buscaram discutir o assunto em outros ambientes aprofundando seu conhecimento acerca do assunto.

Já o segundo grupo, apesar de contar com um número menor de participantes, mostrou intolerância acerca do tema. Percebeu-se que os professores não estavam familiarizados com esse tipo de discussão, o que pode significar o não conhecimento das novas políticas públicas, neste caso a atualização da PCSC, que buscam discutir a nova demanda da sociedade acerca da diversidade. Como os próprios professores do grupo mencionaram, o comportamento demonstrado por eles reflete uma criação ainda preconceituosa com a diferença do outro e com os novos modos de comportamento presentes na sociedade. Esse segundo grupo ainda demonstrou que não se preocupariam em trabalhar com as questões de gênero, e quando insistiu-se de que era uma discussão importante alguns professores se retiraram da oficina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração dos materiais para a realização da oficina, bem como na procura de referenciais teóricos, notou-se uma grande preocupação em tornar a sala de aula um lugar mais agradável ao alu-

no, uma necessidade de desconstrução de uma pedagogia controladora e que busca moldar o comportamento do aluno. Além disso, pode-se notar que as políticas públicas também tem voltado seu olhar para diversidade de forma a não moldar mas sim promover a convivência com a diferença.

Apesar de, durante a realização da oficina, um grande grupo se mostrar preocupado com a questão da diversidade e, mais especificamente com a questão de gênero, esse é um tema difícil para alguns professores. A justificativa de não se trabalhar abertamente com isso geralmente vai de encontro à intolerância no âmbito familiar do aluno.

Dessa forma, conclui-se que, apesar de existir ainda um grande percurso a ser percorrido nesse tema, a discussão nas escolas vêm acontecendo. As atualizações de políticas públicas para a educação e a divulgação dessas atualizações tendem a contribuir cada vez mais para essa discussão e fazer, assim, com que a escola seja um ambiente de fato de construção de conhecimento e amadurecimento cultural sem apontar de forma preconceituosa as diferenças.

7 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todas femininas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GENS, Rosa Maria de Carvalho. Gênero em relevo: leituras para crianças e jovens. In: ZINANI, Cecil Jeanine Albert; CARVALHO, Diógenes Bueno Aires de (org.). *Estudos de Gênero e literatura para crianças e jovens: um diálogo pertinente*. Caxias do Sul - RS: Educs, 2015.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretária de Estado da Educação. [Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica]/ Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação – [S. l.]: [S. n.]: Il. Color: 30cm. 2014, p. 192.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. Caxias do Sul: Educs, 2013, p. 248.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL HOLÍSTICA, DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E PENSAMENTO COMPLEXO: SIMILITUDES E ANALOGIAS

Valdirene de Oliveira Cardoso

Mestranda no curso de Educação da UNESCO, trabalho apresentado a disciplina de Educação e Formação Cultural em Pesquisa.

Carlos Renato Carola

Alex sander da Silva Pós-Doutorado PNPd/CAPEs no PPGE/UNIMEP.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo nos remete na história para o fim do século XIV, e com ele as promessas de desenvolvimento e progresso econômico ostentados pelo sistema capitalista, que se utiliza do método científico e da Revolução industrial, para valorizar e controlar de maneira mercadológica as relações e o tempo, consolidando e reconfigurando a sociedade como um todo, atualmente extremamente consumista, excludente e autodestrutiva.

Então pensar uma Educação Ambiental, é pensar uma nova ordem global a partir da ecologia, mas como construir esse arcabolo do conhecimento? É preciso mudanças profundas, é pensar a EA de forma holística segundo Capra, é preciso mostrar que o universo material é uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados. Para isso, precisamos nos aprofundar conforme Capra, e entender o que é ética da crise-mutação, crise como mudança de paradigma.

Objetivando demonstrar a necessidade de uma Educação Ambiental, crítica, holística, compreendendo de forma integral os fenômenos, e não apenas suas partes separadas. Produzir um referencial teó-

rico que de suporte para uma pesquisa em EA. Relacionar as teorias e os referidos autores, e possíveis aproximações entre suas teorias, para produzir uma estrutura para o conhecimento científico, na concepção como forma de ver e compreender o mundo. Através da pesquisa bibliográfica, utilizando-se os autores: Fritjof Capra (o Ponto de Mutação), Edgar Morin (Epistemologias da Complexidade) e Teodor Adorno (Dialética do Esclarecimento).

2 O PENSAMENTO COMPLEXO DE MORIN

Com a globalização a humanidade vem vivenciando um novo modelo de relação entre as comunidades, países e as pessoas que habitam nesses espaços, transformando esses espaços por completo, pois integram e conectam o mundo, e provocam ruptura na identidade e na cultura desses povos. Associados há outros fenômenos contemporâneos, como o pós-modernismo e o relativismo cultural.

Morin (1998) afirma que o conhecimento científico clássico, fez uso de um rigor matemático, causando assim a desintegridade da realidade, para podê-la quantificá-la, separou-as em disciplinas, e ao fazer essa separação negou a multiplicidade e a desordem dos fenômenos, e como consequência anulou a diversidade existente.

Para Morin (1998) pensar de forma simplista é o que ele chama de “crise do paradigma da simplificação”, imposto pelo modo de produção, organização, validação e transmissão do saber que são a base dos avanços prodigiosos das ciências e de toda tecnologia dos últimos 300 anos, torna impossível a reflexão epistemológica crítica a esse modelo.

Segundo Morin (1998) esse modo de conhecimento é responsável pela desunião dos objetos entre si, precisamos criar aquilo que os une.

Portanto, para Morin (1998) um pensamento unificado abre-se de si mesmo para o contexto dos contextos: o contexto planetário. Precisamos reformar o nosso pensamento, e para que isso ocorra, devemos deixar as ruínas da edificação construídas de forma fragmentada sob os pilares da fragmentação, hiperespecialização e redução do saber: precisamos abrir as “gavetinhas” nas quais nossos saberes foram arquivados, e assim tecer os saberes de forma complexa.

3 ADORNO E A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO

Qual a razão de relacionar Adorno e Horkheimer com Capra e também com Morin? O que há de relação entre o livro *A Dialética do Esclarecimento* com a Educação Ambiental? Para responder a esses questionamentos precisamos nos ater ao mote principal da *Dialética do Esclarecimento*, o método do esclarecimento, que se utiliza da razão, para que o sujeito possa, pela tomada de poder, fazer suas escolhas, do qual lhe permitirá uma seleção de suas opções e propósitos referentes a determinados assuntos essenciais a sua vida, ressaltando em alguns casos o que é mais especial como: o que afinal queremos fazer de nós mesmos e para as gerações futuras? A responsabilidade sobre o destino de cada sujeito, não está mais relacionada a um Deus ou deuses, foi reinventada para si com base na disseminação da cultura moderna.

Assim, Adorno e Horkheimer através do livro, *Dialética do Esclarecimento* tem como propósito livrar o homem do “o progresso do pensamento. [...] tem perseguido sempre livrar o homem do medo e investi-los na posição de Senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 7).

Segundo os autores, o caráter regressivo do indivíduo era uma autodestruição do processo que lhe permitira o esclarecimento. O próprio sistema capitalista passa uma falsa ideia ao sujeito, de que suas próprias atividades são livres, que o comércio, a conduta, o mercado são livres, destruindo o que o homem mais, almeja que é a sua liberdade. “O indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. [...] o saber que é poder não encontra nenhuma barreira. No contexto da modernidade, de acordo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 5-7).

A *Dialética do Esclarecimento*, possui uma particularidade que, revelou-se contraditória, a ecologia vigente, contribuindo para a propagação da miséria, da percepção e da indiferença do sujeito pela cultura pós-moderna. Segundo os autores, “a importância e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 4).

A crítica esboçada pelos autores é sobre o modelo hegemônico civilizatório pós-moderno, feito através da dialética do esclarecimento.

“O que nos propuséramos era de fato, nada menos do que descobrir porque a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 2-3)

A sociedade hoje possui uma discrepância muito grande entre as classes sociais, assim também como entre as diversas nações, que utilizam o sistema que aí está para manter a meta subjacente de modelos dominantes. “O sistema visado pelo esclarecimento é a forma de conhecimento que lida melhor com os fatos e mais eficazmente apoia o sujeito na dominação da natureza. Seus princípios são o da auto conservação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 51).

Para Adorno e Horkheimer (1969), só existe um caminho, a educação ambiental que leve o homem a repensar seu modo de viver e o processo das estruturas, que o cercam, através da criticidade, ou seja, do pensar crítico, da reflexão sobre as condições mínimas e necessárias que garantam a reprodução da vida, e também assegurem a sua recriação.

Através da teoria crítica, é possível apontar equívocos, reducionismos e ingenuidades a esse modelo hegemônico, simplista do pensamento moderno fragmentado, destacando, o antropocentrismo, o utilitarismo e a fragmentação do cientificismo exagerado da individualização quanto a responsabilidade ambiental que subjaz as esferas políticas, sociais e econômicas de forma separadas da crise ambiental e do modelo capitalista de produção.

A teoria crítica traz a luz uma proposta de educação emancipatória levantando a discussão em torno da relação dessa teoria e o seu projeto de emancipação de acordo com Adorno e Horkheimer (1969).

Esses autores fazem oposição a ideia de progresso visto somente sobre a perspectiva da técnica. “Em contraposição, eles fazem uma apologia do saber e levantam o questionamento a cerca da certeza da efetiva consumação da dominação da natureza, em vista de torná-la na prática, objeto à nossa disposição” (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 50).

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL HOLÍSTICA-CRISE DE PERCEPÇÃO

O termo “holístico” vem do grego “holos”, que significa totalidade, é uma referência a uma compreensão da realidade em função de

totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas a unidades menores.

A industrialização, a superpopulação, o uso de agrotóxicos, e o envenenamento químico se tornou parte da nossa vida, somando-se a isso a poluição do ar, da água e dos alimentos, são os efeitos da tecnologia humana sobre o meio ambiente natural de acordo com Capra (1982, p. 13-14).

Efeitos menos óbvios, mas perigosos só recentemente foram reconhecidos, e ainda não foram compreendidos em toda a sua extensão. Contudo, tornou-se claro que nossa tecnologia está perturbando seriamente e pode até estar destruindo os sistemas ecológicos de que depende a nossa existência. Atrelando-se a degradação do meio ambiente, também a deterioração da saúde do ser humano, com as “doenças nutricionais e infecciosas,” doenças pelas doenças crônicas da civilização, sobretudo degenerativas enfermidades cardíacas, o câncer e o derrame..

Assim também, como as doenças psicológicas: a depressão grave, esquizofrenia e outros distúrbios que acometem a nossa sociedade.

Todas essas situações se tornam, mais graves, à medida que se percebe a falta de energia e dos recursos naturais básicos para manter a atividade industrial, que estão sendo rapidamente exauridos. Para Capra (1982) esses sistemas são sistêmicos e significam “que estão intimamente interligados e são interdependentes” (CAPRA, 1982, p. 15).

Através desta metodologia fragmentada tão característica das disciplinas acadêmicas, assim também, como os organismos governamentais, segundo o autor. Para que se possa mudar essa situação é preciso uma mudança de Paradigma, para Capra (1982, p. 20) é “uma mudança profunda no pensamento, percepção e valores que formam uma determinada visão da realidade”.

Esse paradigma compreende um certo número de ideias e valores que diferem nitidamente dos da Idade Média; valores que estiveram associados a várias correntes da cultura ocidental, entre elas a revolução científica, o Iluminismo e a Revolução Industrial” (CAPRA, 1982, p. 20).

Assim sendo, precisamos ter um olhar do todo, ou seja, pensar de forma complexa, “abrir todas as gavetinhas nas quais nossos, saberes foram arquivados”, de acordo com Morin (1998), assim também como questionar a sociedade e o modelo que está posto, sobre um crítico, que propicie a reflexão.

Para compreensão da realidade não podem ser reduzidas a unidades menores, ou seja, fragmentadas, segundo Capra (1982), entender que estamos interligados e inter-relacionados com o meio ambiente que está em nossa volta, e entender que toda ação causa uma reação, portanto devemos mudar a forma individualista centrada apenas no “Eu”, para centrar a forma coletiva, pensando sempre primeiro no coletivo, na sociedade.

Para Capra (1982) pensar sob o ponto de vista holístico crítico, é pensar uma nova maneira mais sensível e significativa de entendimento, propício a uma mudança fundamental da compreensão humana quanto à natureza do conhecimento científico, quer na esfera das ciências físicas, quer na esfera das ciências biológicas e humanas, o que pode implicar, em linhas gerais, uma extraordinária, embora ainda não muito bem sentida ou pouco avaliada, transformação cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos anos, o ser humano deu ênfase à moral e deixou de lado algumas questões vitais. A Educação Ambiental só poderá ser compreendida através de uma filosofia da educação que oriente o pensar e o agir humano, para transformar as situações sensíveis e limitantes em melhores situações de vida dos sujeitos, o que implica em mudança cultural e social, chamado por Capra de quebra de paradigma.

É o pensamento crítico que despertará o ser humano para a realidade, e o libertará do antropocentrismo, que fez com que o homem se sentisse dono de tudo e de todos, prevalecendo o modo de ver a natureza apenas como um valor instrumental. O ser humano preserva a natureza apenas para o seu próprio benefício, seja ele econômico ou para sua própria satisfação. (TORRES, 2014) (DÓRIA, 1998) (MARTINS, 2014) (DÓRIA, 1998) (MORIN, 1998) (HORKHEIMER, 1947), (CAPRA, 1982) e (PELIZZOLI, 2002).

Para Morin (1998), o homem necessita desvencilhar-se da cultura antropocêntrica, que coloca o homem como fonte de todo valor, acima ou fora da natureza, atribuindo-lhe apenas um valor instrumental.

Para Adorno e Horkheimer (1969), é preciso desenvolver nos sujeitos a consciência da verdadeira noção do que é a existência humana, e o que representa sua história, para que os indivíduos sejam capazes de desmontar as armadilhas do pensamento instrumental da razão e dos interesses de grupos economicamente dominantes.

REFERÊNCIAS

CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. 1. ed. [S.l.]: Bantam Books, 1982.

DÓRIA, E. M. T. D. M. D. A. E. M. A. S. *Ciência com Consciência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

HORKHEIMER, T. A. E. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosoficos*, Am, 1947. Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/d_e_conceito.htm>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MARTINS, F. M. E. P. R. A. *Filosofia e educação: ensaios sobre autores classicos organizadores*. São Carlos: Eudufiscar, 2014, p. 467.

MORIN, E. *Ciência com Consciência*. (trad.). Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SACRISTÁN, J. G. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1998.

TORRES, C. F. B. L. E. J. R. *Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

HIGIENIE PESSOAL PARA CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Cyntia Fontanella Martins

Nathália Kimberly de Souza

Departamento de enfermagem, Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde,
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil

Jacks Soratto

Professor do Departamento de Enfermagem e do
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Unidade Acadêmica de
Ciências da Saúde, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma,SC Brasil

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de extensão universitária foi resultado das ações desenvolvidas junto a disciplina de Integralidade e Saúde Coletiva II, vinculada a segunda fase do curso de enfermagem, no primeiro semestre do ano de 2016. A disciplina objetivava proporcionar aos estudantes do referido curso a elaboração de projetos de práticas de educação em saúde a partir da inserção dos alunos nas escolas de ensino fundamental.

Os problemas relacionados à falta de higiene, têm sido motivo de preocupação na saúde pública. As infecções por helmintos e entero-protozoários, são as mais frequentes no mundo. Podem afetar o equilíbrio nutricional do indivíduo, pois interferem na absorção de nutrientes, induzindo complicações significativas como: obstrução intestinal, formação de abscessos, gastroenterites, entre outros levando o indivíduo à morte (BASSO, 2008).

Essas infecções podem afetar diversas populações, independente do sexo, porém destaca-se com mais frequência em crianças com idade escolar. A prevalência das parasitoses depende do grau de exposição da criança às formas infectantes dos parasitas. Contudo há outros fatores

determinantes que condicionam a criança a esta condição, assim como: Condições de moradia e de saneamento básico, cuidados com a higiene e saúde, renda familiar e educação materna (SANTOS, 2010).

A presente sustentação torna-se relevante quando pensamos no número significativo de crianças que ficam fora do ambiente familiar, em escolas, creches e demais instituições com aglomerações excessivas de pessoas, locais estes que também requerem manutenção e fortalecimento de ações de higiene.

Diante do exposto, algumas escolas do município de Criciúma/SC demandaram a necessidade de ações que visem a adoção de hábitos de higiene pessoal. Neste sentido, este trabalho de extensão universitária tem por objetivo: descrever a experiência de extensão universitária relacionada as ações de educação em saúde sobre higiene pessoal em Escolas do nível de Ensino Fundamental do município de Criciúma/SC.

2 METODOLOGIA

2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

O referencial metodológico se sustentou na metodologia da problematização, utilizada em situações nas quais os temas estejam relacionados com a vida em sociedade e que teve como referência Método do Arco de Charles Maguerez o qual é dividido em cinco etapas: a observação da realidade, os pontos-chaves, a teorização, as hipóteses de solução e aplicação à realidade (BERBEL, 1998; BORDENAVE; PEREIRA, 2004).

Na **observação da realidade** foi visitado as escolas, conversado com a diretora e alguns professores sobre os problemas que a Escola vinham enfrentando, bem como dialogado com alunos e seus professores, sobre as dúvidas existentes sobre essa temática.

O **pontos-chaves** foi realizar uma eleição da prioridade de ação sobre o que foi encontrado na realidade, incluindo ao projeto os subtemas de Higiene Capilar, Corporal, Mãos, Alimentos e Bucal, das quais foram as mais pertinentes na prática das escolas.

A **teorização** foi o momento em que iniciamos a refletir sobre o problema e indagar-se o porquê dos acontecimentos observados nas fases anteriores. Nesta etapa foi feito buscas na literatura e em redes digitais online, para nos informar sobre a melhor maneira de abordar esses subtemas e elaborar uma metodologia que alcançasse o nosso objetivo, da qual era empregar Educação em Saúde para as crianças.

As **hipóteses de solução** consistiu na elaboração de alternativas viáveis para solucionar os problemas identificados, dirigindo à eles de maneira lúdica e criativa, porém expondo de forma séria, para que todos entendessem a relevância deste projeto.

Aplicação à realidade, foi realizado uma ação de educação em saúde em cada escola que oportunizasse a reflexão crítica sobre o tema. Os subtemas foram contemplados da seguinte forma:

- **1º Momento:** A equipe fez a apresentação individual de cada membro do grupo, do qual cada subtema foi explicado pela dupla responsável.
- **2º Momento:** Em seguida foi distribuído para cada criança um Kit Higiênico confeccionado pela equipe, onde havia a escova de dente, sabonete de E.V.A., pasta de dente, fio-dental, toalha de mão, pente fino, além de prendedores de cabelo.
- **3º Momento:** Então, a dupla responsável pelo tema Higiene Capilar explicou de um modo adequado à idade, a importância da lavagem dos cabelos de forma correta para evitar parasitas ou doenças, inclusive sobre o tema principal que é a pediculose. No início da apresentação foi questionado à crianças se elas sabiam a forma correta da lavagem dos cabelos e se conheciam o piolho e como ele se reproduzia, abrindo espaço então para os questionamentos, deixando que elas também explicassem sobre o tema. Foi apresentado a eles como é o piolho, com pequenas gravuras, sempre trazendo o assunto de forma divertida e dinâmica.
- **4º Momento:** A dupla pediu pra que retirassem do kit os pentes finos e os prendedores de cabelo, para explicar de forma adequada como utiliza-se o pente fino entre os cabe-

los. Em uma das escolas que apresentamos o projeto, levamos uma profissional de penteados para ajudar as meninas e os meninos a cuidarem o cabelo de uma forma rápida e eficaz, finalizando então o tema de Higiene Capilar.

- **5º Momento:** A dupla responsável pelo tema de Higiene Corporal começou a abordagem perguntando se todas as crianças tomavam banho regularmente e o porquê, abrindo espaço para que pudessem comentar suas próprias experiências. Então, ligando os comentários das crianças para começar a explicação de um modo adequado, a importância de uma boa limpeza corporal, seja na hora do banho ou após fazer o uso do banheiro, introduzindo explicações científicas e didáticas que as crianças compreendessem.
- **6º Momento:** Em seguida a dupla apresentou através de um vídeo infantil que demonstra como a criança deve tomar um banho com todos seus cuidados específicos, explorando o lado lúdico presente e marcante na faixa etária do público alvo e deixando-os mais confortáveis com o tema.
- **7º Momento:** Logo após a reprodução do vídeo, pedimos que retirassem do kit higiênico entregue a eles, o sabonete, para que reproduzissem de forma fictícia a hora do banho, mostrando à eles em um boneco para que fizessem igual. Deixamos que um aluno fosse na frente da sala para reproduzir a dinâmica para os demais.
- **8º Momento:** A dupla responsável pelo tema de Higiene das Mãos iniciou a execução questionando as crianças, quais são os principais motivos de lavarem as mãos regularmente, deixando espaço para discussões e dúvidas. E logo após, explicaram de forma simples, clara e interativa, os motivos de uma boa higienização.
- **9º Momento:** Foi distribuído uma gota de álcool em gel nas mãos de cada criança, para simular a lavagem, porém, sempre explicando que deveria ser feito com água corrente e sabão. Durante a dinâmica, chamamos alguns alunos para reproduzirem na frente da sala, junto com uma interação de vídeo e música que passava no datashow.

- **10º Momento:** A dupla responsável pelo tema Higiene dos Alimentos iniciou questionando as crianças se elas sabiam a melhor forma de lavar os alimentos em casa e a importância de praticarmos esses hábitos. Deixando espaço para que elas pudessem questionar sobre o assunto. Então foi explicado de jeito simples para que as crianças entendessem a maneira correta de higienizar os alimentos antes de comê-los.
- **11º Momento:** Em seguida foi apresentado em forma de um vídeo infantil e lúdico para que as crianças entendessem melhor o assunto e os deixassem mais confortáveis.
- **12º Momento:** Logo após, distribuimos para cada aluno uma maçã, para que levassem ao intervalo da aula, onde os acompanhamos ao lavatório auxiliando na lavagem da fruta, da qual poderiam comer depois.
- **13º Momento:** A dupla responsável pela Higiene Bucal começou questionando as crianças sobre a importância de escovar os dentes, deixando em aberto para que elas pudessem compartilhar suas experiências e opiniões. Então, explicaram de maneira com que elas realmente aprendessem e entendessem todos os aspectos que a saúde bucal envolve diante de todo o corpo, e a importância desses hábitos de escovação.
- **14º Momento:** Para finalizar pedimos para que retirassem do kit distribuído a cada criança, a escova de dente para que pudessem então realizar a prática dinâmica da escovação dos dentes, com a nossa supervisão e suporte.
- **15º Momento:** Ao término da apresentação do Tema Higiene Pessoal, entregamos para a professora responsável pela turma uma atividade teórica para avaliar o aprendizado da Educação em Saúde das crianças. Nessa atividade eles completaram uma Cruzadinha com todos os temas apresentados no projeto (Higiene capilar, corporal, mãos, alimentar e bucal).

2.2 LOCAL E PARTICIPANTES

As atividades de educação em saúde foram realizadas nas Escolas do nível Ensino Fundamental do município de Criciúma/SC, a saber: Escola José Contim Portella localizada na Rua Av. Universitária, bairro Mãe Luzia, na turma do 4º ano, que dispõem de 25 alunos; Escola Adolfo Back localizada na Rua 500, bairro Jardim União, na turma do 4º ano, que dispõem de 19 alunos; e Escola Bairro da Juventude, Rua Cônego Aníbal Maria Di Francia, bairro Pinheirinho, na turma do 3º ano, que dispõem de 30 alunos. Realizadas respectivamente nos dias 14.06.2016, segunda-feira, 20.06.2016, segunda-feira e 21.06.2016, terça-feira.

Cada Escola foi realizada uma ação de educação em saúde com um tempo de aproximadamente 1 h e 30 min. Participaram da atividade de extensão 74 alunos dos terceiro e quarto ano, com idade entre 8 a 10 anos.

2.3 RECURSOS UTILIZADOS

Os recursos utilizados foram um Datashow para exibir vídeos e imagens que auxiliassem a abordagem, e todos os equipamentos necessários para apresentá-lo. Também utilizamos de materiais para montar os kits de higiene pessoal que entregamos para cada criança, da qual foram custeados pelos próprios membros do grupo, exceto o o creme dental, escova de dente e o fio dental, que foram doação da Secretária de Educação de Criciúma. Assim como utensílios infantis e/ou domésticos que facilitaram na apresentação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As três ações de educação em saúde relacionada ao tema higiene pessoal oportunizaram reflexão e significativos aprendizados ao grupo e aos participantes.

O grupo teve como desafio aprender a trabalhar em equipe e pensar coletivamente em estratégias que oportunizassem modificações dos problemas demandados pelas Escolas. Os encontros de discussão e ações de educação em saúde oportunizaram um crescimento pessoal, social e

profissional que evidentemente modificou a nossa maneira de pensar, falar e agir, nos transformando em acadêmicos e cidadãos mais responsáveis e conectados com a realidade social e as necessidades das crianças.

Os principais resultados se restringiram aos participantes. Mesmo sendo um tema simples e rotineiro as atividades foram realizadas de forma dinâmica e criativa, oportunizando a participação de todos.

Pode-se perceber que em algumas escolas, a condição financeira dos participantes era frágil e por essa razão, alguns alunos tinham pouco acesso á recursos para auxilio no processo de higienização, tais como sabonetes, shampoo, condicionador, etc.

As crianças tiveram a possibilidade de agregar o que havíamos os ensinando com o seu cotidiano. E ficou perceptível que todos presentes estavam interessados em realizar as atividades propostas de forma correta, buscavam aprender, mudando alguns comportamentos inadequados, participando ativamente das ações como protagonista do processo ensino aprendizagem.

É importante destacar ainda que houve uma mudança significativa na compreensão da importância dos hábitos de higiene, uma vez que posteriormente consultada a diretora e alguns professores afirmaram que as crianças estavam mais comprometidas com a lavação das mãos e escovação dentária.

Isso faz-nos acreditar que as crianças servirão também como disseminadores dos ensinamentos que foram construídos ao longo das ações de educação em saúde. Uma vez que foi-lhes concedido a oportunidade de se expressar, compartilhar, aprender, experimentar e principalmente interagir com seus professores e colegas, abreviando a distância que poderia haver entre os mesmos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho oportunizou contemplar alguns aspectos que nortearam uma experiência de extensão universitária. Por mais que as ações de educação em saúde foram poucas e pontuais, pode-se concluir, ainda que empiricamente, que as atividades realizadas oportunizaram reflexão e mudanças individuais e coletivas nas crianças.

Por fim, cabe inferir a necessidade de fortalecer em outras Escolas essa temática, que apesar de simples é importante para a vida das crianças e possui uma importante relevância para o setor saúde.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, FM. *Ações de educação em saúde no planejamento familiar nas unidades de saúde da família no município de Campina Grande-PB* [monografia]. Campina Grande (PB): Universidade Estadual da Paraíba; 2004.

BASTABLE, S. B. *O enfermeiro como educador: princípios de ensino-aprendizagem para a prática de enfermagem*. Artmed. 2010.

BERBEL NAN. *A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?* Interface: comunic, saude, educ. [periódico online]. 1998 fev. [citado 2009 dez 03]; 2(2): [aprox.16 telas].

BORDENAVE J. D., PEREIRA A. M. P. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2004.

MALAGUTTI, William; MIRANDA, Sonia Maria Rezende Camargo de. *Educação em saúde*. São Paulo: Phorte, 2010

NESTI, Maria M. M; Goldbaum Moisés. As creches e pré-escolas e as doenças transmissíveis. J. Pediatr. Rio de Janeiro; 83(4): ago./2007, p. 299-312. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572007000500004>. <http://dx.doi.org/10.2223/JPED.1649>.

TACLA, Mauren Teresa Grubisich Mendes. *Desenvolvendo o pensamento crítico no ensino de enfermagem*. Goiânia: AB, 2002.

PRÁTICAS E SABERES DE EXTENSÃO

VOLUME IX

Organizadoras

GISELE SILVEIRA COELHO LOPES

Doutoranda em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (início em 2016). Mestre em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (2009). Especialista em Gestão de Pessoas pela UNESCO (2006). Bacharel em Administração com Habilitação em Comércio Exterior pela UNESCO (2003). É professora do Curso de Administração, Comércio Exterior e Tecnologia em Gestão Comercial em EAD da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc. Desde 2014 é Assessora Acadêmica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX) e Coordenadora do Núcleo de Empreendedorismo da Unesc. Foi Coordenadora de Extensão da Unidade de Ciências Sociais Aplicadas (2013-2014). Foi professora do Curso de Tecnologia em Design de Moda e Estilo do Serviço Nacional de Aprendizagem – Criciúma/SC (2004-2015). É Palestrante, Coach Profissional, Analista Comportamental e Consultora empresarial, atuando nas áreas de gestão de pessoas, gestão estratégica, gestão da qualidade e gestão da produção.

KELLY GIANEZINI

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Líder do Grupo de Pesquisa GEU (Grupo de Estudos sobre Universidade/UNESC) e membro do Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito (NUPED). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio de doutoramento sanduíche pela University of California Los Angeles (UCLA). Possui mestrado em Sociologia, bacharelado em Ciências Sociais, ambos pela UFRGS, licenciatura em Sociologia e bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Sua produção científica engloba temáticas relacionadas a políticas públicas e sociais, movimentos sociais, minorias étnicas, cidadania, desenvolvimento social e transformações da educação superior (expansão, acesso, internacionalização e ensino jurídico). Possui interesse em estudos jurídicos que enfoquem os direitos fundamentais, o direito constitucional, a história do direito, a teoria do Estado e/ou a sociologia jurídica. É orientadora de estudantes de iniciação científica, graduação e mestrado. É integrante do Cadastro Nacional e Internacional de avaliadores do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.

LUCIANE BISOGNIN CERETTA

Graduação em Enfermagem. Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, local em que atua como docente. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública e Educação na Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e Gerência de Serviços de Saúde, Epidemiologia, Atenção às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (Diabetes e Hipertensão Arterial) e Docência na Saúde. Coordena o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva. É articuladora do CIES (Comissão de Integração Ensino e Serviço da Região Carbonífera de SC). Líder do Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva (LADSSC/UNESC). Na pesquisa, dedica-se aos estudos com Doenças Crônicas, especialmente Diabetes. Estudos Epidemiológicos e Processos de Gestão e de Educação Permanente em Saúde. Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Mestrado Profissional da UNESC.

Apoio:



PROPEX
Pró-Reitoria de
Pós-Graduação
e Extensão

Realização:

